

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

THIAGO RAFAEL SANTIN

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE AGÊNCIA EPISTÊMICA

Porto Alegre

2015

THIAGO RAFAEL SANTIN

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE AGÊNCIA EPISTÊMICA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller.

Porto Alegre

2015

THIAGO RAFAEL SANTIN

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE AGÊNCIA EPISTÊMICA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. Agemir Bavaresco
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Kátia Martins Etcheverry – PUCRS

Prof. Dr. Tiegue Vieira Rodrigues – UFMT

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller – PUCRS

AGRADECIMENTOS

À vida, ao universo e a tudo mais, porque consegui escrever esta dissertação e não entrar em pânico.

Ao meu orientador, professor doutor Felipe de Matos Müller, que acompanhou e guiou o processo de estudo, pesquisa e escrita: obrigado pela confiança em minha aprendizagem e produção.

Aos colegas Leonardo Ruivo e Luiz Paulo Cichoski, que se tornaram meus amigos: ao primeiro, por me apresentar a temática; ao último, por me ajudar a vislumbrar um horizonte para ela, e a ambos por serem apoiadores desta pesquisa.

À colega Patrícia Ketzer, aos colegas Luis Rosa, Rossul Padilha, André Neiva, e a todas as pessoas que deram sua companhia, sugestões e críticas durante eventos, aulas e momentos de convivência.

À também colega e revisora desta dissertação, Stéphane Dias, pelo empenho em torná-la mais legível e inteligível.

À profa. Kátia Etcheverry e ao colega Doraci Engel, pelos comentários e críticas durante a banca de qualificação.

À minha mãe, Carmen, por entender que pesquisa é trabalho, e o pesquisador é um profissional, suportando minha escolha de vida; e ao meu pai, Otávio, que, impossibilitado de acompanhar minha trajetória, fez com que ela fosse possível.

Às minhas irmãs, Rosane e Katiane, e ao meu irmão, Rogério, pelo apoio, partilha e carinho, em diversos momentos nos quais se fizeram presentes, mesmo que distantes geograficamente.

À minha namorada, Paolla Ungaretti, pela companhia na vida, nos estudos e pela paciência nas abstrações filosóficas.

Meu muito obrigado e minha gratidão a todos que contribuíram de uma forma ou de outra com o meu desenvolvimento como pesquisador e como pessoa, durante a pesquisa e a produção desta dissertação.

But here as elsewhere, life is difficult.

(Thomas Kelly, *The epistemic significance of disagreement*, 2005, p. 180)

RESUMO

Esta dissertação trata do termo “agência epistêmica”, explorando diferentes concepções e avaliando perspectivas sobre seu uso e sentido, e divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, ela traz considerações acerca do termo “agência”, sua origem e multiplicidade de usos, bem como expõe seu surgimento na epistemologia e uma breve caracterização histórica. Para além, ela contextualiza o deontologismo epistêmico na discussão da ética da crença, caracterizando o surgimento da agência epistêmica doxástica e apresenta o problema do involuntarismo doxástico e respostas a ele. Ao final do capítulo, ela apresenta nossa avaliação dessa proposta, concluindo-se ceticamente. No segundo capítulo, ela traz nosso exame da proposta de agência epistêmica reflexiva, bem como apresenta a epistemologia da virtude e a metafísica de desempenhos. Ainda, ela abrange a definição de agência epistêmica através de desempenhos reflexivos e traz três críticas e uma avaliação da proposta que as segue, também concluindo ceticamente. No terceiro capítulo, ela abandona a normatividade e aborda a epistemologia melhorativa. Assim, faz uma reconstrução argumentativa de considerações de estudos empíricos, diagnosticando as capacidades cognitivas humanas atuais, e examina possibilidades de melhorar suas falhas sistemáticas, ou vieses cognitivos. Ela conclui ceticamente sobre a possibilidade de aprimoramento a partir dos próprios indivíduos e indica a possibilidade de restrições coletivas aos indivíduos, chamada de paternalismo epistêmico. Por fim, apresenta brevemente a epistemologia social e o paternalismo epistêmico, e conclui indicando ceticismo quanto à agência epistêmica individual, por um lado, e a possibilidade de agência epistêmica coletiva, por outro.

Palavras-chave: Epistemologia. Agência epistêmica. Deontologismo epistêmico. Epistemologia da Virtude. Epistemologia Social. Paternalismo epistêmico.

ABSTRACT

This thesis inquires about the term “epistemic agency”, exploring different conceptions and assessing perspectives about its use and meaning. It is divided in three chapters. In the first chapter, it brings considerations about the term “agency”, its origin and multiplicity of uses. It also exposes the term’s emergence on epistemology, and a brief historical characterization. Additionally, it sets epistemic deontologism on the ethics of belief discussion, constructing the emergence of doxastic epistemic agency, and it shows the problem of doxastic involuntarism and some responses to the problem. At the end, presents our proposal, with a skeptical conclusion. In the second chapter, it examines reflective agency, as well as presents virtue epistemology and performance metaphysics. It also defines epistemic agency throughout reflective performances and shows three critics and a proposal considering the critics, again concluding skeptically. In the third chapter, leaves normativity behind and approaches ameliorative epistemology. It makes an argumentative reconstruction of empirical research considerations diagnosing human actual cognitive capacities, and inquires possibilities of improving their systematic failures or cognitive biases. It concludes skeptically about the possibility of improvement relying on individuals and indicates the possibility of collective restrictions on individuals called epistemic paternalism. In addition, it presents social epistemology and epistemic paternalism, and finally, concludes indicating skepticism about individual epistemic agency, on one side, and the possibility of collective epistemic agency, on the other.

Keywords: Epistemology. Epistemic agency. Agency. Epistemic deontologism. Virtue Epistemology. Social Epistemology. Epistemic paternalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura e normatividade de desempenhos	53
Figura 2 - Estrutura e normatividade de crer.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AGÊNCIA EPISTÊMICA DOXÁSTICA	13
1.1 Agência	14
1.1.1 Definições iniciais	14
1.1.2 Hipótese de agência.....	20
1.1.3 Agência em epistemologia	23
1.2 Agência epistêmica doxástica	28
1.3 Agência epistêmica e involuntarismo doxástico	29
1.3.1 Tese da inabilidade contingente (ou psicológica)	30
1.3.2 Tese da impossibilidade conceitual (ou lógica)	32
1.4 Deontologismo epistêmico e involuntarismo doxástico	33
1.4.1 Compatibilismo de Matthias Steup	35
1.4.2 Voluntarismo doxástico restrito de Richard Feldman	37
1.5 Agência epistêmica e voluntarismo doxástico	41
1.5.1 Voluntarismo doxástico restrito	41
1.5.2 Desempenho de papéis	44
2 AGÊNCIA EPISTÊMICA REFLEXIVA	47
2.1 Agência por desempenhos.....	48
2.1.1 Normatividade de desempenhos.....	48
2.1.2 Estrutura de desempenhos	52
2.1.3 Concepção de agência	55
2.2 Agência epistêmica	58
2.2.1 Estrutura e normatividade de crer	58
2.2.2 Estrutura epistêmica e ordens de conhecimento.....	64
2.2.3 Ordens de agência epistêmica	70
2.2.4 Agência epistêmica reflexiva	76
2.3 Crítica	79
2.3.1 Críticas conceituais.....	80
2.3.2 Crítica à virtude	82
2.3.3 Críticas à reflexão.....	84
2.4 Avaliação	89

	9
2.4.1 Conceitual.....	89
2.4.2 Virtude.....	90
2.4.3 Reflexão.....	92
2.4.4 Geral	95
3 AGÊNCIA EPISTÊMICA MELHORATIVA.....	98
3.1 Além da normatividade.....	98
3.2 Agência epistêmica melhorativa.....	100
3.3 Vieses cognitivos e falhas epistêmicas.....	101
3.3.1 Correção de vieses.....	102
3.3.2 Prevenção de vieses.....	104
3.4 Fracassos individuais, sucessos coletivos.....	107
3.5 Perspectivas sociais.....	109
3.5.1 Epistemologia Social.....	109
3.5.2 Paternalismo epistêmico.....	111
3.5.3 Valores epistêmicos e sociais	116
3.4.5 Crítica à agência epistêmica melhorativa.....	120
3.5.5 Agência epistêmica coletiva.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Agência epistêmica é um termo relacionado à possibilidade e à viabilidade de ações no domínio epistêmico. Utilizamos diversos verbos que se referem a atividades mentais, como “pensar”, “supor”, “imaginar”, “lembrar”, “refletir”, e usamos também a expressão “atitudes doxásticas”, para referir-nos às atitudes mentais que temos em relações a proposições. Todos esses usos implicam em algum tipo de ação no domínio mental, e também epistêmico, em oposição à mera passividade.

Porém, investigações acerca da nossa vida mental, através da filosofia da mente, das nossas ações e agência, através da filosofia da ação e da ética, e da nossa vida cognitiva e do conhecimento, através da epistemologia, levantam múltiplas questões sobre esses usos. Há dúvidas acerca da nossa capacidade de controle de estados mentais, em oposição ao controle que temos sobre nossas ações, assim como há dúvidas sobre a possibilidade de interferirmos ou manipularmos os processos de formação de estados doxásticos, que nos possibilitam conhecer e agir no mundo através de proposições.

Assim, esta dissertação investiga diferentes concepções de agência epistêmica e suas perspectivas de uso. O trabalho é dividido em duas partes, seguindo posições teóricas bastante distintas em epistemologia. A primeira posição é historicamente anterior, o berço do uso do termo e a corrente tradicional em epistemologia – focada na questão sincrônica da decisão doxástica conforme as evidências. A segunda, historicamente posterior, tem grande importância na literatura atual como alternativa à tradição – é focada na busca da verdade ao longo do tempo. Vejamos o panorama de discussão das duas partes, respectivamente.

“Agência epistêmica” surge como um termo análogo ao termo “agência”. Assim como em ética prescrevem-se deveres éticos, fala-se em epistemologia em deveres epistêmicos, em relação à tomada de decisão doxástica sincrônica – instanciada na pergunta: “o que devo crer agora?”. A partir do princípio da tradição kantiana de que *dever implica poder*, tem-se como pressuposto a capacidade de controle voluntário do agente sobre suas crenças, tal qual há controle voluntário sobre suas ações – posição padrão em filosofia da ação. Em epistemologia, porém, a posição *standard* é a falta de controle voluntário sobre os estados doxásticos, chamada de involuntarismo doxástico. A partir da falta de controle direto, buscou-se controles indiretos, como a deliberação e

a reflexão, que se mostraram também problemáticos. Assim, as propostas de agência epistêmica podem não ser robustas o bastante para sustentar agência no domínio epistêmico – o que pode trazer consequências para discussões sobre responsabilidade epistêmica, que não abordaremos aqui.

De outra sorte, agência epistêmica pode ser compreendida como as ações que constituem os processos de investigação e de coleta de dados em busca da verdade. Nesse sentido diacrônico, a pergunta central em epistemologia é “o que faço para alcançar a verdade?”. A partir dela, é preciso informar-se empiricamente sobre nossas capacidades cognitivas reais e então prescrever normas ou descrever as ações para aprimorar a investigação em busca da verdade. Além disso, aqui abre-se ampla perspectiva para processos e normas coletivas que, pelos métodos de avaliação e coleta de evidências, delimitem as ações individuais.

Uma vez apresentados os panoramas das posições nas quais surgem as diferentes concepções de agência epistêmica, passemos ao roteiro desta dissertação.

No primeiro capítulo, introduziremos o termo “agência”, buscando um panorama de sentidos e usos do próprio termo e de seus correlatos, agente e ação, a partir de Peter Hacker. Em seguida, faremos uma breve constituição histórica do uso em epistemologia e mostraremos quais definições tomamos como parâmetro, seguindo Pascal Engel. Na sequência, apresentaremos a discussão da ética da crença, com a disputa de William James e William Clifford, cenário no qual surge o deontologismo epistêmico. Dessa discussão, fez-se uma divisão em epistemologia, quanto ao seu objetivo e tarefa central, entre busca da verdade e justificção evidencial. Passaremos, então, ao surgimento do termo “agência” em epistemologia, a partir das discussões do deontologismo epistêmico sobre justificção evidencial, com Richard Feldman e Matthias Steup. Examinaremos a concepção de agência epistêmica como ação em relação às crenças, denominada “agência doxástica”, a partir do problema do involuntarismo doxástico. Igualmente, apresentaremos as teses acerca desse problema e a estratégia argumentativa de Feldman e Steup usada no deontologismo epistêmico para lidar com a questão, de modo especial de Feldman, que nos será útil para a agência epistêmica. Por fim, avaliaremos essa possibilidade de agência epistêmica, a partir de Engel, e concluiremos de forma negativa, buscando uma alternativa apontada ao longo da discussão, que não se baseia em ações, mas em desempenhos.

No segundo capítulo, seguiremos para a discussão recente acerca de agência epistêmica, a partir da sua concepção na epistemologia da virtude de Ernest Sosa.

Apresentaremos a sofisticada epistemologia de Sosa em dois níveis, a qual busca conciliar a busca da verdade com a justificação evidencial. Veremos sua metafísica de desempenhos, delineando o cenário no qual tomará lugar a “agência epistêmica” relacionada com o conhecimento através de desempenhos. Exploraremos os usos e sentidos trazidos por Sosa, identificando sua proposta central de agência epistêmica como agência reflexiva. Apresentaremos três críticas: a primeira, a partir de Bernard Williams, que aponta para a ligação com o conhecimento; a segunda, a partir de Pascal Engel, que aponta para o papel de agência epistêmica em epistemologias da virtude, e a terceira, a partir de Cláudio de Almeida e de Hilary Kornblith, que, respectivamente, levanta o problema do regresso infinito que surge da reflexão e aponta o papel da reflexão na vida cognitiva, exacerbado na epistemologia da virtude de Sosa. Faremos, então, uma avaliação das críticas em relação à concepção de agência epistêmica de Sosa.

No terceiro capítulo, mudaremos o enfoque da investigação. Seguiremos Kristoffer Ahlstrom-vij, que abandona as discussões normativas, em prol de uma epistemologia melhorativa. Ele concebe a epistemologia melhorativa como o empreendimento de aprimorar as práticas epistêmicas, que são as atividades que buscam a verdade. Assim, utiliza pesquisas empíricas para diagnosticar essas práticas e suas falhas, avaliando as estratégias disponíveis para melhorá-las. Ahlstrom-vij conclui de forma cética a respeito da possibilidade de aprimoramento sob a perspectiva individual. Ele ainda indica práticas sociais para condicionar indivíduos, aprimorando-os e fazendo com que atinjam seus objetivos epistêmicos, tendo como fim a verdade relevante para suas vidas cognitivas. Sua proposta baseia-se na ideia de paternalismo epistêmico, concebida por Alvin Goldman, e aponta para uma possível agência epistêmica coletiva, numa perspectiva de epistemologia social. Apresentaremos brevemente a epistemologia social de Goldman, de cunho veritista, bem como seu paternalismo epistêmico, de cunho coletivo, e mostraremos a crítica de Feldman a essa concepção de epistemologia e de agência epistêmica individual, seguida da resposta de Goldman. Encerraremos o capítulo apontando para a possibilidade de desenvolvimento de agência epistêmica coletiva, dentro da epistemologia social.

1 AGÊNCIA EPISTÊMICA DOXÁSTICA

Neste primeiro capítulo, introduziremos o tema da agência epistêmica. O termo tem sido utilizado em diversas teorias epistemológicas. Seu significado e uso variam conforme as concepções de cada teoria. Em geral, fala-se em agência epistêmica em referência aos agentes epistêmicos. Ser um agente epistêmico implica, *prima facie*, em fazer ações no domínio epistêmico – e.g. formar crença e adquirir conhecimento ou coletar evidências e conduzir uma investigação. Assim, inicialmente, agência epistêmica é a capacidade do agente de agir no domínio epistêmico.

Agência, contudo, não é um conceito epistêmico. É oriundo da filosofia da ação e da ética, onde agência é relacionada à moralidade e, conseqüentemente, à responsabilidade. O problema do uso do conceito de agência no domínio epistêmico surge na medida em que é feita a transposição do conceito de agência das áreas da filosofia da ação e da ética para a epistemologia. Na filosofia da ação, há pressuposição do livre-arbítrio (ou, ao menos, é a posição padrão). Podemos agir conforme nossa vontade ou intenções, numa concepção *simpliciter*: um agente A faz uma ação ϕ que deseja ou intenciona, conforme sua vontade, sendo A causador dessa ação, e, portanto, responsável por ela (ENGEL, 2009).¹

No domínio epistêmico, por outro lado, é amplamente aceito o involuntarismo doxástico – a tese de que nossos estados doxásticos (crenças inclusas) não estão sujeitos ao nosso controle ou vontade. Esse problema, oriundo da transposição de conceitos da ética para a epistemologia, surgiu na discussão do deontologismo epistêmico, que é uma teoria na epistemologia que faz uso de termos deônticos – permissão, proibição, direito, dever – próprios da ética, de maneira análoga, em relação ao conhecimento e a crenças.

Assim, veremos inicialmente os usos e significados do termo “agência”. Depois, veremos o surgimento da agência no domínio epistêmico, a partir da analogia com “agência”, numa breve caracterização cronológica. Adentraremos, então, na temática da agência epistêmica com Pascal Engel (2010), que inicia o mapeamento, com

¹ O problema da responsabilidade das ações não é simples, nem pode ser tomado como sendo apenas parte das teorias de agência. De fato, as teorias de agência buscam explicar ações de maneira que sejam atribuídas aos agentes, que passam a ser imputáveis ou passíveis de responsabilização. Essa temática será mencionada ao longo do trabalho, dada a forte relação entre problemas de agência e responsabilidade. Contudo, ela não é nosso tema e não nos aprofundaremos nela. Restringiremos este trabalho com as definições e concepções as mais simples possíveis a partir dos autores trabalhados, a fim de não nublar e nem perder o horizonte de colocação do problema da agência epistêmica.

uma concepção analógica, de agência epistêmica como controle doxástico voluntário. Em seguida, veremos a montagem do problema do involuntarismo doxástico, com a tese da inabilidade contingente, de William Alston (1988), e a tese da impossibilidade conceitual, de Bernard Williams (1973). Mostraremos como o deontologismo epistêmico responde a esse problema, com Richard Feldman (1988, 2000, 2001 e 2008) e Matthias Steup (2000 e 2012).

Após examinarmos esses problemas iniciais e as tentativas de solução para agência epistêmica, especialmente a partir do deontologismo epistêmico, faremos a crítica do modelo clássico de agência epistêmica. Para fazer a crítica dessa concepção e desse uso de agência epistêmica, seguiremos Pascal Engel (2010).

1.1 Agência

1.1.1 Definições iniciais

Para falarmos de agência epistêmica, é preciso, inicialmente, estabelecermos uma definição de agência. Porém, esse não é um termo unívoco:

“Agência” e seus primos “ato” e “ação” e “agir sobre uma coisa” têm muitos usos relacionados, um dos quais, especialmente nas mãos dos filósofos, é como termos categoriais. Como tais, e igual a muitos de nossos termos categoriais (incluindo “substância”, “causalidade” e “poder”), seus contornos são indistintos. Isso não é surpreendente, visto que significam traços formais que caracterizam o uso de uma multiplicidade de expressões. Mas o uso não é um molde, e divergências nas fronteiras são antes típicas que excepcionais. (HACKER, 2010, p. 133).²

A literatura da filosofia da ação e a da filosofia da mente têm algumas definições para agência, agente e ação. Elas variam conforme as abordagens e teorias; assim, vejamos algumas definições.

I) *Essays on Actions and Events*, Donald Davidson, 1963 (1980/2001)³:

Uma razão fundamenta uma ação somente se ela nos leva a ver algo que o agente viu, ou pensou que viu, em sua ação – alguma característica,

² Obra publicada em português brasileiro, tradução de José Alexandre Durrty Guerzoni.

³ A primeira data é a data original do artigo. As datas entre parênteses são da publicação em livro e da edição citada, respectivamente. A obra está sem tradução para o português até o momento. O título em tradução livre pode ser: “Ensaaios sobre ações e eventos”.

consequência ou aspecto da ação que o agente queria, desejava, prezava, tomava como querida, pensava como seu dever, benéfica, obrigatória ou concordável. [...] Sempre que alguém faz alguma coisa por uma razão, portanto, ele pode ser caracterizado como (a) tendo algum tipo de pró-atitude para ações de um certo tipo, e (b) acreditando (ou sabendo, percebendo, observando, lembrando) que sua ação é daquele tipo. (DAVIDSON, 2001, p. 3s).⁴⁵

“[...] um homem é o agente de um ato se o que ele faz pode ser descrito sob um aspecto que o torna intencional” (*idem*, p. 46).⁶

Davidson segue a linha aristotélica e concebe a ação como algo feito por alguém que tem uma razão para agir, que consiste em um par de desejo/intenção e crença. Além disso, a agência é exercida quando o agente age por causa daquela razão. Assim, temos uma concepção ampla e robusta de agência e ação, incluindo razão, intenção e causalidade, que levam a uma cadeia complexa entre causas, razões, ações e consequências ou intenções visadas, bem como efeitos da ação.

II) Jerome Shaffer, 1970:

A causa das ações não é um evento e sim *uma coisa*, e são essas coisas, com poderes para causar ações, que são agentes. [...] Quando um homem causa uma ação, não é nenhum evento interno ou estado dele que a causa; isso seria a teoria que reconhece os eventos mentais como causas das ações. É o próprio homem que, sem passar por qualquer mudança, causa as ações. Há quem diga que temos aqui um singular fenômeno causal que não é encontrado na natureza inanimada. (SHAFFER, 1970, p. 111-112).⁷

É na filosofia da mente que se estabelece que a vida mental do agente é a sede das ações que são por ele executadas. Inicialmente, são as características mentais dos agentes que empregam às ações as características que as diferenciam de eventos.

⁴ As citações traduzidas não identificadas são todas feitas pelo autor, e os originais publicados estão em língua inglesa, cujos excertos citados estarão em notas de rodapé. As obras publicadas em português serão explicitadas, bem como a tradutora responsável, também em nota de rodapé.

⁵ No original: “A reason rationalizes an action only if it leads us to see something the agent saw, or thought he saw, in his action—some feature, consequence, or aspect of the action the agent wanted, desired, prized, held dear, thought dutiful, beneficial, obligatory, or agreeable. [...] Whenever someone does something for a reason, therefore, he can be characterized as (a) having some sort of pro attitude toward actions of a certain kind, and (b) believing (or knowing, perceiving, noticing, remembering) that his action is of that kind”.

⁶ No original: “[...] a man is the agent of an act if what he does can be described under an aspect that makes it intentional”.

⁷ Obra publicada em português brasileiro. Tradução de Luiz Corção.

III) Samuel Guttenplan, 1993:

Agência: Uma tarefa central na filosofia da ação é aquela de dizer as diferenças entre eventos em geral e aqueles eventos que se encaixam na categoria de ação humana. Um terremoto certamente é algo que acontece, mas não é algo feito. Enquanto alguém pega um martelo e prega um prego em um pedaço de madeira, isso é, ambos, algo que acontece e algo feito ou empreendido. Nesse segundo caso, alguém tem o caso claro de agência – um caso de um agente empreendendo para trazer alguma mudança no mundo. Entretanto, enquanto é fácil localizar a noção de agência com relação às ações, não é claro o que a constitui, se é uma característica especial da mente ou se é composta de coisas tais como intenções, desejos e crenças. (GUTTENPLAN, 1993, p. 121s).⁸

Em filosofia da mente, investiga-se a relação entre agência e mente, usando conceitos como intenções, desejos e crenças para delinear a relação do agente com suas ações. De um modo amplo,⁹ intencionalidade é a capacidade da mente de relacionar-se com objetos fora dela e de orientar a ação; desejos são estados mentais relacionados à volição acerca de eventos e objetos, e crenças são estados mentais que se relacionam com proposições e caracterizam um estado mental de indivíduos em relação a proposições.

IV) William L. Rowe, 1995:

Causação pelo agente, a ideia de que a causa primária de um evento é uma substância, mais especificamente, causação por uma substância, como oposto a um evento. Assim, um tijolo (substância) pode ser dito a causa da quebra do vidro. A expressão também é usada mais estritamente por [Thomas] Reid e outros para a visão de que uma ação (ou evento) é causada pelo exercício de poder de algum agente dotado de vontade e entendimento. Assim, uma pessoa pode ser dita ser a causa da sua ação de abrir a porta. Nesse sentido restrito (Reid chamou-o de “o sentido estrito e próprio”), um agente-causa deve ter o poder de causar uma ação ou evento e o poder de não causá-la. (Não está “para” o tijolo se causa ou não causa o quebrar do vidro.) O sentido restrito de agente causal desenvolvido por Reid é intimamente ligado à visão de que o agente possui livre-arbítrio.

Filósofos medievais distinguiam a atividade interna do agente do evento externo produzido por aquela atividade. O primeiro foi chamado de

⁸ No original: “A central task in the philosophy of action is that of spelling out the differences between events in general and those events that fall squarely into the category of human action. An earthquake is certainly something that happens, but it is not something done. Whereas when someone picks up a hammer and drives a nail into a piece of wood, this is both something that happens and something done or undertaken. In this second case, one has a clear case of agency – a case of an agent undertaking to bring about some change in the world. However, whilst it is easy enough to locate the notion of agency with respect to actions, it is not at all clear just what constitutes it, whether it is a special feature of the mind or is composed of such things as intentions, desires and beliefs”.

⁹ Para uma introdução à filosofia da mente, ver “Introdução à Filosofia da Mente: debates contemporâneos”, de Keith T. Maslin (2009).

“causação imanente”, e o último, “causação transitiva”. Esses termos foram adaptados por R. M. Chisholm e outros para marcar a diferença entre causação pelo agente e causação pelo evento. A ideia é que a atividade interna é causada pelo agente, pela pessoa de quem é a atividade, enquanto que o evento externo é causado pelo evento, pela atividade interna do agente. (grifo original, ROWE, 1995, p. 13).¹⁰

A sede das ações, a sua causa, é tida como uma substância. Assim, podemos falar em agência de inanimados, como agentes físico-químicos (e.g. o calor que derrete o gelo e a água que dissolve o açúcar), agentes naturais (e.g. o vento que derruba a árvore e o sol que queima as plantas), e agentes artificiais (e.g. artefatos e instrumentos humanos, como um termostato e um irrigador de água para jardins).

V) Simon Blackburn, 1997:

AÇÃO O que um agente faz, por oposição ao que acontece a um agente (ou o que acontece na mente de um agente). Descrever os fatos que acontecem não permite, por si só, que se fale de racionalidade e intenção, que são as categorias que podemos aplicar se os concebemos como ações. A compreensão dessa diferença suscita problemas muito importantes quanto à natureza da causalidade mental e à compreensão da vontade e do livre-arbítrio. (BLACKBURN, 1997, p. 3).¹¹

AGENTE Alguém que age. O principal problema do agir é compreender a diferença entre o que acontece em ou a mim, e o controle que tenho sobre estes acontecimentos, ou seja, meu ato de fazer coisas. (IDEM, p. 7).

A diferença entre ações e eventos pode ser concebida a partir de diferentes perspectivas, e a sua relação com o agente, como quem causa ações, é uma delas. A ideia de causalidade, contudo, traz problemas, como o controle sobre as ações, através da discussão sobre livre-arbítrio, compatibilismo e determinismo, bem como sobre a

¹⁰ No original: “**Agent causation**, the idea that the primary cause of an event is a substance; more specifically, causation by a substance, as opposed to an event. Thus a brick (a substance) may be said to be the cause of breaking the glass. The expression is also used more narrowly by Reid and others for the view that an action (or event) is caused by an exertion of power by some agent endowed with will and understanding. Thus, a person may be said to be the cause of her action of opening the door. In this restricted sense (Reid called it ‘the strict and proper sense’), an agent-cause must have the power to cause an action or event and the power not to cause it. (It is not ‘up to’ the brick whether to cause or not cause the breaking of the glass.) The restricted sense of agent causation developed by Reid is closely tied to the view that the agent possesses free will.

Medieval philosophers distinguished the internal activity of the agent from the external event produced by that activity. The former was called ‘immanent causation’ and the latter ‘transeunt causation’. These terms have been adapted by R. M. Chisholm and others to mark the difference between agent causation and event causation. The idea is that the internal activity is agent-caused by the person whose activity it is; whereas, the external event is event-caused by the internal activity of the agent”.

¹¹ Obra publicada em português brasileiro. Trad. de Desidério Murcho.

racionalidade das ações, através da sua finalidade, intenção e consequente responsabilidade pela ação e seus efeitos.

VI) António Zilhão, 2006:

Agência. Aristóteles definiu o homem como o animal racional. *Prima facie*, um animal é racional se, e somente se, de maneira geral, age racionalmente. Mas o que é agir racionalmente?

A resposta aristotélica a essa pergunta encontra-se na *Ética a Nicômaco*. Aí Aristóteles delinea os contornos da sua teoria da ação racional. Esta pode ser resumida por meio da seguinte tese. Uma ação é racional, se, e somente se, pode ser representada como se constituísse o resultado da exemplificação por um dado agente A do seguinte silogismo prático:

α tem um desejo δ , o conteúdo do qual é ε ;
α tem uma crença γ , o conteúdo da qual é que fazer θ é a melhor maneira de alcançar ε ;
$\therefore \alpha$ faz θ .

Um indivíduo cujas ações admitem ser derivadas de acordo com esse algoritmo é então um indivíduo que age racionalmente ou um agente racional. Por outro lado, um indivíduo acerca do qual as premissas do silogismo prático são, em cada circunstância, verdadeiras, mas que, nas circunstâncias nas quais elas são verdadeiras, não se comporta de acordo com sua conclusão é um indivíduo que age irracionalmente; não é, portanto, um agente racional. [...] (ZILHÃO, 2006, p. 20-23).

A teoria aristotélica da ação nos fornece o silogismo prático como o parâmetro da racionalidade meios-fins. A partir dela, seguiu-se a associação de agência com agentes racionais, portanto agência humana.

Essa concepção de racionalidade meios-fins será empregada por Ernest Sosa na sua concepção de agência funcional, conforme veremos no capítulo dois.

VII) Peter Hacker, 2010:

“Um agente, no sentido mais geral do termo, é algo que *faz alguma coisa* ou *age*”. (grifo original, HACKER, 2010, p. 134).

Uma concepção básica e ampla que relaciona o indivíduo, objeto ou sujeito, que age, o agente, às suas ações.

VIII) Randolph Clarke, 2010:

Causação pelo agente. Quando agimos intencionalmente, nós causamos os acontecimentos das coisas. Se você levantar seu braço, você faz o seu braço subir; se você fizer isso durante um leilão, você pode, assim, causar o reconhecimento do leiloeiro como você dando um lance. Nós agentes, então, somos capazes de causar coisas e ao agir intencionalmente nós exercitamos essas capacidades causais. Tudo isso é senso comum e comumente reconhecido pelos filósofos da ação. Nesse sentido, todos nós acreditamos em causação pelo agente. [...]. (CLARKE, 2010, p. 218).¹²

Clarke prossegue no verbete, e, para nós, é interessante notar que ele define três tipos de concepção de causação pelo agente:

- i) causação pelo agente como igual a causação por evento;
- ii) causação pelo agente como conceitualmente diferente de causação por evento, mas ontologicamente igual, e
- iii) causação pelo agente como conceitual e ontologicamente diferente de causação por evento.

Em (i), temos que o que atribuímos a um agente como causa de uma ação é, na verdade, a atribuição de um estado mental ou evento anterior sediado no agente que causa o movimento do agente e a ação. Assim, não há necessidade de apelar para causação pelo agente para explicar ações, nem conceitual, nem ontologicamente. Não há necessidade de explicação de ações por agência.

Em (ii), temos que causação pelo agente ainda deve-se a eventos ontologicamente anteriores ao agente, porém, conceitualmente, não é possível reduzi-la a causação por evento. A análise leva em conta os estados do agente como conceitualmente básicos, mas não ontologicamente fundamentais. Essa definição sustenta agência de formas mais fracas.

Em (iii), temos a concepção robusta de causação pelo agente. Nela, o ponto comum é considerar o agente como uma substância que tem o poder de causalidade. Doravante, causação pelo agente ocorre em par com, ou mesmo isolada de, causação por evento, dependendo da ação. Esse caráter ontológico fundamental também é

¹² No original: “When we act intentionally, we cause things to happen. If you raise your arm, you cause your arm to go up; if you do this during an auction, you might thereby cause the auctioneer to recognize you as entering a bid. We agents, then, are capable of causing things, and in acting intentionally we exercise these causal capacities. So much is common sense and commonly acknowledged by philosophers of action. In this respect, we all believe in agent causation. [...]”.

considerado por alguns como necessário para agência intencional e para explicar ações. Aqui temos a definição de causação necessária para concepções robustas de agência.

Essas diferentes definições de causação influenciarão as concepções de agência, conceitualmente, conforme se coloque a noção de causalidade como conceitual, ontológica ou ambas. Não discutiremos a noção de causalidade em nenhuma delas, por não ser nosso enfoque, mas buscaremos identificar a posição, forte ou fraca, que se assume em cada uma.

1.1.2 Hipótese de agência

Apesar de apresentarmos uma multiplicidade de sentidos e de usos do termo “agência”, este não é um trabalho sobre “agência”, e precisamos avançar para “agência epistêmica”. Assim, assumiremos alguns critérios de agência que poderão servir como guia no domínio epistêmico. Esses critérios são bastante abrangentes e servirão para situarmos e avaliarmos as concepções de agência epistêmica que veremos, permitindo-nos fazer distinções entre concepções mais robustas e mais fracas, conforme as características de cada uma delas.

O termo categorial “agente” articula um padrão geral do uso de termos que fazem referência a sujeitos em sentenças que atribuem a um sujeito atos, ações ou ações sobre outra coisa. Não há razão para supor que se possa discernir um padrão singular e completo. A indeterminação é multiplicada pelo fato dos conceitos de atos e ações serem, eles próprios, conceitos categoriais borrados. Os dados gramaticais são como se fossem pontos dispersos em um gráfico: qualquer tentativa de traçar uma linha única e contínua entre eles pode distorcer os fenômenos conceituais. Devemos levar em conta a possibilidade de existir diferentes “centros de dispersão”. Se for assim, pode haver várias linhas interrompidas conectando diferentes pontos de padrões diferentes porém relacionados. [...] Nosso objetivo é isolar um domínio ou domínios de características que lancem luz sobre nosso uso de uma multiplicidade de verbos e de seus cognatos, e iluminar, assim, os traços mais gerais dos modos pelos quais pensamos acerca de nós mesmos e do que fazemos, e acerca das coisas que encontramos na natureza e o que elas fazem. Iluminar esses traços estruturais esclarecerá formas de nosso pensamento acerca da natureza e de nós mesmos das quais raramente somos conscientes. Raramente estamos cômicos destas, precisamente porque elas *dão forma* a nosso pensamento e discurso. (grifo original, HACKER, 2010, p. 133-134).

Falaremos em três núcleos de uso do termo “agente” e “agência”: *fazer*, *atos* e *ações*. Esses núcleos formam estruturas que se aplicam a diferentes domínios, cumulativamente. Assim, *fazer* são da ordem de agência inanimada, *atos* são de

agentes animados e *ações* são especificamente humanas, mas humanos também têm fazeres e atos. Vejamos a caracterização dos três.

i) Fazeres – agência inanimada

É o tipo de agência relacionada a substâncias e entidades físicas, tais como agentes químicos e objetos. “Descrever instâncias de ação de um agente natural inanimado é descrever o seu *fazer algo* a um paciente e, mais comumente, descrever a produção ou efetuar uma mudança *em* ou *para* outra coisa *pela* operação do agente *sobre esta*” (grifo original, HACKER, 2010, p. 149).

A definição desse tipo de agência bastante simples está na relação causal: “Essa *agência inanimada efetiva* manifesta-se no agir *em* algo e *causar-lhe* a ocorrência de algo. Assim, ela existe para *produzir* ou *efetuar* uma mudança no paciente, cuja descrição é acarretada pela descrição do ato” (grifo original, idem, p. 150).

Exemplos desse tipo de agência e seus agentes são: o ácido que corrói a placa de metal por contato, a água que dilui o cubo de açúcar nela imerso, o tijolo que quebra a janela, etc.

Nessa concepção de agência, situamos a relação causal, mas a utilizamos num sentido de atribuição a uma substância. Essa concepção fica muito próxima da causação por evento – não há distinção entre o fazer e o agente, nem ontológica, nem conceitual, e sim delimitação da substância que causa o fazer.

ii) Atos – agência animada

A agência animada é intermediária entre a agência humana, cuja marca é a ação, e a agência inanimada, constituída pelos simples fazeres. Ela pode ser caracterizada por fazeres que tenham determinado fim ou objetivo, constituindo, dessa forma, atos.

Os atos são feitos conforme a conveniência da ocasião, não há espaço para escolha nem voluntariedade em tomá-los ou abster-se deles – se o ambiente ou as características são apropriados, os atos serão tomados pelos agentes.

Essa categoria pode ser amplamente aplicada a animais, mecanismos e artefatos. Assim, dizemos que o cão obedeceu ao comando para ganhar o biscoito, que o relógio marca precisamente o horário, etc.

Essa concepção de agência faz uma distinção conceitual na relação causal, mas assume uma cadeia causal de eventos, pelos quais os seus atos são derivados

ontologicamente. Há uma separação conceitual entre a cadeia de eventos e quem causa os atos.

iii) Ações – agência humana

As ações humanas têm, além dos objetivos e fins, a voluntariedade. Está sob a capacidade humana encetar uma ação ou abster-se dela. Isto é, seres humanos podem escolher agir conforme a oportunidade. Além disso, agem com base em razões, pelas quais podem escolher meios para agir.

O horizonte da ação de agentes racionais coincide com o domínio de sua vontade.

Assim, apenas agentes volitivos podem ser ditos que agem e encetam a ação. Seria um erro supor que sempre que um agente age, ele enceta a ação. Encetar a ação é agir voluntariamente em resposta à circunstância (por exemplo, uma ameaça ou perigo percebido) ou em busca de uma meta, dada a percepção da oportunidade. [...] Apenas um ser que pode encetar a ação pode agir, pois uma criatura que pode fazer ou deixar de fazer algo *voluntariamente*, que pode ter e aproveitar uma oportunidade (bem como perder uma), que pode *optar por* ou *escolher* um curso de ação sobre outro. (HACKER, 2010, p. 148).

A noção mais forte de agência inclui a causalidade pelo agente como ontologicamente fundamental. São as capacidades do agente que o permitem encetar a ação, ao invés de eventos anteriores.

Como vimos, temos diferentes tipos de agência, com hierarquia de complexidade. Nossa discussão será em torno da agência humana, exceto quando se falar o contrário.

Para balizar ainda mais a discussão de agência fora do domínio prático, no domínio mental, especificamente no epistêmico, usaremos também o modelo de ação de Engel, cuja definição de agência é do tipo robusta, especificamente humana, e vem da tradição davidsoniana.

[...] um agente A, pratica ϕ sse: i) A tem uma razão para ϕ que é pelo menos constituída de uma intenção para ϕ ii) a razão e a intenção causam da maneira apropriada um movimento corporal iii) A poderia ter feito de outra forma (possibilidades alternativas). Vamos chamar isso de modelo minimalista de ação. (ENGEL, 2010, p. 5).¹³

¹³ No original: “[...] an agent A Φ 's iff i) A has a reason to Φ which is at least constituted of an intention to Φ ii) the reason and the intention cause in the appropriate way a bodily movement iii) A could have done otherwise (alternative possibilities). Let us call this the minimalist model of action”.

Não discutiremos eventuais problemas dessa concepção, nem seus detalhes, uma vez que eles são instrumentais para a discussão de agência epistêmica. Essa definição serve para distinguir ação de atitude, uma vez que Engel aceita que tenhamos atitudes mentais e epistêmicas, mas questiona se há ações desse tipo (2010, p. 1). Para ele, é inegável que tenhamos muitas atitudes epistêmicas que envolvem atividades relacionadas à mente, como pensar, duvidar, julgar, refletir, lembrar, deliberar, etc., mas esses verbos são verbos de estado, não de processo ou evento. Ações são causadas por agentes, com uma estrutura robusta, constituída de intencionalidade, finalidade e voluntariedade, enquanto atitudes têm menos elementos.

Apesar de não ser isenta de implicações e problemas, essas definições servem aos propósitos do exame de agência epistêmica, como referenciais. Elas garantem a relação de causalidade com o agente, permitindo que as ações sejam atribuídas a ele, e definem agência através da ação, exigindo uma razão e uma intenção que as ligam, tornando a agência humana de um tipo específico e robusto, para possibilitar a discussão de responsabilidade.¹⁴

1.1.3 Agência em epistemologia

Vejamos agora como “agência” começou a aparecer na literatura epistemológica. Para tanto, faremos um breve delineamento histórico.

O uso do termo surgiu a partir do cenário de discussão da ética da crença,¹⁵ com a disputa de William Clifford e William James acerca do valor epistêmico, no final do século XIX. Nessa disputa, Clifford coloca como dever epistêmico crer conforme as evidências. Ele estabelece o seguinte princípio: “é incorrecto, em todo o lado, para qualquer pessoa, acreditar seja no que for com base em indícios insuficientes” (CLIFFORD, 1877/2010, p. 108).¹⁶ Por outro lado, James critica Clifford e aponta outro caminho. Sua proposta foi assim definida: “*Temos de saber a verdade; temos de evitar o erro* – estes são os nossos primeiros e grandiosos mandamentos como pretendentes ao

¹⁴ De um modo geral, as teorias de agência buscam explicar ações de maneira que sejam atribuídas aos agentes: um agente é aquele que enceta uma ação, e esta deriva dele, causal ou funcionalmente. Algumas concepções de agência possibilitam que as ações se relacionem de tal forma aos agentes, que estes passem a ser imputáveis ou passíveis de responsabilização por tê-las causado. Mencionaremos algumas ligações de agência com responsabilidade, mas os critérios, ambos necessários e suficientes, bem como disputas de concepções de responsabilidade não serão abordados.

¹⁵ Para uma introdução, ver *Ethics of Belief*, de Andrew Chignell, na SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/ethics-belief/>>.

¹⁶ Obra publicada em português. Tradução de Vítor Guerreiro.

conhecimento, mas não são duas maneiras diferentes de afirmar um mesmo mandamento, são duas leis distintas” (JAMES, 1896/2010, p. 157).

Dessa forma, estabeleceram-se duas visões opostas acerca da primazia em epistemologia, com a disputa entre valores, objetivos e deveres. Um dos lados focou-se no que se passou a chamar “tomada de decisão doxástica”. Consiste em ter um estado doxástico (crer, descrer, suspender o juízo) em um determinado momento, em um cenário evidencial limitado. Ela pode ser colocada a partir da questão “o que é racional crer agora, dadas as evidências disponíveis?”. A partir daqui, surgiram teorias como o deontologismo epistêmico e o evidencialismo. O outro lado passou a focar-se em maximizar a verdade e minimizar a falsidade, a partir da questão: “o que devo fazer para evitar o erro e/ou alcançar a verdade?”. Foram priorizados os processos de condução para e aquisição da verdade, bem como as características dos indivíduos que os capacitam a tal. Surgiram teorias como o confiabilismo e epistemologias da virtude, com diversidade de enfoques.

Diversas outras teorias epistemológicas desenvolveram-se, constituindo um espectro de posições. Algumas delas formularam concepções de agência e responsabilidade epistêmica, conforme seus pressupostos. Vejamos alguns usos de “agência” em epistemologia.

I) William James, 1896

Na própria discussão da ética da crença, James traz o problema do controle de crenças pela vontade – que é o primeiro e um dos principais problemas para agência epistêmica.

Não parece absurdo, à primeira vista, afirmar que as nossas opiniões são modificáveis segundo a nossa vontade? Poderá a nossa vontade ajudar ou estorvar o nosso intelecto na sua percepção da verdade? Será que podemos, querendo-o apenas, acreditar que a existência de Abraham Lincoln é um mito e que os seus retratos na *McClure's Magazine* são de outra pessoa? Será que podemos por qualquer esforço da vontade, ou por força de desejar que fosse verdade, acreditar que estamos de boa saúde quando estamos acamados a gemer com reumatismo, ou ter a certeza de que a soma das duas notas de dólar que temos no bolso perfaz cem dólares? Podemos *afirmar* qualquer dessas coisas, mas não temos de modo algum o poder de acreditar nelas; [...]. (JAMES, 1896/2010, p. 141s).

Essa discussão foi muito ampliada e outras relações foram feitas entre crenças e vontade, crenças e ações e crenças e agência.

II) Roderick Chisholm, 1966

Chisholm fala em ações e agente, a partir da concepção de conhecimento como um conceito ético, sobre o qual incide dever:

O termo “dever” deve ser tomado na sua acepção vulgar, se quisermos que a definição se revista de algum significado. Mas “dever”, tal como vulgarmente entendemos o termo, é usado em associação com ações ou possíveis ações, que estão no âmbito do poder do agente e pelas quais pode ser tornado responsável, se as desempenhar. (“Ter a obrigação de” implica “poder”.) Mas as crenças serão ações, ou possíveis ações, no âmbito do poder de alguém? E pode um homem ser responsabilizado por aquilo em que crê ou deixa de crer? (Falamos, com frequência [sic], do que um homem deveria saber, mas raramente, ou nunca, daquilo em que um homem deveria acreditar.) (CHISHOLM, 1966/1974, p. 26).¹⁷

Ele relaciona a necessidade de controle das ações com as crenças para que possa haver algum tipo de dever em relação a elas. No domínio epistêmico, isso implica nas questões de controle de crenças e de se crenças são ações.

III) John Heil, 1982

Heil foi o primeiro a utilizar o termo “agência doxástica”. Ele entrou na discussão da ética da crença na vertente de Clifford, assumindo agência como um conceito cabível na busca da verdade, mas não dentro do que acreditava ser o cenário principal da epistemologia, a decisão doxástica.

Ainda é possível falar de responsabilidade e agência epistêmica, porém, se focarmos não nas maneiras (se de fato há alguma) nas quais os agentes selecionam crenças, mas nas maneiras nas quais eles selecionam procedimentos geradores de crenças. É aqui que a conversa de agência doxástica parece ter sua aplicação mais óbvia. (HEIL, 1982, p. 363).¹⁸

O termo “agência doxástica” ficou restrito à agência sobre os estados doxásticos, que envolvem o problema do involuntarismo doxástico, que veremos

¹⁷ Obra publicada em português. Tradução de Álvaro Cabral.

¹⁸ No original: “It is still possible to speak of epistemic responsibility and agency, however, if one focuses, not on the ways (if indeed there are any) in which agents select beliefs, but on the ways in which they select belief-generating procedures. It is here that talk of doxastic agency appears to have its most obvious application”.

adiante. Assim, abandonou-se esse termo, tendo ele surgido novamente no cenário epistemológico hodiernamente, sob a alcunha de “agência epistêmica”, somente.

IV) Richard Feldman, 1988

Richard Feldman também adentra a discussão da ética da crença. Ele defende a posição de Clifford e propõe uma interpretação para a posição de James:

Penso que as observações de [William] James são melhor vistas como comentários sobre fins epistêmicos, não sobre obrigações epistêmicas. Isso torna a visão de James muito similar àquela expressa por [Richard] Foley na citação acima. Ele [James] disse-nos pelo que devemos nos esforçar como agentes epistêmicos. Ele nada nos disse sobre quais meios devemos seguir para alcançar aqueles fins. Assim, penso que uma verdade sobre fins epistêmicos pode ser formulada como segue:

(4) Os objetivos de alguém como um crente racional são crer em coisas que são verdadeiras e evitar crer em coisas que são falsas. (FELDMAN, 1988, p. 247).¹⁹

Essa interpretação faz uma separação entre fins e meios epistêmicos. Os primeiros são os objetivos que devemos buscar como agentes, no sentido de fazer ações para alcançar os fins. Os últimos, contudo, é que constituem a questão central em epistemologia:

Não quero negar que há plausibilidade na visão de que devemos, em algum sentido, ser bons agentes epistêmicos. Entretanto, penso que ser um bom agente epistêmico nesse sentido é irrelevante para a noção central de obrigação epistêmica, e irrelevante para o tipo de obrigação com a qual Chisholm está preocupado. (FELDMAN, 1988, p. 249).²⁰

E essa questão consiste na obrigação que Clifford prescreveu, seguido por Chisholm – a preocupação com a decisão doxástica sincrônica:

¹⁹ No original: “I think that James's remarks are best seen as comments about epistemic ends, not about epistemic obligations. This makes James's view most similar to the one expressed by Foley in the passage quoted above. He has told us what we are to strive for as epistemic agents. He has told us nothing about what means we ought to follow in order to achieve those ends. Thus, I think that a truth about epistemic ends can be formulated as follows:

(4) One's goals as a rational believer are to believe things that are true and to avoid believing things that are false”.

²⁰ No original: “I do not wish to deny that there is plausibility in the view that we ought, in some sense, to be good epistemic agents. However, I think that being a good epistemic agent in this sense is irrelevant to the central notion of epistemic obligation, and irrelevant to the sort of obligation with which Chisholm is concerned”.

Eu ter sido, ser ou vir a ser um bom agente – se eu considero proposições importantes, etc. – não tem impacto sobre qual atitude devo epistemicamente tomar com respeito a p agora. Uma pessoa pode preencher as obrigações estritas sem ser um bom agente epistêmico no sentido amplo. Ele pode ter a atitude que deve ter com respeito a cada proposição que considera, apesar de ele passar a maior parte do tempo considerando uma sequência de proposições “não importantes” da forma “ $n+1 > n$ ” e mesmo se ele buscar estímulo intelectual indo jogar boliche. Tudo que ele deve fazer para preencher suas obrigações epistêmicas estritas é ter a atitude apropriada com respeito às proposições que ele considera. (FELDMAN, 1988, p. 250).²¹

A concepção de agência epistêmica de Feldman é secundária para seu projeto epistemológico, por não fazer parte da questão central de obrigações e deveres epistêmicos.

V) Usos atuais

Alguns usos atuais são no sentido de agência doxástica, outros no sentido de agência para a verdade. A disputa da ética da crença não foi resolvida, e as concepções de agência estão atreladas aos pressupostos das teorias que as desenvolvem. Temos, por exemplo:

i) agência epistêmica como agência doxástica:

“Por ‘agência epistêmica’ eu entendo essas capacidades que temos e que são relevantes para podermos, ou não, obter crença justificada e conhecimento.” (MUELLER, 2007, p. 16).²²

ii) agência epistêmica como agência para um fim epistêmico:

“Agência epistêmica é o tipo de agência que expressamos por meio de ações realizadas em um esforço para atingirmos nossos objetivos epistêmicos” (AHLSTROM-VIJ, 2010, p. 4).²³

²¹ No original: “I have been, am, or will be a good agent – whether I consider important propositions, etc. – has no bearing on what attitude I epistemically ought to take toward p now. A person can fulfill the narrower obligations without being a good epistemic agent in the broader sense. He might have the attitude he ought to have toward each proposition he considers even though he spends most of his time considering a sequence of “unimportant” propositions of the form “ $n+1 > n$ ” and even if he seeks his intellectual stimulation by going bowling. All that he must do in order to fulfill his narrower epistemic obligations is to have the appropriate attitude toward the propositions he does consider”.

²² No original: “By “epistemic agency” I mean those capacities that we have that are relevant to whether or not we are able to gain a justified belief and knowledge.”

²³ No original: “[...] epistemic agency is the kind of agency we express through actions performed in an effort to attain our epistemic goals.”

Além desses usos, Pascal Engel (2010) sistematizou diversos conceitos com o rótulo de “agência epistêmica”. Engel desenvolve sua investigação de agência epistêmica através de seis modelos de agência sobre o controle de crença – controle através da volição; através de julgamentos práticos; da reflexão; da sensibilidade para razões; de atos de aceitação, e através de uma fenomenologia própria – e dois modelos sobre conhecimento – um de conhecimento como habilidade e outro de conhecimento como um instrumento para um fim epistêmico. O teórico busca catalogar várias obras de diversos autores com propostas distintas de agência epistêmica – todas a partir do referencial de agência davidsoniana.

1.2 Agência epistêmica doxástica

Começaremos o exame de agência epistêmica com Engel (2010), utilizando a nomenclatura do autor, para facilitar a compreensão. Ele define a agência doxástica como o modelo manipulativo de agência epistêmica. É a concepção de agência como decisão doxástica que é controlada pela vontade. Isso ocorre através da causação de crenças pela volição; é um tipo de agência sobre atitudes doxásticas, doravante “agência doxástica”, consoante a tradição.²⁴ Ele coloca a definição em termos de um condicional (2010, p. 7)²⁵, a partir do qual formamos o argumento:

Argumento para agência doxástica:

- i) se eu posso controlar minhas ações pela vontade ou intenção ao tornar o caso que Φ , então posso controlar minhas crenças do mesmo modo;
- ii) eu posso controlar minhas ações pela vontade ou intenção ao tornar o caso que Φ ;
- iii) então posso controlar minhas crenças do mesmo modo.

²⁴ Tomaremos aqui a alcunha de “agência doxástica” para fazer referência à agência epistêmica sobre crença, por padrão. As demais atitudes doxásticas serão referidas especificamente, quando for o caso, e todas as referências a “doxástico” podem ser lidas como “crença”.

²⁵ No original: “If action is controlled by the will, and if I can control my actions through my will or through my intentions, by *making it the case* that Φ , then it seems that I can in the same way control my beliefs”.

O modelo manipulativo atende às condições do modelo minimalista de agência de Engel: tomando a ação como *crer*, o agente tem *razão* para *crer* (evidência para a crença); tem a *intenção* (volitiva) para *crer*; ambas *causam* a crença, e ele é *livre* para *crer*, sendo possível para ele *crer diferentemente*. Conclui-se, a partir da possibilidade de agência sobre ações, que temos agência sobre crenças da mesma maneira.

Podemos perceber que esse argumento para agência é baseado no voluntarismo doxástico, que é o correlato do livre-arbítrio sobre atitudes doxásticas. Uma vez que aceitamos as premissas (i) e (ii) do modelo manipulativo, aceitamos que as crenças também estão sob o controle da volição e que podemos ter a intenção e tornar o caso *crer que P*. Ou seja, *crer* é uma ação; a crença *P* é causada pelo agente, através da sua vontade, que é parte da concepção clássica do voluntarismo doxástico.

Contudo, pode não ser o caso que o voluntarismo doxástico é verdadeiro, uma vez que podemos não ter controle voluntário relevante sobre nossas crenças. Se for o caso que ele é falso, então o argumento para a agência epistêmica doxástica também é falso.

1.3 Agência epistêmica e involuntarismo doxástico²⁶

A agência epistêmica doxástica, ou modelo manipulativo, inclui como pressuposto o voluntarismo doxástico,²⁷ o controle voluntário sobre crenças. A aceitação do voluntarismo doxástico é, contudo, duvidosa dentro da literatura: existem duas teses que afirmam sua falsidade.²⁸ Ao tomá-lo como pressuposto, comprometemos o conceito de agência epistêmica com a verdade do voluntarismo doxástico. Vejamos o argumento que o considera como falso, acarretando a falsidade da agência doxástica:

²⁶ As menções a “involuntarismo” referem-se sempre a “involuntarismo doxástico”, sendo ocultada a qualificação por questão de economia.

²⁷ Para uma introdução ao problema, ver *Doxastic voluntarism*, de Rico Vitz, na *Internet Encyclopedia of Philosophy*, disponível em: < <http://www.iep.utm.edu/doxa-vol/>>.

²⁸ Existem duas linhas argumentativas que tratam desse problema, a fenomenológica (ou psicológica) e a lógica (ou conceitual). Elas têm como núcleo, respectivamente, a tese da inabilidade contingente, de William Alston (1988), e a tese da impossibilidade conceitual, de Bernard Williams (1973) – nomenclatura de Richard Feldman (2001, p. 79). Exploraremos a primeira neste capítulo, pois é sobre ela que se dão as disputas no deontologismo epistêmico. A segunda linha, conceitual, será exposta neste capítulo, e mais explorada no capítulo dois, a partir das críticas de Engel (2010) à proposta de agência epistêmica ali apresentada.

Argumento do involuntarismo antiagência doxástica:

- i) se há agência doxástica, então as pessoas têm controle voluntário sobre suas crenças;
- ii) as pessoas não têm controle voluntário sobre suas crenças;
- iii) então não há agência doxástica.

Está formado o argumento do involuntarismo antiagência doxástica, que é válido, tem premissas plausíveis e pretende ser cogente. Resta-nos ou refutar uma ou ambas de suas premissas, ou aceitar sua conclusão (a inexistência de agência epistêmica).

Para manter a possibilidade de agência epistêmica, necessitamos, por conseguinte, refutar o argumento. Examinaremos a verdade de ambas as premissas, a fim de verificar sua força para sustentar o argumento.

Passemos ao exame da premissa (ii), sobre o voluntarismo doxástico. Veremos a discussão inicialmente através da tese da inabilidade contingente, em disputa na literatura epistemológica. Em seguida, veremos uma tese mais forte e abrangente, a tese da impossibilidade conceitual, que também estabelece o involuntarismo doxástico, por outra via.

1.3.1 Tese da inabilidade contingente (ou psicológica)

A tese da inabilidade contingente afirma que a incapacidade de um indivíduo controlar as suas crenças é uma questão referente às capacidades psicológicas, que não possibilitam o controle voluntário. Se a constituição psicológica dos seres humanos fosse outra, o controle voluntário das crenças poderia ser possível, pois não há impedimento lógico necessário do conceito de crença em relação ao controle voluntário.

William Alston (1988) faz uma detalhada análise fenomenológica da crença e formula a tese da inabilidade contingente. Para examiná-la, seguiremos Müller (2010). Alston argumenta que há três tipos de controle e um tipo de influência voluntária sobre a ação. Ele busca explorar se as crenças se enquadram em algum tipo de controle voluntário e em que medida se dá esse controle sobre elas. Para tanto, começa identificando os tipos de controle possíveis:

I) controles:

i) direto:

a) básico;

b) não básico.

ii) indireto: de longo alcance.

II) influência indireta.

Vejamos os quatro tipos definidos por ele:

I) controle: i) direto: a) básico

Definido como a capacidade de executar uma ação intencionada, imediatamente, por meio da vontade. Ex.: movimentos corporais, como levantar o braço – decido *levantar* o braço e executo a ação intencionada através do movimento do meu braço para cima.

Não se aplica a *crer*, pois não temos a capacidade de decidir *crer* ou deixar de *crer* em alguma proposição. Ex.: decidir *crer*, em troca de um alto valor monetário, que a Terra é quadrada.

I) controle: i) direto: b) não básico

É a capacidade de executar uma ação que não está sob nosso alcance imediato, através de outras ações básicas; de produzir um estado de coisas no mundo através de um ato intencional ininterrupto – uma sequência causal de eventos que constitui uma ação. Ex.: iluminar uma sala através do movimento de acionar o interruptor de luz – ação básica que desencadeia outro evento, causador do estado de coisas intencionado.

Também não é o caso de *crer*, pois, ainda que executemos uma ação básica, nenhuma pode resultar numa crença diretamente. Isso porque, como visto acima, nenhuma crença pode ser controlada por ação básica, e tampouco uma ação básica pode desencadear algum evento que controle crenças. Ex.: acionar o interruptor não gera a crença de que posso iluminar um ambiente por mim mesmo, nem que posso fazer algo que terá um efeito de gerar uma crença.

I) controle: ii) indireto: b) de longo alcance

Tipo de controle similar ao controle não básico imediato, porém refere-se a estados de coisas que produzimos através de repetidas ações ao longo do tempo,

mediata e interruptamente. É como um conjunto de ações diretas que intencionam um fim único, que pode ser alterado pela adequada consecução dessas ações pelo agente. Ex.: controle do peso, que depende de alimentação e atividade diária; a cor da minha casa, que pode ser alterada por mim através da pintura de suas superfícies.

Não se aplica a *crer*, pois os atos básicos que executamos não produzem crenças, mas apenas estados que podem estar ligados a sua formação. Por mais que se deseje crer em algo, não é possível ter ações ao longo do tempo que assegurem a formação da crença; se ela ocorrer, será meramente acidental, e não produto das ações que empreendi. Assim, os casos de controle de longo alcance da crença são raros, constituindo exceções e não a regra. Ex.: posso frequentar diariamente uma confissão religiosa e desejar formar as crenças correspondentes a essa religião, contudo, não há garantia de que essas crenças sejam formadas, e, ainda que elas venham a ser, não há ligação entre as crenças formadas e as ações básicas tomadas, exceto indiretamente.

II) Influência indireta

A capacidade de tomar um curso de ação que influenciará uma condição com o passar do tempo. A influência, apesar de voluntária, não é um tipo de controle, portanto não é efetiva o bastante para ser tomada como plena, uma vez que não assegura o fim intencionado pelas ações. Ex.: melhorar minha saúde cardíaca através de uma dieta de baixa ingestão de gordura.

Essa influência é a única aplicável a *crer*, segundo Alston, porém não é forte o bastante para derrubar a premissa (ii) do argumento do involuntarismo (seja antiagência ou antideontologismo), uma vez que não é efetiva o suficiente para formar crenças de acordo com nossas intenções. Ou seja, podemos criar condições para formar um tipo de crença a longo termo, ainda que isso não assegure sua formação como desejado. Ex.: frequentar aulas de filosofia não faz com que creiamos nas teorias estudadas nelas, apesar de possibilitar que isso ocorra, e estudar lógica não implica que não mais formaremos crenças que contenham falhas lógicas, apesar de diminuir essa ocorrência.

1.3.2 Tese da impossibilidade conceitual (ou lógica)

A tese da impossibilidade conceitual, por outro lado, afirma que a incapacidade de controlar voluntariamente as crenças é uma questão lógica, referente ao próprio conceito de crença. Assim, não tem relação com as capacidades atuais do indivíduo.

Ainda que tivéssemos outra constituição psicológica, até mesmo mais sofisticada, é necessariamente logicamente impossível o controle voluntário sobre crenças.

Em *Deciding to believe* (1973), Williams investiga a relação da crença com a vontade. Ele examina a possibilidade de crer conforme a vontade (*believing at will*) e de decidir crer. Para tal, define cinco características das crenças (p. 136ss), sendo a primeira delas a relação com a verdade: crenças são estados mentais orientados para a verdade. Nossa investigação não é sobre crença, portanto vamos nos ater a este primeiro ponto relacionado à vontade, que é de interesse.

Ao contrário de outros estados mentais, como sentimentos, crenças podem ser verdadeiras ou falsas – a verdade é o seu critério de correção. Igualmente, quem crê que *P*, crê que *P* é verdadeira, é um paradoxo dizer “eu creio que *P*, mas *P* é falsa”. Porém, é comum avaliarmos as crenças em terceira pessoa, sendo adequado afirmar “Fulano crê que *P*, mas *P* é falso”.

A definição de crença como um estado mental orientado para a verdade é amplamente aceita. Ela mostra-nos que é impossível, por essa definição, que se creia através da vontade – se um estado mental é orientado pela vontade, e o sujeito pode decidir quando formá-lo, então ele pode ser formado independentemente da verdade e, por conseguinte, não pode ser uma crença.

Assim, há uma impossibilidade conceitual, lógica, de que uma crença seja formada conforme a vontade do crente, pois crença é o estado orientado para a verdade. Qualquer estado mental que não for orientado para a verdade, não é uma crença. Então, um estado mental controlado pela vontade, não é uma crença, podendo ser um desejo, intenção, etc.

Essa tese é bastante forte, pois implica na necessidade de que não haja nenhum caso de crença que não seja orientada para a verdade. Contudo, ela é bastante alijada na literatura epistemológica recente, devido à existência de contraexemplos, como veremos adiante.

1.4 Deontologismo epistêmico e involuntarismo doxástico²⁹

Estabelecido o involuntarismo doxástico, então resta-nos ou refutar ambas as teses, ou aceitar a conclusão de que não há agência epistêmica. Além disso, qualquer

²⁹ As menções a “deontologismo” referem-se sempre a “deontologismo epistêmico”, sendo ocultada a qualificação por questões de estilo de escrita.

proposta de formulação de agência epistêmica também necessitará lidar, doravante, com o problema do involuntarismo doxástico.³⁰ Ou seja, para conceber agência epistêmica, será necessário abandonar exigências de controle voluntário sobre crenças.

Veremos as estratégias do deontologismo epistêmico para lidar com o involuntarismo doxástico. O uso de tal percurso com o deontologismo pretende ser análogo, uma vez que encontramos, em sua formulação padrão, semelhante pressuposto acerca da necessidade de controle de crenças para sustentar a responsabilidade sobre elas. Nosso foco aqui, portanto, é a relação entre o involuntarismo doxástico e o deontologismo epistêmico, e não a definição de deontologismo epistêmico, que só usaremos para pôr em movimento a estratégia argumentativa necessária.³¹

Matthias Steup faz a seguinte definição *standard* para o deontologismo epistêmico:

Deontologismo: S está justificado em crer que *p* em *t* se e somente se é epistemicamente responsável (ou permissível para) S acreditar em *p* em *t*. (STEUP, 2001, p. 135).³²

Um dos primeiros deveres doxásticos é a formação adequada de crenças,³³ que tradicionalmente é baseada na capacidade de fazê-lo através da vontade, ou seja, no voluntarismo doxástico. Sendo assim, facilmente formula-se o seguinte argumento, similar ao antiagência, aqui baseado na versão de Feldman:

Argumento do [in]voluntarismo [doxástico antideontologismo epistêmico]:

- i) se os julgamentos deontológicos sobre crenças são verdadeiros ocasionalmente, então as pessoas têm controle voluntário sobre suas crenças;
- ii) as pessoas não têm controle voluntário sobre suas crenças;

³⁰ Para uma defesa do voluntarismo doxástico, ver *Deciding to believe*, de Carl Ginet, em Steup (2001).

³¹ Para uma abordagem do deontologismo epistêmico em relação a justificação epistêmica, ver *A noção deontológica de justificação*, de Felipe Müller (2007).

³² No original: “Deontology: S is justified in believing that *p* at *t* if and only if it is epistemically responsible of (or permissible for) S to believe that *p* at *t*”.

³³ As crenças têm dois processos fundamentais, formação e revisão. Embora distintos, assumiremos que o que vale para o primeiro valerá igualmente para o segundo, restringindo nosso exame e referências à formação de crenças.

iii) julgamentos deontológicos sobre crenças não são verdadeiros ocasionalmente. (FELDMAN, 2001, p. 79).³⁴

Está formado o argumento do involuntarismo doxástico antideontologismo epistêmico, que é válido, tem premissas plausíveis e pretende ser cogente. Se não desejamos aceitar sua conclusão, restam as seguintes possibilidades: refutar uma das premissas, (i) ou (ii), ou ambas.

Matthias Steup (2000, 2012), proeminente defensor do deontologismo epistêmico, busca refutar a premissa (ii), estabelecendo um compatibilismo doxástico. Richard Feldman (2000, 2001) também buscou refutar a premissa (ii), negando a tese da impossibilidade conceitual, porém aceitou parcialmente a tese da inabilidade contingente, estabelecendo um voluntarismo doxástico restrito, do qual busca escapar por uma manobra em relação à premissa (i). Veremos brevemente ambas as estratégias, mas seguiremos a última para agência epistêmica.

1.4.1 Compatibilismo de Matthias Steup

Steup (2012) faz uma distinção entre tipos de controle, buscando espaço para uma proposta compatibilista. Essa proposta visa a aceitar o determinismo sobre os estados doxásticos, mas também mostrar que há um tipo de controle disponível ao agente, portanto uma liberdade específica:

Controle voluntário

Eu tenho controle voluntário sobre praticar ϕ sse (i) eu tenho *controle volicional*: posso decidir praticar ϕ e posso decidir abster-me de praticar ϕ ; (ii) eu tenho *controle executacional*: se eu decidir praticar ϕ então eu posso praticar ϕ , e se decidir não praticar ϕ então posso abster-me de praticar ϕ (STEUP, 2012, p. 146).³⁵

Ele afirma que essa é uma concepção libertária de controle voluntário. Uma concepção compatibilista exige somente a condição (ii). Steup diz que essa distinção

³⁴ No original: “*The Voluntarism Argument*. 1. People do not have voluntary control over their beliefs. 2. If deontological judgments about beliefs are sometimes true, then people have voluntary control over their beliefs. 3. Deontological judgments about beliefs are not sometimes true”.

³⁵ No original: “*Voluntary control* I have voluntary control over ϕ -ing iff (i) I have *volitional control*: I can decide to ϕ and I can decide to refrain from ϕ -ing; (ii) I have *executorial control*: If I decide to ϕ then I can ϕ , and if I decide not to ϕ then I can refrain from ϕ -ing”.

entre libertaristas e compatibilistas, dada pelas condições (i) e (ii), é ignorada na epistemologia por diversos autores, como Alston, ao fazer sua fenomenologia da crença.

Desse modo, ele pretende que se possa afirmar o controle doxástico voluntário compatibilista, que consiste não em escolher as atitudes doxásticas – algo determinado pela consideração das evidências – mas em executar a decisão doxástica assumindo a atitude proposicional correspondente à situação evidencial. Steup segue adiante, explicando a determinação causal das volições:

Determinação causal não é um obstáculo para estar no controle da sua vontade. O que importa não é *que* as volições são causadas, mas *como* elas são causadas. Volições com uma história causal boa são aquelas que estão sob o controle do sujeito; volições originadas em causas ruins são aquelas que falham em estar sob seu controle. (grifo original, STEUP, 2012, p. 153).³⁶

São as volições que originam as atitudes doxásticas, mas é o agente que as executa. Esse processo entre a tomada de decisão e a execução inclui a deliberação das evidências, que constitui a cadeia causal adequada. Dessa forma, um agente que tem controle compatibilista exerce-o da seguinte forma: se a minha situação evidencial é *x*, e a crença adequada a ser formada é *p*, eu delibero e formo a crença de que *p*; mas, se a minha situação evidencial fosse *y*, eu não formaria a crença de que *p*, mas deliberaria e chegaria à alternativa correspondente, digamos, *não p*.

O que a posição compatibilista abre mão é de que é possível escolher crer ou crer diferentemente *dada a mesma situação evidencial*. Assim, a posição libertarista é colocada bastante distante da compatibilista, e é ela que sofre a maior parte das críticas das teses acerca do involuntarismo doxástico.

Apesar de defender o compatibilismo, Steup aceita que há diferenças entre os domínios práticos e epistêmicos. Assim, explica as analogias e desanalogias com o domínio das ações:

A execução de decisões epistêmicas é ambas, análoga e desanáloga, com a execução de decisões práticas. É análoga, uma vez que, assim como executo uma decisão doxástica se tomo uma decisão doxástica porque decidi tomá-la, executo uma decisão prática se ajo de uma certa forma porque decidi agir daquela forma. Mas também há desanalogia, uma vez que, no domínio

³⁶ No original: “Causal determination is not an obstacle to being in control of one’s will. What matters is not that one’s volitions are caused but how they are caused. Volitions with a good causal history are those that are under one’s control; volitions originating in bad causes are those that fail to be under one’s control”.

prático, a execução de uma decisão frequentemente envolve um esforço muscular mínimo e frequentemente mais que isso. Formar uma crença não envolve tal esforço. Além do mais, há desanalogia porque uma quantidade significativa de tempo pode decorrer entre o tomar de uma decisão e sua execução. Ordinariamente, isso é diferente em contextos doxásticos. Uma vez que julgamos que nossa evidência suporta crer que p , nós acreditamos que p automática e instantaneamente. Nenhum esforço é exigido, e certamente não estamos cientes de qualquer ato tal como ‘executar’ nossa decisão. Entretanto, essas diferenças não enfraquecem meu ponto principal: que o sujeito executa uma decisão para ϕ -er, se ele ϕ -er *porque* ele conclui que suas razões ou evidências suportam ϕ -er. (grifo original, STEUP, 2000, p. 34s).³⁷

Steup busca sustentar uma forma de controle voluntário sobre crenças que não envolve escolha voluntária. Assim, a decisão doxástica é um processo que ocorre no sujeito, que não está sob seu controle. O que está sob seu controle é a execução dessa decisão, com a formação do estado correspondente.

A concepção de agência doxástica como escolha voluntária é abandonada nessa perspectiva compatibilista. O tipo de agência que poderia ser desenvolvida é uma agência baseada na execução – o espaço do agente que leva ao cumprimento do seu dever epistêmico – ou seja, executar a formação do estado doxástico adequado às evidências. Porém, Steup não desenvolve nenhuma proposta de agência, focando-se no deontologismo epistêmico, com as discussões acerca de deveres, controle, liberdade e justificação, que não são nosso enfoque.

Independentemente da disputa sobre o compatibilismo e o deontologismo, ela não alcança a discussão de agência doxástica. Preferimos buscar um caminho alternativo ao problema do involuntarismo doxástico. Assim, passemos à estratégia de Feldman.

1.4.2 Voluntarismo doxástico restrito de Richard Feldman

³⁷ No original: “The execution of epistemic decisions is both analogous and disanalogous to the execution of practical decisions. It is analogous since, just as I execute a doxastic decision if I take a doxastic attitude because I have decided to take it, I execute a practical decision if I act in a certain way because I have decided to act in that way. But there is also disanalogy since, in the practical domain, the execution of a decision often involves at a minimum a muscular effort, and often more than that. Forming a belief involves no such effort. Furthermore, there is disanalogy because a significant amount of time might elapse between the making of a decision and its execution. Ordinarily, this is different in doxastic contexts. Once we have judged that our evidence supports believing that p , we believe that p automatically and instantaneously. No effort is required, and we certainly are not aware of any act such as ‘executing’ our decision. However, these differences do not undermine my main point: that one has executed a decision to ϕ if on[e] ϕ -s *because* one has concluded that one’s reasons or one’s evidence supports ϕ -ing”.

Para examinarmos melhor a premissa (ii) (as pessoas não têm controle voluntário sobre suas crenças) do argumento do involuntarismo, utilizaremos o caminho percorrido por Feldman. Ele busca negar a tese da impossibilidade conceitual e também a da inabilidade contingente ao refutar a premissa (ii) do argumento do involuntarismo, através de um caso singular, do qual extraímos o seguinte argumento:

Argumento para o voluntarismo doxástico restrito:

- i) se eu tenho controle sobre um estado do mundo e minha crença rastreia aquele estado, então eu tenho controle sobre minha crença;
- ii) eu tenho controle sobre um estado do mundo;
- iii) minha crença rastreia aquele estado;
- iv) então eu tenho controle sobre minha crença.

O argumento para o voluntarismo doxástico restrito é uma reformulação do argumento para o voluntarismo doxástico. Ele confronta a premissa (ii) do argumento do involuntarismo antideontologismo, atacando a impossibilidade de formarmos crenças conforme nossa vontade, através da produção de estados no mundo que possibilitem a formação das crenças desejadas. Dessa forma, poderíamos ter um controle sobre nossas crenças e, então, uma forma de voluntarismo doxástico, ainda que mais restrita.

Porém, como assume Feldman, tudo que esse argumento mostra é que temos controle voluntário sobre um tipo específico de crenças, as crenças sensíveis a estados do mundo que controlamos. Todos os demais tipos de crença continuam fora do controle voluntário de qualquer tipo, portanto, o que o argumento para o voluntarismo restrito sobre crença realmente implica é a inclusão desse tipo específico de crenças (sensíveis aos estados do mundo que podem ser controlados) nos controles não básico imediato e de longo alcance (indireto).

Exemplos desse tipo de crença ocorrem quando desejo crer que a sala está iluminada e, ao ligar a luz, acionando o interruptor, eu causo indiretamente a iluminação da sala e, conseqüentemente, formo a crença de que a sala está iluminada (sensível a esse estado do mundo que está sob meu controle não básico imediato) ou quando quero crer que minha casa é amarela e pinto a casa dessa cor durante minhas férias (controle de longo alcance), formando, então, a crença de que a minha casa é amarela.

Se esse argumento for cogente, sua conclusão implica na falsidade da tese da impossibilidade conceitual de Bernard Williams. Feldman afirma que a tese é falsa e

que há crenças que podemos controlar (2001, p. 80). Não vamos disputar a verdade de (iii) (a conclusão do argumento), nem da tese da impossibilidade conceitual. Assumiremos, por hipótese, que (iii) é verdadeira e que a tese é falsa, a fim de avaliar suas implicações para agência epistêmica.

Vemos que esse tipo de crença é muito limitado para estabelecer o voluntarismo doxástico amplo. Além de não implicar em nenhum tipo de controle direto sobre crenças, apenas indireto, ele deixa de fora muitos tipos de crença. Feldman conclui, portanto, que ele não é suficiente para derrubar a força de (ii) do argumento do involuntarismo antideontologismo, apenas para sugerir uma revisão:

Argumento do [in]voluntarismo [antideontologismo epistêmico] revisado:

i) as pessoas não têm controle voluntário sobre crenças a respeito de estados do mundo que elas não podem controlar;

ii) se os julgamentos deontológicos sobre essas crenças são verdadeiros, então as pessoas têm *controle voluntário sobre essas crenças*;

iii) julgamentos deontológicos sobre essas crenças não são verdadeiros. (grifo original, FELDMAN, 2001, p. 83).³⁸

Uma vez aceita a verdade da premissa (i) do argumento do involuntarismo antideontologismo epistêmico revisado, resta a refutação da premissa (ii). Passemos ao exame.

Tanto a premissa (ii) do argumento do involuntarismo anti-deontologismo epistêmico revisado, quanto a premissa (i) do argumento do involuntarismo antiagência epistêmica estão assentados sobre o princípio “dever-poder” da tradição kantiana. Tal princípio é assim definido por Müller:

Princípio dever-poder ético:

“se um sujeito S deve [no tempo t e em condições w] fazer Φ [em t'], então S pode [em T e W] fazer Φ [em T']” (MÜLLER, 2004, p. 60-61).

³⁸ No original: “*The Voluntarism Argument (Revised)*. 1. People do not have voluntary control over beliefs concerning states of the world they can’t control. 2. If deontological epistemic judgments about those beliefs are true, then people have *voluntary control over those beliefs*. 3. Deontological epistemic judgments about those beliefs concerning [states of the world they can’t control] are not true”.

De maneira análoga, utiliza-se o princípio na epistemologia:

Princípio dever-poder epistêmico:

“se um sujeito S deve [no tempo t e em condições w] crer que p [em t'], então S pode [em T e W] crer que p [em T']” (MÜLLER, 2004, p. 60-61).

As negações das premissas dos argumentos consistem nas possibilidades de refutação ou contorno desse princípio. Vejamos a estratégia adotada para o deontologismo epistêmico.

Feldman afirma que os julgamentos deontológicos sobre crenças (e os deveres epistêmicos por trás deles) não são dependentes do controle sobre as crenças, ou seja, podemos ter um dever epistêmico, ainda que não tenhamos condições de cumpri-lo adequadamente. Ele defende que há tipos de declaração de dever que não implicam em controle voluntário. Esses deveres epistêmicos derivam do nosso papel específico de crentes, que se baseia no seu bom desempenho, a saber, a formação correta de crenças.

Aqui, ele utiliza uma noção mais refinada de dever, como o resultado do desempenho de um papel, que não necessita advir de ações voluntárias:

Na minha visão, a maneira correta de um sujeito cumprir o seu papel como um crente é formar crenças que são suportadas pela sua evidência. Isto é, se alguém está considerando uma proposição, então ele deve acreditá-la se a sua evidência suporta-a, deve desacreditá-la se sua evidência vai contra ela, e deve suspender o juízo se sua evidência é neutra. (FELDMAN, 2001, p. 88).³⁹

O dever de termos um bom desempenho (*performance*) enquanto agentes doxásticos é independente do poder de controlar esses desempenhos. Ao contrário das obrigações epistêmicas, posição anterior de Feldman (1988), que implicavam em poder de escolha, os deveres epistêmicos possuem um caráter avaliativo, implicando em responsabilidade pelo desempenho, mas não em escolha, tampouco em culpa ou louvor (FELDMAN, 2008).

O desempenho do papel de crentes está para os agentes que formam crenças, assim como o desempenho do papel de agentes éticos está para os agentes que fazem

³⁹ No original: “In my view, the right way to carry out one's role as a believer is to form beliefs that are supported by one's current evidence. That is, if one is considering a proposition, then one ought to believe it if one's evidence supports it, ought to disbelieve it if one's evidence goes against it, and ought to suspend judgment if one's evidence is neutral”.

coisas ordinárias – em ambos os casos pode-se falhar e não ser capaz de cumprir com os requisitos e deveres implicados pelo papel que se tem, mas permanece, contudo, a responsabilidade do agente em desempenhar bem esses papéis em uma ampla variedade de situações. Feldman exemplifica essa analogia citando pais, professores e ciclistas, que desempenham papéis os quais implicam uma série de deveres para serem bem cumpridos. Esses agentes nem sempre conseguem satisfazer esses deveres – pais ficam aborrecidos e deixam de educar os filhos, professores enganam-se e ensinam falsidades, ciclistas caem, etc. – falhando em situações específicas, mas ainda assim podem manter o desempenho desse papel de um modo geral.

Pode-se adentrar em diversas disputas aqui, como a de obrigações-deveres, o que define um bom desempenho e uma formação correta de crença, dentre outras. Nenhuma delas é nosso objetivo ou traz implicações para a proposta de Feldman. Basta-nos ter em vista a defesa do deontologismo que rejeita o voluntarismo doxástico – e que, embora disputável, indica um caminho possível de saída para agência epistêmica.

1.5 Agência epistêmica e voluntarismo doxástico

Examinaremos se a resposta do deontologismo ao problema do involuntarismo doxástico serve aos propósitos de agência epistêmica. Isso será feito de dois modos: primeiro, através da aplicação do argumento do involuntarismo antideontologismo epistêmico revisado para agência epistêmica, seguido do exame do argumento para o voluntarismo sobre crença restrito; e, depois, pela ideia de desempenho do papel de crenças.

1.5.1 Voluntarismo doxástico restrito

Vejam primeiro a reformulação do argumento voluntarista antideontologismo. Se utilizarmos o argumento para o voluntarismo doxástico restrito aplicado à agência epistêmica, teremos semelhante reformulação ou será que podemos chegar a outra conclusão? Voltemos ao argumento:

Argumento para o voluntarismo doxástico restrito:

i) se eu tenho controle sobre um estado do mundo e minha crença rastreia aquele estado, então eu tenho controle sobre minha crença;

- ii) eu tenho controle sobre um estado do mundo;
- iii) minha crença rastreia aquele estado;
- iv) então eu tenho controle sobre minha crença.

Caso aceitemos as premissas desse argumento, estamos forçados a aceitar um voluntarismo doxástico restrito. Ele garantiria a possibilidade conceitual de controle de crenças e poderia sustentar uma forma de agência epistêmica, ainda que limitada. Se retornarmos a Engel, ainda no exame do modelo de agência epistêmica manipulativa, ao assumir que ela é inviável devido ao involuntarismo doxástico, ele próprio afirma haver um sentido possível de agência epistêmica indireta. A descrição de Engel é muito parecida com a descrição dos controles que são passíveis de serem exercidos sobre o mundo, a fim de gerar uma crença específica que seja do tipo sensível à produção desses estados: “Pode ser o caso que nós causamos a nós mesmos acreditar nas coisas por alguma razão prática ou prudencial, mas para a qual temos boas razões epistêmicas como resultado de alguma ação” (ENGEL, 2010, p. 7).⁴⁰

Vamos continuar assumindo a verdade da conclusão do argumento para o voluntarismo doxástico restrito. Levando em consideração a reformulação do argumento voluntarista antideontologismo, motivado pela restrição a ser incluída na premissa (ii) (as pessoas não têm controle voluntário sobre crenças [a respeito de estados do mundo que não podem controlar]), chegamos à reformulação do argumento sobre agência epistêmica:

Argumento do involuntarismo antiagência epistêmica revisado:

- i) as pessoas não têm controle voluntário sobre crenças a respeito de estados do mundo que não podem controlar;
- ii) se há agência epistêmica sobre essas crenças a respeito de estados do mundo que não podem controlar, então as pessoas têm controle voluntário sobre essas crenças;
- iii) então não há agência epistêmica sobre essas crenças a respeito de estados do mundo que não podem controlar.

⁴⁰ No original: “It may be the case that we cause ourselves to believe things for some practical or prudential reason but for which we have good epistemic reasons as a result of some action”.

Uma vez que aceitamos as premissas, essa reformulação dá margem para a sustentação de agência epistêmica sobre crenças a respeito de estados do mundo que podem ser controlados. Vejamos o argumento para isso:

Argumento para o voluntarismo doxástico restrito para agência epistêmica:

i) as pessoas têm controle voluntário sobre crenças a respeito de estados do mundo que elas podem controlar;

ii) se as pessoas têm controle voluntário sobre crenças a respeito de estados do mundo que elas podem controlar, então há agência epistêmica sobre crenças a respeito de estados do mundo que elas podem controlar;

iii) então há agência epistêmica sobre crenças a respeito de estados do mundo que elas podem controlar.

O argumento é válido e tem premissas plausíveis, pretendendo ser cogente. Poderíamos parar aqui e aceitar a possibilidade de um tipo de agência epistêmica, ainda que restrita e específica. Contudo, seria imprudente não retornar ao exame de Engel sobre essa possibilidade de agência indireta – de modo específico, para examinarmos a premissa (ii), que é baseada no argumento para o voluntarismo doxástico restrito de Feldman, e que foi assumida como verdadeira até aqui.

Se for possível sustentar esse último argumento para agência epistêmica, a partir da possibilidade do voluntarismo doxástico restrito, teremos a possibilidade de agência epistêmica. Ainda restará o exame da efetividade dessa concepção, tal qual feita com o deontologismo por Feldman. Avaliemos essa possibilidade a partir de Engel (2010).

Engel faz uma distinção entre razões para crer, que podem ser epistêmicas ou práticas, afirmando que só as primeiras são adequadas para constituir o caráter epistêmico de uma ação. Mas, na agência indireta, as razões práticas são as bases da ação. Isso compromete a agência epistêmica, por serem razões práticas que causam a crença. Engel afirma: “o problema com o [modelo de] controle manipulativo é que nós nos propomos a crer que P por razões pelas quais não são as que *deveríamos crer* que P” (grifo original, 2010, p. 7).⁴¹ A crença poderia ter como causa o desejo de que o mundo seja de tal forma, anterior à mudança do mundo, e essa modificação, para que

⁴¹ No original: “The problem with manipulative control is that we set ourselves to believe that P for reasons which are not the reasons for which we *ought to believe* that P”.

ele seja de tal forma, é o que torna a crença verdadeira posteriormente, não a consideração das razões epistêmicas. Se o sujeito falhasse em alterar o mundo (assim como nos casos em que não pode fazê-lo), sua crença seria falsa, pois não rastrearía o mundo, mas o apresentaria como o desejo do agente que falhou em mudá-lo. Temos, portanto, no máximo, uma crença que é verdadeira como resultado de agência prática e não pode contar como um caso de agência epistêmica.

Pode-se argumentar que, se podemos exercer agência e posteriormente formar crenças correspondentes ao seu resultado, estaremos produzindo efeitos no domínio epistêmico. Porém, esses efeitos são justamente a formação de crenças, não o estado de coisas no mundo. Ao produzirmos um estado de coisas no mundo com a intenção de formar uma crença, nossa agência não será epistêmica, pois é anterior ao processo de formação da crença. A formação da crença exige aquele estado previamente e continuará sendo uma consequência da agência prática do agente, não estando sujeita ao seu controle, mas aos seus próprios critérios de formação. Ainda que o resultado da agência seja epistêmico, ela em si mesma não será. Ou seja, o resultado será epistêmico, i.e., a crença sensível aquele estado de coisas do mundo produzido pelo agente, mas a agência em si não, uma vez que a agência é efetivamente a produção do estado de coisas do mundo, e a formação da crença é um processo que ocorre após essa alteração no mundo.

Sendo assim, pensamos que o argumento para o voluntarismo doxástico restrito parte de premissas falsas. Devemos abandonar tanto essa versão do argumento, quanto o argumento para o voluntarismo doxástico restrito para agência epistêmica, que é dependente dela. Agência epistêmica não pode ser estabelecida a partir de nenhum tipo de controle ou ação sobre crenças. Mesmo que haja uma relação entre crenças sobre estados do mundo que podemos alterar e nossa capacidade de ação para alterá-los, não alteraremos nossa formação das crenças correspondentes, que obedecem a critérios epistêmicos próprios, eliminando a possibilidade de controle.

Isso faz com que refutemos a possibilidade conceitual que Feldman aceitou para o deontologismo epistêmico. A tese da impossibilidade conceitual pode ser verdadeira, mas consideraremos sua falsidade, por hipótese. Passemos à alternativa de Feldman, com a avaliação pelo desempenho de papéis.

1.5.2 Desempenho de papéis

Feldman (2000, 2001) afirma que os sujeitos epistêmicos são agentes que desempenham o papel de crentes. Esse desempenho pode ser mais ou menos bem-sucedido, conforme a capacidade, ou falta dela, por parte do agente. Mas as falhas não implicam em impossibilidade do desempenho, pelo contrário, elas também constituem o desempenho, pois o risco de falhar e não atingir seu objetivo é inerente.

Nem as condições, nem as consequências do desempenho são detalhadas por Feldman. Ele estabelece, como vimos, o bom uso das evidências disponíveis como o cumprimento adequado do papel. Seu foco é a decisão doxástica, seja ela controlada pelo agente ou não. Os resultados alcançados, seja sucesso (verdade) ou falha (falsidade), não são cruciais para seu ponto, estritamente sincrônico:

Considere a sugestão de que o sujeito deve buscar e considerar toda evidência relevante. Ela pode ser uma boa ideia, mas quando a minha questão é o que eu deveria crer agora, buscar mais evidência não é uma das minhas opções. Suponha que eu não tenha pensado muito cuidadosamente sobre alguma proposição, mas a pouca evidência que tenho sugere que a proposição é verdadeira. Pergunto, “Eu deveria acreditar naquela proposição agora?”. Se você me disser que eu deveria buscar mais evidência, então minha questão original permanece sem resposta. Talvez eu deveria buscar mais evidência ou pensar sobre a questão depois, mas até ter a chance para fazer isso, o que eu deveria crer? O que eu deveria acreditar agora? É essa última questão, penso, que é a questão epistêmica central, e essas questões sobre agência epistêmica são claramente irrelevantes para ela. (FELDMAN, 1988, p. 250).⁴²

O espaço para agência doxástica está fechado em uma teoria deontológica – o cumprimento dos deveres epistêmicos através de desempenhos não exige senão a consideração adequada das evidências, para que o sujeito creia com base em evidência suficiente –, posição chamada de “evidencialismo”.⁴³

A concepção de agência epistêmica fica relacionada à busca da verdade, através de coleta de evidências e métodos para tal – uma questão que é dita não ser central na epistemologia. Seria possível, contudo, pensar em outro tipo de agência

⁴² No original: “Consider the suggestion that one ought to seek and consider all relevant evidence. That may be a good idea, but when my question is what I should believe now, seeking more evidence just isn't one of my options. Suppose I haven't thought very carefully about some proposition, but the little evidence I have seen suggests that the proposition is true. I ask, “Should I believe that proposition now?” If you tell me that I should seek more evidence, than [sic] my original question remains unanswered. Perhaps I should seek more evidence or think about the matter further, but until I have a chance to do that, what should I believe? What should I believe now? It is this latter question, I think, that is the central epistemic question, and these issues about epistemic agency are quite clearly irrelevant to it”.

⁴³ Esse é um rótulo muito amplo, que engloba posições diversas com diferenças entre elas. Para uma visão aprofundada do evidencialismo de Feldman, ver *Evidentialism: Essays in Epistemology*, Earl Conee e Richard Feldman (2004); e, para um panorama, ver *Ethics of Belief*, seção, *Evidentialism: an overview*, de Andrew Chignell, na SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/ethics-belief/#EviOve>>.

epistêmica diretamente relacionada à decisão doxástica que não a agência doxástica? Haveria espaço para outra forma de agência epistêmica sem o voluntarismo doxástico?

Feldman afirma o que é o desempenho do papel de crentes:

Isto é, nós formamos crenças como respostas às nossas experiências no mundo. Qualquer engajado nessa atividade deve fazê-la certo. Na minha visão, o que eles devem fazer é seguir sua evidência (ao invés de seus desejos ou medos). Sugiro que deveres epistêmicos são desse tipo – eles descrevem a maneira certa de desempenhar um papel. [...] Eles são baseados no que é bom desempenho.

Além disso, é plausível dizer que o papel de um crente não é um sobre o qual tenhamos qualquer escolha real de assumir. [...] É nossa condição sermos crentes. Devemos fazê-lo certo. Não importa que em alguns casos sejamos incapazes para isso. Mesmo em casos nos quais um crente não tem controle em absoluto, faz sentido falar no que ele deve crer e no que deve não crer. O que conta como um bom desempenho de um papel, e assim determina como um papel deve ser cumprido, pode depender de certa forma no que as pessoas são geralmente capazes de fazer. (FELDMAN, 2001, p. 88).⁴⁴

A proposta de desempenho do papel de crente aponta para uma outra teoria epistemológica que não o deontologismo epistêmico, uma teoria sobre desempenho epistêmico. Essa teoria acerca do desempenho epistêmico pode ser encontrada na epistemologia da virtude de Ernest Sosa. Ele abandona o conceito de agência por ações e define-o através de desempenhos, que possuem uma normatividade própria. Assim, passemos à epistemologia da virtude, que trata do desempenho dos crentes e desenvolve uma concepção própria de agência epistêmica.

⁴⁴ No original: That is, we form beliefs in response to our experiences in the world. Anyone engaged in this activity ought to do it right. In my view, what they ought to do is to follow their evidence (rather than their wishes or fears). I suggest that epistemic oughts are of this sort—they describe the right way to play a certain role. [...] They are based on what's good performance. Furthermore, it is plausible to say that the role of a believer is not one that we have any real choice about taking on. [...] It is our plight to be believers. We ought to do it right. It doesn't matter that in some cases we are unable to do so. [...] Even in cases in which a believer has no control at all, it makes sense to speak of what he ought to believe and ought not to believe. What counts as good performance in a role, and thus determines how a role ought to be carried out, may be dependent in certain ways on what people are generally able to do.

2 AGÊNCIA EPISTÊMICA REFLEXIVA

Neste capítulo, exporemos e examinaremos outra proposta de agência epistêmica, diferente do deontologismo epistêmico e das analogias com a ética. Trabalharemos com a concepção de Ernest Sosa, principalmente com a exposta no livro *Knowing full well* (2011), capítulo dois, *Epistemic agency*, e no artigo *Epistemic agency* (2013), a partir da sua tradução publicada, *Agência epistêmica* (2012).⁴⁵

Abrimos mão da agência doxástica, como visto no capítulo anterior, em função da falta de controle voluntário sobre nossos estados doxásticos. Vimos que não há ações, no sentido robusto, no domínio epistêmico. Investigaremos, então, agência epistêmica através de desempenhos de um crente. Examinaremos se os desempenhos são do tipo epistêmico e se possibilitam agência epistêmica.

Desempenhar implica em risco, o risco de falhar, pois é sempre possível obter sucesso ou fracassar no que se desempenha. A formação de crença (e aquisição de conhecimento) pode, então, falhar. A falha epistêmica pode ter consequências práticas, como quando, por exemplo, eu falho em saber os horários de ônibus da minha região e me atraso para um compromisso, ou quando falho em acreditar nas evidências que me são apresentadas e creio com base no meu preconceito, agindo sobre uma falsidade.

A teoria de Sosa tem se desenvolvido como uma epistemologia da virtude de dois níveis.⁴⁶ Ela abarca tanto os processos cognitivos de busca da verdade quanto a consideração reflexiva das evidências na decisão doxástica e tem como noção central a avaliação de desempenhos de agentes motivados que visam a alcançar um fim, o conhecimento, manifestando virtudes ou competências, que são disposições de um agente. Exporemos a epistemologia da virtude de Sosa, primeiramente, a partir de normatividade e agência em geral, para depois abordar o domínio epistêmico – normatividade e agência epistêmica (2012).

Exploraremos as seguintes críticas à proposta de Sosa sobre agência epistêmica: Pascal Engel (2010), à virtude, a partir do modelo de agência epistêmica sobre conhecimento; Cláudio de Almeida (2002) e Hilary Kornblith (2012), à

⁴⁵ Em alguns trechos, em função de erros de tradução, usaremos o artigo original, em inglês, que teve sua publicação posterior. No restante, seguiremos a tradução publicada, para padronização terminológica em português.

⁴⁶ Para uma caracterização e crítica da teoria de Sosa, ver *Bi-level virtue epistemology*, de John Turri (2013).

capacidade de reflexão, a partir de uma abordagem tradicional e naturalista, respectivamente. Por último, faremos uma avaliação da proposta de Sosa, levando em conta as críticas expostas, bem como uma retomada dos capítulos um e dois.

2.1 Agência por desempenhos

2.1.1 Normatividade de desempenhos

Sosa (2011 e 2012) concebe desempenhos (*performances*) como constituindo a base para agência, em vez de ações (*actions*) ou de fazeres (*doings*). Ele contrapõe os desempenhos aos sofrimentos ou meros fazeres, que compõem tipos de eventos passivos. Os desempenhos são separados em dois tipos (2012, p. 23): funcionamentos (*functionings*) e diligências (*endeavors*). Os primeiros referem-se aos funcionamentos propriamente ditos, padrões mínimos de operações adequadas ao agente causal. As diligências, por outro lado, “podem e frequentemente derivam de escolhas e juízos livremente determinados” (2013, p. 1).⁴⁷

Desempenhar (*to perform*) é uma capacidade de agentes atingirem um objetivo, manifestando suas competências, podendo ter motivos para tal. Os desempenhos podem, portanto, ter três componentes: um objetivo que é buscado, uma competência que é manifestada e um ou mais motivos para serem executados. Examinemos esses componentes separadamente.

I) Competências

As competências são disposições dos agentes para desempenharem bem. Elas têm, por sua vez, três componentes: constituição, condição e situação. A constituição é a base da competência, a propriedade ou perícia do agente na qual a competência está assentada. A condição é o componente intrínseco para que a constituição seja sediada. A situação é a adequação ambiental para a manifestação da competência. Quando os três estão presentes, temos competência completa, ou habilidade.⁴⁸ Assim, as competências têm três níveis:

⁴⁷ No original: “Endeavors can and often do derive from freely determined choices and judgments”.

⁴⁸ Sosa (2010) distingue perícias (*skills*) de habilidades (*abilities*). Define as primeiras como sempre presentes no agente, independente do ambiente, portanto, invariáveis; diferente das segundas, que podem ser constituídas de condições e situações, e que variam pelo uso linguístico. As perícias, portanto,

Os níveis respectivos de competência incluem: primeiro, a competência constitucional, a perícia; segundo, a competência interna, a qual combina não somente com a constituição relevante, mas também com a condição apropriada; terceiro, a competência completa, com todos os três aspectos, incluindo a situação do agente (SOSA, 2010, p. 465).⁴⁹

Temos, como exemplos de Sosa (2010, p. 465): um fósforo, que tem a competência de inflamabilidade. Essa competência depende da constituição (ter uma cabeça feita de pólvora), da condição (estar seco) e da situação (estar em um ambiente com oxigênio). Uma arqueira, que tem a competência de atirar uma flecha com um arco, composta por sua perícia de tiros (constituição), estar desperta e sóbria (condição) e em luz suficiente com ventos normais (situação).

Os desempenhos baseiam-se em e manifestam as competências relevantes dos agentes. As competências são associadas a condicionais envolvendo antecedentes-gatilho e consequentes-manifestação (*conditionals involving triggering antecedents and manifesting consequents*) (SOSA, 2011, p. 80), também chamados de condicionais [na forma] gatilho-manifestação (*trigger-manifestation conditionals*) (SOSA, 2010, p. 466).

Esses condicionais são as restrições exigidas para que uma competência seja manifestada. Elas requerem a satisfação da situação e da condição, baseadas na constituição, para que a competência possa ser manifestada:

Dizer que um condicional disparador de manifestação $Tx > Mx$ determina a posse de uma disposição D por uma entidade x relativa a um certo conjunto de condições α é dizer que x possui D sse $(Tx \ \& \ x \ \text{está em } \alpha) > Mx$. [...] As condições apropriadas para a manifestação de uma disposição através da satisfação de um certo condicional $Tx > Mx$ são, então, as condições em um conjunto α , tal que é somente relativo a este conjunto que x é determinado a ter D pela satisfação de $Tx > Mx$. A fim de saber que a manifestação M de alguém manifestaria uma disposição D , então, ele deve saber que está em um tal conjunto de condições apropriadas, nas condições de um tal conjunto α . Ele deve saber que não está em qualquer condição inapropriada, tal que falhar em vir a ter M em tal condição seria irrelevante para o caso de ele ter D (SOSA, 2011, p. 95, nota de rodapé 19).⁵⁰

permanecem mesmo em condições do agente estar desmaiado, amarrado ou no escuro, enquanto as habilidades não.

⁴⁹ No original: "Respective levels of competence include: first, the constitutional competence, the skill; second, the inner competence, which combines not only a relevant constitution but also an appropriate condition; third, the complete competence, with all three aspects, including the agent's situation".

⁵⁰ No original: "To say that a trigger-manifestation conditional $Tx > Mx$ determines possession of a disposition D by an entity x relative to a certain set of conditions α is to say that x possesses D iff $(Tx \ \& \ x \ \text{is in } \alpha) > Mx$. [...] Appropriate conditions for manifestation of a disposition through the satisfaction of a certain $Tx > Mx$ conditional are then the conditions in such a set α such that it is only relative to that set that x is determined to have D by satisfaction of $Tx > Mx$. In order to know that one's M 'ing would manifest a disposition D , then, one must know that one is then in such a set of appropriate conditions, in

Assim, um fósforo feito de pólvora tem de estar num ambiente com oxigênio e estar seco para que possa inflamar; uma arqueira tem de estar em um ambiente normal para poder atirar com sua perícia. Se não estiverem satisfeitas suas competências em nível de situação e condição, se o fósforo estiver molhado, se a arqueira estiver em meio a um vendaval, então a competência completa fica comprometida. Por conseguinte, os desempenhos não manifestarão a competência completa do agente, e poderão falhar por isso.

Um condicional [na forma] gatilho-manifestação ajudará a determinar a posse de uma competência relevante somente se o agente estiver adequadamente situado. A competência de distinção perceptual é interessante somente dentro de certos limites de condição e situação. Ela não é para ser testada por meio da referência à conduta de alguém dormindo, nem de alguém em uma simulação. Nem a competência de distinção de cor é para ser testada por meio da referência à conduta de alguém em [situação de] má iluminação. Nem a competência de distinção de celeiro é para ser testada por meio da referência à alguém que encontraria mais facilmente um celeiro falso do que um real.

A condição e a situação de cada agente parecem apropriadas para o condicional de manifestação disparador relevante, para ajudar a determinar a posse da competência respectiva. O que é manifestado no sucesso do agente é, portanto, não somente sua competência constitucional, mas também ele estar em forma apropriada, enquanto adequadamente situado (grifo original, SOSA, 2010, p. 470).⁵¹

Em ambientes adequados, com a situação e a condição sustentando a constituição (perícia), o agente manifesta sua habilidade. Esses são os casos nos quais podemos avaliar o desempenho do agente pela manifestação da competência assentada nele. Doravante, chamaremos competência *simpliciter* a competência completa.

the conditions in such a set α . One must know that one is not in any inappropriate condition, such that failing to come to have M in such a condition would be irrelevant to whether one has D”.

⁵¹ No original: “A trigger-manifestation conditional will help determine possession of a relevant competence only if the agent is appropriately situated. Perceptual sorting competence is of interest only within certain boundaries of condition and situation. It is not to be tested by reference to the conduct of someone asleep, nor of someone in a simulation. Nor is color sorting competence to be tested by reference to someone in bad light. Nor is barn sorting competence to be tested by reference to someone who would more easily encounter a fake barn than a real one.

The condition and situation of each agent does seem appropriate for the relevant trigger-manifestation conditionals to help determine possession of the respective competence. What is manifest in the agent’s success is therefore not only his constitutional competence, but also his being in appropriate shape while appropriately situated”.

II) Objetivos

Todo desempenho visa a um ou mais fins, amplos ou específicos, e busca objetivos que podem ser inerentes (internos) ou atribuídos (externos), ou ambos. Desempenhos podem ser avaliados de forma gradual em termos de sucesso ou falha em atingir seu objetivo, assumindo o risco de falhar e suas implicações. Agentes diversos têm desempenhos funcionais, conforme a função para qual são feitos ou que é esperada deles. Nesse sentido, objetos desempenham funções que são seus objetivos e podem ser avaliados pelo grau de sucesso alcançado, pela manifestação da competência relevante para aquele objetivo.

Um coração desempenha a função de bater com o fim amplo de bombear sangue para o corpo; uma pessoa age com o fim específico de alcançar um resultado, seja ele consciente ou não; uma ponte resiste a uma tempestade enquanto sustenta o tráfego. Um agente que quer iluminar uma sala aciona o interruptor da luz, com o fim de acendê-la, para iluminar o cômodo. Se houver um ladrão próximo, ele poderá alertar o ladrão de que está em casa, ao iluminar a sala, mas não era seu objetivo alertar o ladrão, então não pode ser dito que ele obteve sucesso em alertá-lo.⁵² Se a lâmpada estiver estragada, então diremos que o agente falhou em iluminar a sala, pois seu desempenho de ligar o interruptor não foi bem sucedido em alcançar seu fim.

O sucesso e a falha do desempenho do agente dão-se na medida em que o objetivo é alcançado ou não. Assim, fica manifestada a competência do agente através da execução do desempenho, bem como sua competência em avaliar o risco e o ambiente no qual se encontra e decidir desempenhar ou abster-se. Uma pessoa que atira com um arco e flecha desempenha uma diligência, pois o tiro visa a um alvo (tem um fim). Podemos avaliar uma arqueira conforme a competência manifestada no tiro, em termos da execução e avaliação da pertinência desse desempenho: pelo resultado de acertar o alvo “na mosca”, acertar aproximadamente, não acertá-lo por pouco ou errar completamente o tiro; assim como pela sua avaliação do ambiente e ocasião do tiro.

Os desempenhos podem ser dos tipos funcionais ou diligências. Diligências são os desempenhos que têm um objetivo específico (SOSA, 2011, p. 14). As diligências distinguem-se porque seus objetivos podem ser atribuídos (externos), não somente inerentes. Ao contrário de desempenhos funcionais, que podem ser avaliados somente

⁵² Exemplo original de Donald Davidson em *Actions, Reasons and Causes* (1963), referido por Sosa (2011, p. 14) e aqui adaptado. Ele torna interno o “efeito acordeão” davidsoniano, segundo o qual a intencionalidade é uma característica das ações (Hacker, 2010, p. 151).

pela função, elas são de um tipo que podem ser livremente determinadas. Ambos os desempenhos, funcionais e diligências, podem ser avaliados também pela racionalidade, mas as diligências são derivadas de escolhas livres. No domínio prático, há possibilidade de arbitrariedade, mas no domínio epistêmico há *necessidade* de razões (SOSA, 2012, p. 29), conforme veremos adiante.

III) Motivos

Os agentes humanos diferem dos demais por produzirem desempenhos não somente com vistas a um objetivo, mas por terem motivos para tal. Ao contrário de agentes inanimados, que são causas de eventos ou têm um funcionamento que atinge fins amplos, seres humanos são racionais: “Funcionamentos *racionais*, em particular, envolvem motivação racional de um certo tipo. Aqui um sujeito funciona de certa maneira com base em razões motivadoras, razões pelas quais ele funciona como o faz” (grifo original, SOSA, 2013, p. 3).⁵³ Essa característica permite que os agentes tenham motivos para seus desempenhos, que sua agência seja motivada por razões.

Os agentes meramente funcionais têm racionalidade do tipo meios-fins, que veremos adiante, mas não possuem motivação racional. Essa motivação baseia a ação, mas não está localizada na ordem de funcionamento dos desempenhos. A motivação propriamente humana é de ordem mais alta (SOSA, 2011, p. 4).

2.1.2 Estrutura de desempenhos

Sosa apresenta uma estrutura para desempenhos que consiste em duas ordens,⁵⁴ uma de execução e outra de avaliação, correspondentes aos tipos de desempenho de funcionamentos e diligências, respectivamente. Há a estrutura de virtude em três níveis “AAA”: *accuracy*, *adroitness*, *aptness* (precisão, habilidade, aptidão). Ela estipula o sucesso do desempenho (precisão), a competência do agente (habilidade) e a relação entre esses dois (aptidão). A execução de um desempenho encaixa-se na estrutura AAA se ele for preciso, ou seja, se atingiu seu objetivo; se for hábil, ou seja, se mirou

⁵³ No original: “*Rational* functionings, in particular, involve rational motivation of a sort. Here one functions in a certain way based on motivating reasons, reasons for which one functions as one does”.

⁵⁴ Sosa (2011) usa os termos “ordem” (*order*) e “nível” (*level*) intercambiavelmente. Para facilitar a compreensão, utilizaremos “nível(is)” para quaisquer conceitos que tiverem composição por outros conceitos, e “ordem(ns)” para conceitos hierarquizados em graus, como agência, agência epistêmica, crença e conhecimento.

adequadamente seu objetivo; e se for apto, ou seja, se o primeiro derivou do segundo, se atingiu o objetivo por tê-lo mirado adequadamente.

Essa é a primeira ordem da estrutura, que corresponde aos desempenhos que são do tipo *funcionamentos*. A agência de primeira ordem consiste em execuções de desempenhos, ou funcionamentos, com a estrutura de virtude AAA. Podemos chamar o primeiro nível de “sucesso de aptidão”: desempenho apto, execução precisa por ser hábil.

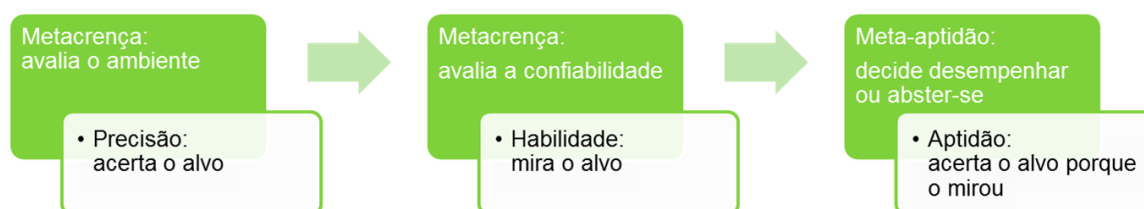
Sosa (2011, 2012) distingue duas ordens para o desempenho: a primeira, basal, de execução, e uma segunda, superior, de avaliação. Na segunda, o agente reflete sobre o seu ambiente e sua confiabilidade, e avalia o risco de falhar na execução, constituindo uma meta-aptidão. A meta-aptidão consiste em executar o desempenho ou abster-se dele (*forbear*), devido ao risco de falha presente na oportunidade. Seu alvo é evitar falha na primeira ordem (2011, p. 6).

Essa é a segunda ordem da estrutura, que corresponde aos desempenhos que são do tipo *diligências*. A agência de segunda ordem consiste em avaliações, ou diligências, com a seleção de uma execução (ou funcionamento), como resultado possível de uma escolha. Podemos chamar o sucesso no segundo nível de “meta-aptidão”: desempenho meta-apto, executa ou abstém-se porque avalia bem.

Apesar de relacionadas, as duas ordens e os seus sucessos são independentes. A aptidão e a meta-aptidão podem ocorrer de maneira isolada; é possível ser apto sem ser meta-apto, e vice-versa. Aptidão não é suficiente nem necessária para meta-aptidão, nem o contrário (SOSA, 2011, p. 8).

Vejam a estrutura e a normatividade de desempenhos:

Figura 1 Estrutura e normatividade de desempenhos



Fonte: autor.

Um agente pode avaliar adequadamente se deve desempenhar ou abster-se em uma oportunidade, e a decisão subsequente será julgada em termos da qualidade da meta-aptidão: seja pelo agente desempenhar em oportunidades nas quais era adequado

ou por abster-se em oportunidades nas quais o risco de falha era alto demais. No primeiro caso, poderá ser meta-apto, podendo o desempenho ser apto ou não conforme seu sucesso e sua relação com a habilidade. No último, poderá ser meta-apto pela avaliação correta de se abster e ter evitado falha em primeira ordem, mas não será apto, uma vez que não houve execução (não buscou sucesso em primeira ordem).

Por outro lado, se houver desempenho, o agente será avaliado em termos de ser apto ou não, pela sua falha ou sucesso, ou seja, a precisão por causa da manifestação de sua habilidade. A avaliação do desempenho na primeira ordem depende somente do seu sucesso e da relação desse sucesso com a habilidade do agente. Não depende, portanto, da avaliação sobre a pertinência de sua execução ou abstenção, que é a meta-aptidão.

Em outras palavras, o agente pode ter decidido executar o desempenho em uma ocasião inadequada, por não levar em conta os altos riscos, mas ainda assim ser bem-sucedido na execução, tendo aptidão por sua boa execução, mas carecendo de meta-aptidão por sua má avaliação. De igual modo, o agente pode sobreavaliar pequenos riscos e abster-se do desempenho, e isso também ser inadequado à ocasião. Nesse caso, ele é malsucedido na avaliação, não sendo meta-apto.

Este conjunto inteiro é em si algo que o agente pode ser capaz de arrumar (ou não), e não simplesmente por exercer a competência de primeira ordem assentada nele. O agente pode ser capaz de escolher quando e onde exercer tal competência, para uma coisa, e pode manifestar mais ou menos competência em tal escolha (SOSA, 2011, p. 10).⁵⁵

A aptidão da execução, quando derivada da meta-aptidão da sua avaliação, resulta no que Sosa chama de aptidão plena (*full aptness*). A relação adequada entre essas duas ordens produz, em geral, melhores resultados: “Desempenhos plenamente aptos são em geral melhores do que desempenhos bem-sucedidos sem serem aptos, e também do que aqueles que são aptos sem serem plenamente aptos” (2011, p. 12).⁵⁶ Essa relação é constituída do desempenho em primeira ordem (execução) e em segunda ordem (avaliação):

⁵⁵ No original: “This whole arrangement is itself something that the agent might be able to arrange (or not), and not simply by exercising the first-order competence seated in him. The agent might be able to choose when and where to exercise that competence, for one thing, and might manifest more or less competence in such a choice”.

⁵⁶ No original: “Fully apt performances are in general better as performances than those that succeed without being apt at all, and also than those that are apt without being fully apt”.

Um desempenho é plenamente apto somente se sua aptidão de primeira ordem deriva suficientemente da avaliação do agente, ainda que implícita, de suas chances de sucesso (e, correlativamente, do risco de falha). Aqui o agente está em um metanível. Ele deve levar em consideração a probabilidade de que sua competência esteja (e permanecerá) intacta e que as condições relevantes são (e permanecerão) apropriadas, e ele deve avaliar quão provável é que sua ação, com tal competência, em tais condições, seja bem-sucedida (SOSA, 2011, p. 11).⁵⁷

Há, portanto, um terceiro nível de sucesso para os desempenhos dos agentes. Esse nível deriva da relação entre os dois primeiros. O sucesso completo é ser plenamente apto, e isso significa ser apto na primeira ordem porque se é meta-apto na segunda ordem. Ou seja, o agente que assumiu bem o risco na avaliação e foi bem-sucedido na execução. Esse nível pleno de sucesso não é possível nos casos de abstenção (suspensão do desempenho), dado que não há primeira ordem, apenas segunda ordem. Podemos chamar esse terceiro nível de “sucesso de aptidão plena”: desempenho plenamente apto, desempenho que é apto porque é meta-apto.

2.1.3 Concepção de agência

O conceito de agência de Sosa (2011) é inicialmente muito básico, mas largo o bastante para acomodar o de agência epistêmica, como veremos. Ele define-o no seguinte princípio: “[...] se alguém faz alguma coisa por uma razão motivadora, então ele exercita agência ao fazê-lo” (2011, p. 19, nota de rodapé n. 3).⁵⁸ As razões motivadoras são estados psicológicos que motivam a ação, que a explicam teleologicamente e, talvez, causalmente (EVERSON, 2010). Elas podem ser múltiplas, constituindo o conjunto de razões práticas ou prudenciais, que contém vários subtipos (econômicas, afetivas, políticas, estéticas, etc.).

Esse princípio traz um conceito de agência que é satisfeito pela presença de uma razão motivadora. Temos uma definição suficiente, portanto, pois agir por uma razão motivadora é suficiente para que haja agência. Ele não disputa a definição de agência, nem distingue as condições necessárias para tal.

⁵⁷ No original: “A performance is fully apt only if its first-order aptness derives sufficiently from the agent’s assessment, albeit implicit, of his chances of success (and, correlatively, of the risk of failure). Here the agent is on a meta-level. He must take into account the likelihood that his competence is (and will remain) intact and that the relevant conditions are (and will remain) appropriate, and he must assess how likely it is that his action from such a competence in such conditions will succeed”.

⁵⁸ No original: “[...] If one does something for a motivating reason, then one exercises agency in so doing”.

Sosa (2012) traz duas ordens de agência, e ambas são assentadas sobre desempenhos dos agentes. Na primeira ordem, a concepção forte de agência como a realização de uma ação com propriedades específicas (e.g. controle) é abandonada, em busca de uma mais fraca, a normatividade de funcionamentos. Voluntariedade, decisão e consciência não precisam estar envolvidas na agência por desempenhos, bastando uma razão motivadora.

Há um princípio de racionalidade meios-fins que faz parte dessa concepção de agência:

“S visa a fazer X, ao fazer Y, SSE S faz Y no esforço para fazer X” (SOSA, 2011, p. 18).⁵⁹

Esse princípio estabelece a racionalidade da agência.

Isso [o princípio meios-fins] exige que S efetivamente faça Y e o faça na diligência de X, como um meio para fazer X. Aqui o sujeito não precisa fazer Y conscientemente como um meio para fazer X. Ele pode fazer Y na diligência de X mesmo sem planejamento premeditado, nem mesmo orientação consciente no ato de fazer Y. Algum tipo de objetivo de fazer X é suficiente, se serve de base racional para o fazer Y do sujeito, mesmo se for inconscientemente (SOSA, 2011, p. 19).⁶⁰

Essa racionalidade é o estabelecimento meios-fins dos agentes. Assim, podemos ter agentes com funcionamentos, como animais, objetos inanimados, substâncias químicas, etc., que causam eventos e são julgados pelo seu desempenho funcional. Seu funcionamento é bom ou ruim conforme atinge o seu objetivo pela sua competência, seja ela interior (perícia), condicional ou situacional.

Assim, julgamos a ponte que sustenta o tráfego e resiste à tempestade por ser bem construída (competência interna), estar com boa manutenção (condição) e por estar na situação adequada (na rodovia, em pontos de sustentação). Agentes funcionais nunca podem escolher abster-se, tampouco ter razões que motivam seus desempenhos.

A segunda ordem de agência é relacionada às diligências. Essa ordem é própria de agentes humanos e nela pode haver liberdade de escolha e juízo. Seres humanos

⁵⁹ No original: “S aims to X, by Y’ing, IFF S Y’s in the endeavor to X”.

⁶⁰ No original: “This does require that S actually Y and do so in the endeavor to X, as a means to X’ing. Here one need not Y consciously as a means to X’ing. One can Y in the endeavor to X even with no planning aforethought, nor even conscious guidance in the act of Y’ing. Some sort of objective of X’ing suffices, if it serves as a rational basis for one’s Y’ing, even if it does so unconsciously”.

podem escolher desempenhar ou abster-se. Além disso, podem escolher os fins das suas diligências, atribuindo fins para seus desempenhos funcionais.

Porém, a liberdade de escolha abre espaço para a arbitrariedade. Se posso escolher, posso escolher uma alternativa à outra, sem necessitar de razões. Sosa (2012) considera o caso de alguém que calça um par de sapatos ao acordar – a pessoa pode escolher colocar o esquerdo ao invés do direito sem razões para tal, sendo arbitrária sem ser irracional. Seria inadequado exigir abstenção da pessoa por não ter razões para preferir um sapato em relação ao outro.

Isso pode fazer com que desempenhos arbitrários (não baseados em razões motivadoras) sejam considerados como agência. Esse, para Sosa, é um problema para agência em geral, e a solução apresentada deve cobrir o caso especial de agência epistêmica. Para agência em geral, a relação adequada entre as diligências e os funcionamentos deve resolver esse problema – desenvolvemos um compromisso através de uma disposição voluntária para desempenhar de tal e tal sorte, ao longo das ocasiões. Assim, podemos ter motivação racional para nossas diligências livremente escolhidas.

Para agência epistêmica, especificamente, surgirá o problema de que há assimetria entre escolhas e juízos: enquanto as primeiras podem ser arbitrárias, os últimos não (SOSA, 2012, p. 33). Não é adequado crer ou descrer sem razões. Quando não há razões para decidir entre as alternativas, o adequado é suspender o juízo. Veremos essa situação na próxima seção.

Por ora, vemos que o conhecimento entra como componente do desempenho não só na primeira ordem, pelo conhecimento prático do agente para a execução, mas também na segunda ordem, pelo metaconhecimento necessário para a avaliação do risco. Conhecimento e ação ligam-se inicialmente⁶¹ pelo risco de falha envolvido em todo desempenho:

Em outras palavras, a percepção de risco do agente é então competente o bastante, e sua competência se manifesta no conhecimento de que o nível de risco é apropriado. Em um nível, o quão apto é o tiro depende do grau de competência manifestado pelo seu sucesso. Mas, em outro nível, a aptidão plena do tiro depende também da metacompetência manifestada por sua aptidão e por seu sucesso (SOSA, 2011, p. 10s).⁶²

⁶¹ Sosa (2011) desenvolve mais a ligação entre conhecimento e ação no cap. 3, especialmente seção B.

⁶² No original: “In other words, the agent's risk perception is then competent enough, and this competence is manifest in his knowledge that the level of risk is appropriate. On one level, how apt the shot is depends on the degree of competence manifest by its success. But, on another level, the full aptness of the shot depends also on the meta-competence manifest by its aptness and by its success”.

Estabelecida a normatividade e a estrutura dos desempenhos da agência, bem como a relação inicial com o conhecimento, passemos para o domínio epistêmico, que Sosa afirma ser um caso especial.

2.2 Agência epistêmica

2.2.1 Estrutura e normatividade de crer

I) Estrutura

Os desempenhos epistêmicos também têm duas ordens. Como um caso especial, os termos de desempenho e aptidão são aplicados à formação de crença e, conseqüentemente, à aquisição de conhecimento. Porém, surgem algumas especificidades e assimetrias, como a suspensão de juízo.

Crer é um desempenho que tem duas ordens: execuções e avaliações. Na primeira, é um desempenho que tem por objetivo, em geral, a verdade,⁶³ e conta com os três níveis da estrutura de funcionamento: a crença é precisa se é verdadeira (atinge/alcança a verdade); é hábil se é formada de maneira competente (mira adequadamente a verdade); e é apta se demonstra a competência do crente (atinge a verdade porque mirou adequadamente e obteve a verdade porque a buscou).⁶⁴ Os três níveis indicam, respectivamente, se a crença alcançou a verdade sobre a questão, se buscou alcançá-la e se obteve a verdade justamente porque buscou alcançá-la.

Na segunda ordem, as metacrenças avaliam a primeira ordem, pela competência e pelo ambiente. Elas constituem diligências para buscar a verdade sobre a questão considerada. Nelas, o agente baseia-se para decidir crer, descrever ou suspender o juízo. As metacrenças são originadas da metacompetência do agente, sua capacidade de avaliação da sua competência de primeira ordem dentro do seu ambiente atual.

A metacrença apta não deve ser confundida com a crença de primeira ordem que é meta-apta. No primeiro caso, há uma crença de segunda ordem que é resultado da

⁶³ Seguiremos Sosa (2011, e.g. p. 36), falando somente em “crer verdadeiramente”, assim comportando as respostas positiva e negativa de crer que P e descrever que P, entendido como crença na contraditória (crer que $\sim P$), referente à questão de *se P é o caso ou não é o caso*. A suspensão de juízo, não crer, é um caso similar à suspensão da ação, abstenção, dado o risco presente, seja pela falta de perícia do agente epistêmico (p.e.: é daltônico), por condições inadequadas (p.e.: está drogado), ou por situações inadequadas (p.e.: a luz é muito fraca para distinguir a cor de um determinado objeto).

⁶⁴ Sosa (2011, p. 64) distingue atingir/alcançar (*to reach*) de obter (*to attain*). O primeiro indica apenas a posse de sucesso (crença verdadeira), enquanto o segundo indica que o sucesso (crença verdadeira) foi alcançado pela manifestação da habilidade, ou seja, desempenho apto (crença apta).

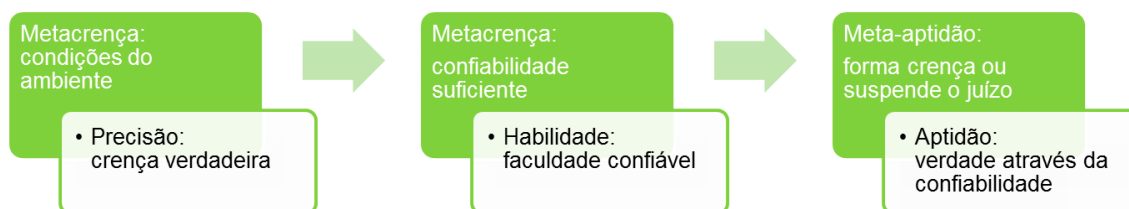
metacompetência epistêmica – ou seja, uma metacrença com aptidão de segunda ordem, que é conhecimento reflexivo. No último, há uma crença de primeira ordem que é guiada por uma metacrença adequada.

No domínio prático, o agente é guiado por sua meta-aptidão para desempenhar ou abster-se. Já no domínio epistêmico, não há abstenção *simpliciter*, em primeira ordem.⁶⁵ Para Sosa, o agente ou crê que “P” ou crê que “não P”, que é equivalente a descreer. A abstenção no domínio epistêmico é a suspensão de juízo, em segunda ordem. Ao suspender o juízo, o agente não crê, não desempenha. Assim, a meta-aptidão epistêmica guia o agente no domínio epistêmico para desempenhar ou suspender o juízo.

Mas a suspensão de juízo, ao contrário da abstenção, precisa ser motivada por razões. A abstenção prática ocorre em primeira ordem, enquanto a suspensão de juízo ocorre somente na segunda ordem. A meta-aptidão, nesse caso, é a avaliação das razões que não levaram à crença ou à descrença e que conduziram à suspensão de juízo.

Vejamos a estrutura e a normatividade de crer:

Figura 2 Estrutura e normatividade de crer



Fonte: autor.

Para mostrar a estrutura de crer, passemos ao seguinte exemplo:

O Julgamento Olímpico

Imaginemos que há uma prova de arco e flecha em um campo com alvos, na qual há duas pessoas competidoras, um arqueiro homem e uma arqueira mulher. Para avaliar, temos uma banca com uma juíza mulher e dois juízes homens.

O primeiro juiz, Sexista, é um juiz que tem forte preconceito a favor de seu gênero, masculino, contra o gênero feminino. Ele faz seus julgamentos reiteradamente

⁶⁵ O mais próximo de abstenção seria não considerar uma questão ou proposição. Assim, não haveria oportunidade de julgamento. Esses casos são possíveis (alguém que foge de considerar questões), mas não são interessantes, contudo, pois eliminam a situação de desempenhos.

com base no preconceito, ao invés de fazer julgamentos que busquem a verdade. Assim, ao avaliar a prova de arco e flecha, ele julga que o arqueiro homem teve os melhores tiros e por isso merece nota mais alta em relação à arqueira mulher. Ocorre que a crença do juiz (proferida em seu julgamento, pela nota) é verdadeira: o arqueiro homem de fato teve os melhores tiros. Contudo, o juiz Sexista tem crença precisa, pois ele atingiu a verdade, mas não tem crença hábil, pois não mirou adequadamente a verdade, nem crença apta. Embora tenha crença precisa, ela não é precisa em virtude de ser hábil, ele não obteve a verdade, apenas alcançou-a acidentalmente.

O colega do juiz Sexista é outro juiz homem, Distráído. Ele não está enviesado, como o colega, e quer buscar a verdade acerca da prova. Porém, ele fica muito próximo do local onde ocorre a sinalização sonora para autorizar os tiros das atletas. Ele é distraído pelo barulho do sinalizador do tiro, não olha para as competidoras e perde o momento do tiro. Contudo, ele espia o guia de anotações de sua colega, a juíza mulher, Justa, e marca tal qual ela.

Ocorre que a juíza Justa observou adequadamente e tem crença apta, pois sua crença é verdadeira porque ela observou adequadamente. Nessa situação, o juiz Distráído tem uma crença precisa, pois é crença verdadeira, ele buscava alcançar a verdade ao crer, era hábil, mas não tem uma crença apta, porque atingiu a verdade acidentalmente, considerando que sua habilidade não foi suficiente para seu ambiente naquela ocasião, ele distraiu-se, não viu os tiros e também não sabe se a colega realmente viu, nem se o julgamento dela é verdadeiro. O juiz Sexista não apresenta um caso de conhecimento, assim como o juiz Distráído. Somente a juíza Justa tem conhecimento, como veremos adiante.

II) Normatividade

Passemos à normatividade de desempenho, através dos três componentes: competência, objetivo e motivação, e sua aplicação ao domínio epistêmico.

i) Competência

A competência epistêmica contém o conjunto de todas as subcompetências epistêmicas envolvidas (perceptiva, mnemônica, inferencial, introspectiva, etc.). Elas são as faculdades cognitivas e fontes de conhecimento que baseiam um desempenho para alcançar a verdade sobre a questão que se apresenta. Mas a competência epistêmica também inclui nossa capacidade racional:

Observe que nenhum humano abençoado com a razão tem meramente conhecimento animal do tipo obtido por feras. Pois mesmo quando uma crença perceptual deriva tão diretamente quanto sempre faz dos estímulos sensoriais, ainda é relevante que o sujeito não tenha percebido os sinais do testemunho em contrário. [...] Mesmo quando a resposta ao estímulo é muito direta, se o sujeito também ouvisse ou visse os sinais de testemunho em contrário crível, isso mudaria a sua resposta. As crenças de um animal racional parecem, portanto, nunca provir de introspecção, memória ou percepção sozinhas. Pois a razão é sempre pelo menos uma parceira silenciosa na vigília de outros dados relevantes, uma parceira silenciosa cujo próprio silêncio é uma causa contribuinte da crença resultado (SOSA, 1991, p. 240).⁶⁶

Essa competência epistêmica, baseada na razão, é complexa e tem vários níveis:

Eu falo de “mecanismos” ou processos de formação de crença e algumas vezes de “mecanismos de entrada/saída”, mas eu quero negar explicitamente qualquer implicação que eles são simples ou modulares. [...] Um mecanismo pode ser algo próximo de um reflexo, ou pode ser uma habilidade de processamento central de nível muito alto, do tipo que permite uma crítica sensível a “decidir” como avaliar um trabalho, baseada em ponderação complexa e hábil (SOSA, 2007, p. 87, nota de rodapé 9).⁶⁷

Conforme a estrutura de desempenhos epistêmicos, temos que crença precisa é crença verdadeira. Crença hábil é crença que busca obter a verdade, podendo ou não ser precisa (verdadeira). Há crenças que podem ser falsas, mas ainda assim hábeis. Esses são os casos fortuitos onde o agente manifesta adequadamente suas competências epistêmicas, mas ainda assim não consegue alcançar a verdade – o mundo pode não ter contribuído ou a ocasião exige competências que ele não possui.

A metacompetência consiste na avaliação dessas competências em nosso ambiente atual. Ela é o uso da razão para refletir acerca delas:

⁶⁶ No original: “Note that no human blessed with reason has merely animal knowledge of the sort attainable by beasts. For even when perceptual belief derives as directly as it ever does from sensory stimuli, it is still relevant that one has not perceived the signs of contrary testimony. [...] E]ven when response to stimuli is most direct, if one were also to hear or see the signs of credible contrary testimony, that would change one’s response. The beliefs of a rational animal hence would seem never to issue from unaided introspection, memory, or perception. For reason is always at least a silent partner on the watch for other relevant data, a silent partner whose very silence is a contributing cause of the belief outcome”.

⁶⁷ No original: “I speak of “mechanisms” or processes of belief formation, and sometimes of “input/output mechanisms”, but I want to disavow explicitly any implication that these are simple or modular. [...] A] mechanism can be something close to a reflex, or it can be a very high-level, central-processing ability of the sort that enables a sensitive critic to “decide” how to assess a work, based on complex and able pondering”.

Tendo compreendido como é ao nosso redor através de conexões envolvendo a percepção/memória/raciocínio exigidos para o conhecimento animal, continuar o raciocínio nessas bases pode aumentar nossa integração consciente e coerência explicativa, emprestando virtude epistêmica às nossas crenças (SOSA, 2010a, p. 187).⁶⁸

Essas competências terão relevância sobre como buscamos e alcançamos a verdade, sobre as questões que consideramos, pois constituem nossos processos de formação e avaliação de crenças. Assim, voltemos a considerar a finalidade dos desempenhos.

ii) Objetivos

Crer pode ter outros objetivos além da verdade, mas a verdade é o único objetivo epistêmico e é inerente à crença. Objetivos práticos são possíveis, tais como buscar conforto através de uma crença, o pensamento positivo (*wishful thinking*), e falhas e vieses de raciocínio. Mas isso não é relevante para a formação do conhecimento – pelo contrário, como veremos adiante, esses fatores não devem atrapalhar o objetivo epistêmico, para que haja conhecimento:

Uma crença pode assim derivar de causas ou mesmo razões que não são epistêmicas. Tome tal crença, motivada por razões pragmáticas. Mesmo se razões epistêmicas também motivam-na, entretanto, essa crença ainda pode falhar em constituir uma busca da verdade, se o sujeito crê como alguém em desconsideração extrema da evidência (SOSA, 2011, p. 20).⁶⁹

A crença apta é aquela que obteve a verdade devido ao crente tê-la buscado, ficando manifestada a competência epistêmica na sua aquisição, que resulta em conhecimento. A finalidade inerente, ainda que não única, da crença é a verdade.

Sosa defende a relação específica das crenças com a verdade, mas essa relação não é exclusiva. Ou seja, crenças podem ter outros fins e serem baseadas em razões práticas. Mas, nessas situações, não serão manifestações de competências epistêmicas do agente, falhando em constituir conhecimento: “Crenças que visam somente o

⁶⁸ No original: “Having grasped how it is around us through connections involving the perception/memory/reasoning required for the animal knowledge, further reasoning on that basis may enhance our conscious integration and explanatory coherence, lending epistemic virtue to our beliefs”.

⁶⁹ No original: “A belief can thus derive from causes or even reasons that are not epistemic. Take such a belief, one motivated by pragmatic reasons. Even if epistemic reasons also motivate it, however, that belief might yet fail to constitute pursuit of truth, if one believes as one does in extreme disregard of the evidence”.

conforto ou outro objetivo pragmático não são apropriadamente guiadas por uma competência epistêmica para obter a verdade” (2011, p. 16).⁷⁰

iii) Motivação

Os desempenhos são baseados em razões motivadoras, assim como as crenças tradicionalmente são baseadas em razões epistêmicas. Crer é um desempenho também baseado em razões, podendo ser motivado psicologicamente por razões que não sejam epistêmicas. As razões para crer podem, então, ser do tipo epistêmico, em crenças que visam à verdade, ou do tipo prático, nas que têm múltiplos alvos.

Sosa considera que as razões epistêmicas são um subconjunto das razões práticas. A aquisição da verdade (alvo epistêmico) visa à obtenção de conhecimento, um dos possíveis fins de crer e o único fim epistêmico. A verdade é o valor epistêmico, e a avaliação epistêmica dá-se por ela: se foi buscada, se foi alcançada e se há relação entre a busca e a consecução.

Como exemplo, elaboramos um caso a partir de Sosa (2011, p. 18):

Primo Vinny na Prisão

O primo da juíza olímpica, Justa, chamado Vinny, está preso por um crime terrível. Ela não suporta a ideia de que ele seja culpado e quer confortar a si mesma, e forma a crença falsa de que ele não é culpado. Ela, então, pede para Vinny dizer que não cometeu o crime, mas ele responde confessando que é culpado. Justa pode manter a crença de que ele não é culpado, ou crer no testemunho de Vinny e ter uma crença verdadeira, apesar do seu forte desejo de autoconforto.

Se mantiver a crença de que ele não é culpado, terá um mau desempenho, por formar crença com base no autoconforto e mantê-la, ignorando as evidências contrárias. Mas, se considerar o testemunho e deixar seu desejo de autoconforto, buscará a verdade e poderá ter conhecimento. Então, se ela deixar de lado seu autoconforto e acreditar no testemunho de Vinny, será meta-apta, pois se absteve de considerar o desejo de sua inocência, e poderá ter crença apta e um desempenho plenamente apto, que manifesta sua competência completa. Por outro lado, se Justa falhar em afastar seu desejo de conforto, terá mantido uma crença falsa com o fim de autoconforto. Essa crença poderá ser apta do ponto de vista prático, se ela se confortar, mas Justa não será apta

⁷⁰ No original: “Beliefs aimed only at comfort or some other pragmatic objective are not properly guided by an epistemic competence for attaining truth”.

epistemicamente. Já se ela permanecer em dúvida e abster-se, por seu desejo de autoconforto conflitar com a confiança no testemunho do primo, estará exercendo bem sua metacompetência epistêmica, apesar de não ser apta epistemicamente – pois não produziu desempenho. Ela reflete sobre o risco de crer conforme seu conforto e suspende o juízo, dadas as dúvidas sobre sua competência de formar a crença naquela ocasião, que exige pesar corretamente as evidências contra o seu desejo prático. Ao duvidar da manifestação da sua competência em primeira ordem e abster-se, está sendo louvável na segunda ordem, por avaliar bem o risco presente, dada a situação e suas competências epistêmicas. Justa seria epistemicamente meta-apta sem ser apta, ao suspender o juízo e evitar uma crença falsa.

2.2.2 Estrutura epistêmica e ordens de conhecimento

Como vimos, Sosa define duas ordens de desempenho epistêmico em sua estrutura normativa, a fim de mostrar conhecimento de um modo mais pleno, através das relações entre os níveis epistêmicos e o seu resultado.

O conhecimento é adquirido pelo agente que desempenha uma diligência em busca da verdade. Ele conta com uma estrutura própria, mas há uma relação do conhecimento com o agente. Os processos de formação de crença, e consequente aquisição de conhecimento, têm sua aptidão derivada do agente que desempenha esses processos:

Somente crenças na diligência de obter a verdade se qualificarão [como candidatas ao conhecimento]. E elas são aptas somente indiretamente. Elas derivam sua aptidão da aptidão da diligência correspondente, a diligência de obter assim a verdade. É essa diligência que mais diretamente se enquadra na estrutura AAA (SOSA, 2011, p. 17).⁷¹

Isso implica na avaliação não ser de uma crença ou de um caso de conhecimento, de maneira isolada, mas da formação e da crença de alguém, do conhecimento adquirido por um agente. Isso não exclui a avaliação sobre esses processos e as crenças, que também podem ser feitas:

⁷¹ No original: “Only beliefs in the endeavor to attain truth will qualify. And they are apt only indirectly. They derive their aptness from the aptness of the corresponding endeavor, the endeavor thereby to attain truth. It is this endeavor that most directly falls under the AAA structure”.

São somente agentes e sujeitos que são avaliados como justificados ou não? Não, ações e crenças são avaliáveis também. De fato, quando alguém é avaliado como justificado, ele é avaliado como justificado *em agir ou acreditar de certa maneira*. Não obstante, a avaliação de atos particulares pode implicar uma avaliação indireta do agente ou sujeito (grifo original, SOSA, 2010a, p. 186).⁷²

Dada a relação entre conhecimento e agente conhecedor, temos a relação da avaliação de crença/conhecimento com a avaliação do agente, e vice-versa. Não é uma relação isomórfica, mas é próxima o bastante para usarmos os termos de forma intercambiável, por simplicidade. O importante é que não se trata de elementos separados, agente e crença/conhecimento, nem cuja avaliação normativa se dê separadamente, apenas fazemos um exame separado, por questões de investigação teórica.

Temos até aqui que conhecimento é crença apta. Para termos conhecimento, é preciso crença verdadeira que seja alcançada pela manifestação da competência epistêmica relevante. Ou seja, o primeiro nível de sucesso epistêmico é a aptidão de primeira ordem e consiste em conhecimento animal.

S sabe que p se, e somente se, a correção da crença de S que p manifesta, parcialmente ou plenamente, uma competência epistêmica de formação ou sustentação de crença de S, que ao fazê-lo também manifesta plenamente uma competência (possivelmente mais complexa) assentada pelo menos parcialmente em S (SOSA, 2011, p. 88).⁷³

Assim, a competência do agente necessita ser manifestada para que ele tenha conhecimento, incluindo a condição e a situação que, ao menos parcialmente, envolvem fatores externos. O que nos leva à questão da sorte epistêmica, pois o agente pode estar em um ambiente adequado e ter conhecimento por sorte ou acidentalidade, como nos casos tipo Gettier.⁷⁴

Então, há também a necessidade de eliminar a sorte e a acidentalidade, dada na relação do agente com o seu ambiente. Isso ocorre com a avaliação das competências de primeira ordem, ou seja, uma metacompetência. Como vimos, há crenças reflexivas (ou

⁷² No original: “Is it only agents and subjects that are assessed as justified or not? No, actions and beliefs are assessable, too. Indeed, when one is assessed as justified, one is assessed as justified *in acting or believing in a certain way*. Nevertheless, the evaluation of particular acts might imply an indirect evaluation of the agent or subject”.

⁷³ No original: “S knows that p if, and only if, the correctness of S's belief that p manifests, partially or fully, an epistemic belief-forming or belief sustaining competence of S's, in doing which it also manifests fully a (possibly more complex) competence seated at least partially in S”.

⁷⁴ Para uma introdução, ver *Gettier problem*, em *Analysis of knowledge*, da SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-analysis/#GetPro>>.

crenças de segunda ordem, ou, ainda, metacrenças – todas são sinônimas), sobre a competência de primeira ordem e o ambiente, o que resulta em conhecimento de segunda ordem, ou conhecimento reflexivo. Para que haja conhecimento reflexivo, é preciso competência de segunda ordem.

Seguindo a estrutura normativa, o conhecimento de segunda ordem é aquele que avalia a pertinência da crença em relação às competências do agente dentro do seu ambiente. Esse metaconhecimento é necessário para que o agente epistêmico oriente a competência epistêmica, avaliando o risco de falha em crer, podendo decidir crer ou suspender o juízo:

Para uma epistemologia da virtude baseada em competência, então, conhecimento animal exige crença apta, mas conhecimento reflexivo exige mais. Conhecimento reflexivo exige crença apta que é metacompetente (e, de fato, meta-apta). O conhecedor deve ter uma compreensão de segunda ordem – uma crença ou pressuposição – que sua crença de primeira ordem é ou seria apta (SOSA, 2010, p. 475).⁷⁵

A avaliação adequada sobre crer ou suspender o juízo é resultado da meta-aptidão. O agente é guiado pela metacompetência ao ponderar adequadamente a resposta, conforme sua competência de primeira ordem e seu ambiente na ocasião, levando em conta o risco de falhar e formar crença falsa. A falha em segunda ordem é compreendida como subavaliação ou sobreavaliação do risco em primeira ordem: ou o agente epistêmico forma crença quando é arriscado demais e deveria suspender o juízo, ou suspende o juízo quando o risco é baixo e deveria formar crença (seja em P ou ~P, conforme o caso). Em um caso no qual o agente desempenha bem em segundo nível, temos a meta-aptidão. Há aí o segundo nível de sucesso epistêmico, de segunda ordem, que é a metacrença apta (ou crença de segunda ordem apta), e consiste em conhecimento reflexivo.

O sucesso completo não é apenas precisão e metaprecisão, mas aptidão plena, aptidão derivada da meta-aptidão. Isso significa que o agente manifesta sua competência que é guiada por sua metacompetência naquela ocasião.

⁷⁵ No original: “For a competence-based virtue epistemology, then, animal knowledge requires apt belief, but reflective knowledge requires more. Reflective knowledge requires apt belief that is meta-competent (and, indeed, meta-apt). The knower must have a second-order grasp — a belief or presupposition — that his first order belief is or would be apt”.

Assim, conhecimento humano é constituído de conhecimento animal e conhecimento reflexivo, que, juntos, constituem o conhecimento pleno, que veremos abaixo.

Conhecimento humano está então em dois níveis. Todo conhecimento animal humano exige um grau de meta-aptidão, de algum nível mínimo. (Cognição animal bruta exige um nível substancialmente mais baixo). Conhecimento reflexivo, por contraste, exige a operação das capacidades reflexivas humanas. Estas, nas capacidades superiores, envolvem a reflexão consciente sofisticada demandada, em última instância, pelo exercício da sabedoria racional (SOSA, 2011, p. 93, nota de rodapé 17).⁷⁶

Há relações específicas entre conhecimento e metaconhecimento, bem como entre aptidão e meta-aptidão epistêmica. Temos, tal qual visto anteriormente, uma independência entre aptidão e meta-aptidão, que se segue na relação epistêmica.

A crença apta pode ocorrer sem meta-aptidão; o agente pode crer verdadeiramente sem considerar o risco envolvido. Também o agente epistêmico pode ser meta-apto sem ter crença apta. Ele pode falhar no desempenho da formação de crença, manifestando mal a competência epistêmica de primeira ordem e crendo em uma falsidade. Alternativamente, pode suspender o juízo adequadamente e não seguir com a formação da crença, não havendo desempenho em primeira ordem. A suspensão de juízo mostra como o segundo nível pode interferir no primeiro, até mesmo suspendendo sua atividade adequadamente – assim como visto no exemplo “primo Vinny na prisão”.

A suspensão de juízo adequada é resultado da relação na qual a competência de segunda ordem interfere na competência de primeira, suprimindo sua manifestação, a fim de que o agente epistêmico evite erros. Há um resultado mais positivo dessa relação, na qual a meta-aptidão guia a aptidão, e que leva ao terceiro nível de sucesso. A relação entre conhecimento animal e conhecimento reflexivo, que resulta no conhecimento pleno, é estabelecida através da manifestação de aptidão derivada da meta-aptidão:

Conhecimento animal é crença apta de primeira ordem. Conhecimento reflexivo é conhecimento animal afirmado aptamente pelo sujeito. Podemos ver agora que saber algo plenamente requer que o sujeito tenha conhecimento

⁷⁶ No original: “Human knowledge is then on two levels. All human animal knowledge requires a degree of meta-aptness, of some minimal level. (Brute animal cognition requires a substantially lower level.) Reflective knowledge by contrast requires the operation of human reflective capacities. These, at the higher reaches, involve the sophisticated conscious reflection demanded ultimately by the exercise of rational wisdom”.

animal e reflexivo sobre isso, mas também que o saiba com aptidão plena. Requer, por assim dizer, que a correção das crenças de primeira ordem do sujeito manifeste não apenas o animal, competências de primeira ordem que de modo suficientemente confiável produzem a correção das crenças formadas. As crenças de primeira ordem do sujeito ficam aquém se não são guiadas apropriadamente pela metacompetência relevante do sujeito. Essa metacompetência governa se o sujeito deveria em absoluto formar ou não uma crença sobre a questão em disputa ou deveria ao invés suspender o juízo completamente. É somente se essa metacompetência está operante na formação de crença do sujeito sobre esse assunto que a sua crença pode alcançar as alturas epistêmicas. A crença de primeira ordem do sujeito é apta na proporção de quão confiável é a competência de primeira ordem manifestada em seu sucesso. Além disso, ela é mais plenamente apta na proporção de quão confiável é a metacompetência que seu sucesso também manifesta. Essa metacompetência é manifestada em uma distância, entretanto, porque o metaconhecimento de que uma crença é suficientemente provável para ser apta no nível de base é constituído pelo fato de que a correção da metacrença correspondente manifesta, ela mesma, a metacompetência relevante do sujeito (SOSA, 2011, p. 11s).⁷⁷

O conhecimento pleno, ou conhecer plenamente (*knowing full well*) é, para Sosa, o exemplar de conhecimento humano.⁷⁸ Ele é resultado da relação entre o conhecimento de segunda ordem, reflexivo – uma manifestação bem-sucedida de metacompetência epistêmica, que avalia como adequada a formação de crença em um ambiente –, e o conhecimento de primeira ordem, animal – que é a formação de crença verdadeira, que manifesta a competência epistêmica –, aquela crença que é verdadeira porque buscou a verdade corretamente, guiada pela metacrença adequada. Essa relação é a do conhecimento animal com o conhecimento reflexivo, que gera o conhecimento pleno. Esse é o terceiro nível de sucesso epistêmico: conhecimento pleno é o conhecimento animal que é guiado pelo conhecimento reflexivo.

A aptidão da crença é gradual, ela é produto da confiabilidade da competência manifestada. De igual modo ocorre com a meta-aptidão, conforme a confiabilidade da

⁷⁷ No original: “Animal knowledge is first-order apt belief. Reflective knowledge is animal belief aptly endorsed by the subject. We can now see that knowing something full well requires that one have animal and reflective knowledge of it, but also that one know it with full aptness. It requires, that is to say, that the correctness of one's first-order belief manifest not only the animal, first-order competences that reliably enough yield the correctness of the beliefs produced. One's first order belief falls short if it is not appropriately guided by one's relevant meta-competence. This meta-competence governs whether or not one should form a belief at all on the question at issue, or should rather withhold belief altogether. It is only if this meta-competence is operative in one's forming a belief at all on that subject matter that one's belief can reach the epistemic heights. One's first-order belief is apt in proportion to how reliable is the first-order competence manifest in its success. What is more, it is more fully apt in proportion to how reliable is the meta-competence that its success also manifests. This meta-competence is manifest at a remove, however, because the meta-knowledge that it is a belief likely enough to be apt on the ground level is constituted by the fact that the correctness of the corresponding meta-belief itself manifests the subject's relevant meta-competence”.

⁷⁸ Sosa (2011) tem uma nota de rodapé sobre a escolha do termo “knowing full well”, cf. nota 16, p. 92s. Nele, aceita o uso de “conhecimento pleno”, como outros usos de pleno (*fully*), como metafórico, no sentido de que é possível ter conhecimento ainda melhor, de que há espaço para melhorias.

metacompetência manifestada. A avaliação de sucesso no desempenho de crer, para Sosa, está ligada à obtenção de crenças verdadeiras. O objetivo de crer verdadeiramente é atingir conhecimento animal, em primeira ordem, e conhecimento reflexivo, em segunda ordem. A relação adequada faz com que o resultado seja conhecer plenamente – o valor epistêmico mais alto. O conhecimento pleno é aquele plenamente apto, que resulta do desempenho apto guiado pelo desempenho meta-apto.

Voltemos ao “Julgamento Olímpico”, para exemplificar agora toda a estrutura epistêmica e os níveis de conhecimento.

O juiz Sexista não tem conhecimento sequer em primeira ordem, pois falha em buscar a verdade devido ao viés sexista. Apesar de ter crença verdadeira, ele não é hábil por não buscar a verdade, portanto não é apto, tampouco meta-apto por não avaliar as competências de seus julgamentos e corrigir o viés (falta de habilidade para julgar). Atribuímos seu fracasso à falta de habilidade na formação da crença, falha na execução, que é seguida da falha na avaliação, na qual ele não percebe seu viés. Ele constantemente falha por falta de habilidade, não sendo sequer funcional.

O juiz Distráido também não tem conhecimento animal, apesar de buscar a verdade e atingir crença verdadeira, ele falha em obter a relação adequada, pois não obtém crença verdadeira por buscar a verdade, mas sim por acidente – seu julgamento é cópia da colega, juíza Justa. Assim, ele tem precisão e habilidade, mas não aptidão. Seu fracasso é devido à insuficiência da sua habilidade naquele ambiente, que se origina na falha da metacompetência, por não avaliar o risco do ambiente (distrair-se com o sinal sonoro e perder a visualização do tiro). Ele acerta eventualmente, é parcialmente funcional, porque não avalia adequadamente os riscos quando desempenha, e não é reflexivo, ficando suscetível a desempenhar em ambientes onde sua competência não será suficiente.

A juíza Justa é a única que obteve a verdade (crença precisa) porque buscou-a ao julgar (crença hábil), sendo apta, ou seja, tendo conhecimento animal. Ela avaliou bem a ocasião, sem cair em viés (falha pela competência) nem se distrair (falha pelo ambiente), sendo meta-apta, tendo conhecimento reflexivo. Como o conhecimento reflexivo guiou o conhecimento animal, podemos afirmar que juíza Justa tem conhecimento pleno ou conhece plenamente.

Por fim, cabe explicitar que esses níveis constituem uma escala de valor referentes à crença e ao conhecimento:

Crença apta observada aptamente, conhecimento reflexivo, é melhor do que mera crença apta ou conhecimento animal, especialmente quando o conhecimento reflexivo ajuda a guiar a crença de primeira ordem, de modo que ela é apta. Em tal caso, a crença é plenamente apta e o sujeito sabe plenamente (SOSA, 2011, p. 12-13).⁷⁹

A disputa do valor do conhecimento não é o enfoque aqui, mas a observação é pertinente para o objetivo de agência epistêmica de Sosa. Essas definições formam o quadro de normatividade epistêmica. A satisfação dessas normas requer que o agente tenha uma série de desempenhos e avaliações sobre eles, manifestando adequadamente sua competência epistêmica. Vejamos a seguir a concepção de agência epistêmica, qual função tem dentro desse cenário, bem como se ela é robusta.

2.2.3 Ordens de agência epistêmica

Seguindo a estrutura em dois níveis, há também duas ordens de agência epistêmica.

I) primeira ordem

Sosa apresenta uma concepção de agência epistêmica relacionada aos desempenhos que visam a objetivos, através da manifestação de competências, motivados por razões epistêmicas. O ganho teórico em deixar para trás problemas tradicionais da agência doxástica, como a ação e o voluntarismo, permite superar a restrição de uma concepção mais fraca.

Ser um perseguidor da verdade quanto a uma questão exige o exercício de agência epistêmica e competência na formação de sua crença. E alguém pode, assim, formar crenças racionalmente, mesmo que não deliberadamente, nem voluntariamente, nem mesmo conscientemente (SOSA, 2011, p. 19).⁸⁰

A agência epistêmica de primeira ordem consiste em desempenhos do tipo *funcionamento*: formar crença conforme as evidências disponíveis, com a manifestação das competências epistêmicas de primeira ordem. As competências epistêmicas de

⁷⁹ No original: “Apt belief aptly noted, reflective knowledge, is better than mere apt belief or animal knowledge, especially when the reflective knowledge helps to guide the first-order belief so that it is apt. In such a case the belief is fully apt, and the subject knows full well”.

⁸⁰ No original: “To be a pursuer of the truth on a question requires the exercise of epistemic agency and competence in one's belief formation. And one can thus form beliefs rationally even if not deliberately, nor voluntarily, nor even consciously”.

primeira ordem, como vimos, são constituídas das diversas subcompetências que conduzem os processos doxásticos do sujeito. Seu exercício adequado é a aptidão e leva o agente a adquirir conhecimento animal: “Uma crença é um caso de conhecimento se e somente se é apta à verdade, isto é, se e somente se sua precisão manifesta a habilidade epistêmica do crente” (SOSA, 2011, p. 24).⁸¹

Ela é uma agência epistêmica funcional, na qual o desempenho é assim avaliado: “Nesse quadro funcional, distinguimos entre desempenhos que satisfazem ao menos os padrões mínimos de operações epistêmicas apropriadas e aqueles que não os satisfazem” (SOSA, 2012, p. 24). Igualmente, os agentes têm uma avaliação funcional nessa ordem de agência epistêmica: “Agentes que meramente *funcionam* estão sujeitos a falhas ou responsabilizações, mais do que a pecados ou infrações, ou a outras violações que pressupõem liberdade” (grifo original, SOSA, 2012, p. 24). Como vimos, a avaliação de um é indiretamente a avaliação de outro, mas ambas se dão em termos funcionais.

Essa ordem de agência não comporta espaço para liberdade nem para a suspensão de juízo. É a capacidade de colocar-se em posição de formar crenças conforme a ocasião. Emprega o princípio de racionalidade meios e fins, que vimos na seção anterior, mas tem seu fim estabelecido como a verdade: “Finalmente, os funcionamentos, na nossa região intermediária [entre os sofrimentos e meros fazeres e a liberdade das diligências], são avaliáveis num aspecto epistêmico específico, o que significa que a sua avaliação deve ser feita com relação à verdade” (SOSA, 2012, p. 25).

Nossa competência padrão nos conduz racionalmente à verdade. Mas podemos ser desviados da verdade, através de vieses ou motivados por interesses práticos. Nos casos em que podemos não estar sujeitos à força da razão, necessitamos da agência de segunda ordem, a fim de preservarmo-nos de falhas.

II) segunda ordem

A agência epistêmica de segunda ordem guia o exercício adequado de primeira ordem. Ela é um desempenho do tipo *diligência*, em busca da verdade. Acompanha a agência de primeira ordem constantemente, mas é disparada por problemas ou desvios na formação de crenças. Esses problemas podem ter três origens: i) riscos de engano por um ambiente inadequado; ii) redução ou impedimento da competência; e iii) conflitos

⁸¹ No original: “A belief is a case of knowledge if and only if it is truth-apt, i.e., iff its accuracy manifests the believer’s epistemic adroitness”.

de razões (práticas e epistêmicas). Podemos afirmar, portanto, que Sosa atribui três papéis distintos para sua atuação:

- i) avaliação do ambiente e da competência epistêmica de primeira ordem;
- ii) decisão de formar crença ou suspender o juízo (desempenhar ou abster-se);
- iii) separação entre razões práticas e epistêmicas, através da reflexão.

Cada um desses papéis liga-se a um nível de sucesso epistêmico e implica um tipo de conhecimento (animal, reflexivo e pleno). Examinemos cada um deles.

- i) meta-avaliação ambiental e funcional

O primeiro papel da agência de segunda ordem consiste na avaliação do risco de falha pelo ambiente e das competências de primeira ordem. Ele é um nível não manifestado, silencioso ou implícito.

Os dois primeiros problemas que desencadeiam a agência reflexiva são relativos aos componentes da competência (como vimos na subseção 3.1.1), à situação e à condição do agente, respectivamente. O primeiro é acerca de situações enganadoras, como os exemplos cétricos e os casos tipo Gettier trazem-nos. O segundo é sobre o agente estar impedido ou incapaz, ainda que temporariamente, de manifestar sua habilidade. Vejamos esses pontos.

Sosa afirma que as condições contextuais *podem* exercer um papel comprometedor em relação à competência epistêmica. Com isso, está afirmando a falibilidade das nossas competências – podemos estar errados, mesmo em situações que não percebamos motivos para pensar que estejamos, pois podemos falhar em ambas as ordens (é preciso que *haja*, de fato, esses motivos, e que seja falha do agente não percebê-los, caso contrário, estaremos em um cenário cétrico).

Porém, lembrando os condicionais disparadores de manifestações, o que interessa é a ocasião atual. Sosa descarta as demais ocasiões espaço-temporais e modais, por serem irrelevantes. O necessário é que o agente tenha manifestado sua competência plena na situação na qual se encontra:

Raramente, se alguma vez, uma reconhecida disposição do senso comum exige que suas condições de desencadeadoras, desencadeariam suas manifestações resultantes não somente no próprio tempo e lugar que o sujeito

da disposição está localizado, mas também ao longo de uma vizinhança mais ampla de tempos e espaços (SOSA, 2011, p. 80).⁸²

E essa restrição vai além do mundo físico atual, abrangendo mundos possíveis (modais)⁸³:

Quer definamos a vizinhança por proximidade física ou por proximidade modal, não é plausível que uma competência, perícia ou disposição seja manifestada em um certo local somente se o agente tivesse sucedido similarmente em qualquer lugar em geral na vizinhança (SOSA, 2011, p. 91).⁸⁴

A agência de segunda ordem avalia constantemente nosso ambiente e funcionamento, seja implicitamente, quando não há sinais de inadequação, seja reflexivamente, quando há. Nos primeiros, não há disparador, então ela não é manifesta, ainda que presente. Esses casos são os que desempenhamos ordinariamente, nossa agência funcional desempenha bem e a agência reflexiva fica ociosa. Não há complicações ou necessidade de ir a outros níveis de conhecimento. É o papel silencioso da razão, pelo qual adquirimos conhecimento animal – cuja execução é frequente, constantemente formamos conhecimento sobre o mundo no qual estamos e agimos.

ii) decisão de desempenho ou abstenção

Quando há sinais de risco ambiental ou falta de competência funcional, é preciso ir para o papel reflexivo de decisão manifestada. Esse segundo papel implica, portanto, o primeiro papel cumprido – percebemos os riscos porque os monitoramos.

Quando a agência de segunda ordem é manifestada, forma-se a metacrença de aceitação ou rejeição do risco presente na ocasião e decide-se por manter ou formar⁸⁵ as crenças alvo ou por suspender o juízo.

⁸² No original: “Rarely if ever does a recognized, commonsense disposition require that its triggering conditions would trigger its resultant manifestations not only at the very place and time where the host of the disposition is located, but also throughout some wider neighborhood of places and times”.

⁸³ Para uma introdução, ver *Possible worlds*, da SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/possible-worlds/>>.

⁸⁴ No original: “Whether we define the neighborhood by physical proximity, or by modal proximity, it is not plausible that a competence, skill, or disposition is manifest at a certain location only if the host would have similarly succeeded elsewhere generally in the neighborhood”.

⁸⁵ Há casos nos quais a crença foi formada, e a metacompetência indica que há risco de ela ser falsa. Nesses casos, é adequado falar em sustentar/manter ou revisar/rejeitar a crença. Porém, esses casos são análogos aos de formação para o que nos interessa. Assim, por uma questão de economia, iremos nos referir somente à formação, pois o que se aplica a uma, aplicar-se-á a outra.

Porém, mesmo essa ponderação de razões não precisa ser consciente, nem ligada à vontade do agente, portanto não precisa ser controlada positivamente. São os casos em que os processos de formação de crenças seguem sem sinais de problemas ou desvios, há somente deliberação de razões epistêmicas.

Alegadamente, a competência relevante de segunda ordem é uma competência padrão que assume a competência de primeira ordem a menos que haja sinais de alerta para o contrário. Tais sinais podem derivar do testemunho contrário, ostensivamente confiável, ou de alguma outra fonte de incoerência. Alguém submetido ao teste Muller-Lyer começa a suspeitar de sua competência de primeira ordem, por exemplo, quando a medição colide com a aparência visual.⁸⁶

Nossa competência de segunda ordem tem, então, um componente constitucional que responde com suspeita quando impelido por sinais de alerta e com confiança na luz de sua ausência. A competência interior completa exigirá, é claro, que o sujeito esteja em boa forma. Ele não pode estar bêbado, drogado, dormindo ou incapacitado de outra forma. Além disso, e aqui é o ponto crucial, a competência de segunda ordem plena exigirá também que ele esteja adequadamente situado. Assim como a competência plena de primeira ordem de visão de cor exige boa luz, também a competência plena de segunda ordem exige que o sujeito esteja adequadamente situado. Com o intuito de ser competente na segunda ordem, o sujeito deve estar situado de tal forma que, mais cedo ou mais tarde, haveria sinais de alerta se a competência de primeira ordem relevante estivesse ausente (SOSA, 2010, p. 473).⁸⁷

Há uma reflexão sobre as razões, ainda que implícita, que leva à decisão de crer, descreer ou suspender o juízo, bem como sobre a maneira pela qual nós chegamos a esse julgamento ou suspensão:

Ao raciocinar a partir de tais comprometimentos implícitos [de julgamentos de primeira ordem] nós podemos ao fim ganhar atenção consciente (*conscious awareness*) de nossas faculdades e subfaculdades. Podemos talvez assim ganhar conhecimento consciente da sua natureza e de como elas tornam possível nosso sucesso cognitivo. E isso pode ajudar a prover uma

⁸⁶ A ilusão de ótica Muller-Lyer consiste em duas linhas paralelas do mesmo tamanho, mas com ângulos invertidos em suas extremidades. Isso leva à percepção de que são de tamanhos distintos.

⁸⁷ No original: “Arguably, the relevant second-order competence is a default competence that assumes first-order competence unless there are tell-tale signs to the contrary. Such signs might derive from contrary, ostensibly reliable testimony, or from some other source of incoherence. A Muller-Lyer subject begins to suspect his first-order competence, for example, when measurement clashes with visual appearance.

Our second-order competence has thus a constitutional component that responds with suspicion when prompted by tell-tale signs, and with trust in light of their absence. The fuller inner competence will of course require that one be in good shape. One must not be drunk or drugged or asleep or otherwise disabled. In addition, and here is the crucial point, the complete second-order competence will require also that one be properly situated. Just as the first-order complete color-vision competence requires good light, so the complete second order competence requires that the subject be properly situated. In order to be competent on the second-order, one must be so situated that sooner or later there would be tell-tale signs if the relevant first-order competence were absent”.

perspectiva que subscreve, com entendimento coerente, nosso uso daquelas faculdades (SOSA, 2010a, p. 189).⁸⁸

Estar bem situado e em boas condições em segunda ordem é o que nos possibilita atingir esses níveis de raciocínio e até mesmo atenção consciente. Esse segundo papel da agência reflexiva está ligado ao conhecimento reflexivo, que implica no conhecimento da competência de primeira ordem, no metaconhecimento ambiental e na suspensão de juízo racional.

iii) separação das razões

O terceiro papel de agência reflexiva requer o sucesso relacional nos dois primeiros. É preciso que haja avaliação ambiental e funcional adequada e que se tenha decidido por formar crença por causa disso.

O nosso arrazoado sugere uma distinção entre tal crença animal e a crença reflexiva (*reflective*). A crença animal é constituída por um estado armazenado que pode guiar a conduta subconscientemente. A crença reflexiva, por contraste, é uma disposição para julgar afirmativamente em resposta a uma pergunta – se sob a influência de nenhum objetivo além daquele de responder corretamente – com verdade. E esse “juízo” que a pessoa está disposta a emitir é um ato consciente distinto ou um estado conscientemente mantido. É esse ato ou estado que está no âmbito do nosso controle livre quase tão frequentemente e plausivelmente quanto o estão as escolhas que fazemos ordinariamente e as intenções conscientes que mantemos (SOSA, 2012, p. 34).

Seu exercício adequado leva o agente a não se guiar por razões práticas, nem permitir que elas interfiram na consideração das razões epistêmicas na formação da crença.

Quando há sinais de risco, o agente avalia que ele é baixo e decide pela formação de crença, podemos exercer a agência reflexiva nesse terceiro papel. O agente, então, permanece no padrão de formação de crença em primeira ordem e tem de manter a primazia das razões epistêmicas para ser bem-sucedido e obter conhecimento, ou falha em separar as razões e é guiado pelas razões práticas (autoconforto, pensamento mágico, etc.).

⁸⁸ No original: “By reasoning from such implicit commitments we may eventually gain conscious awareness of our faculties and sub-faculties. We may thus gain conscious knowledge of their nature and of how they enable our cognitive success. And this can help provide a perspective that underwrites, with coherent understanding, our use of those faculties”.

Esse é o papel no qual a agência epistêmica usa o conhecimento reflexivo para guiar o conhecimento animal, cujo exercício resulta no conhecimento pleno. A agência epistêmica de segunda ordem, assim manifestada, pode resultar em controle sobre as crenças. Vamos examinar mais profundamente essa possibilidade.

2.2.4 Agência epistêmica reflexiva

Vimos que a agência epistêmica consiste em desempenhos epistêmicos, que ela tem duas ordens, correspondentes aos funcionamentos e às diligências. Ela tem três papéis na vida cognitiva: monitoramento de sinais de risco, decisão de aceitação do risco e controle negativo sobre influências práticas.

Vimos também que as diligências podem ser livremente determinadas, mas nem sempre o são. Nos casos em que o são, temos a agência epistêmica livre manifestada, segundo Sosa (2012, p. 32s). Ela é a mais forte, mas ainda não envolve nenhuma ação ou controle direto:

Além do mais, competência epistêmica [no sentido de agência] não é acional. Não é instituída através de raciocínio direto, positivo, prático-silogístico. [...] Ao invés disso, competência epistêmica resulta em crenças, mas não através de decisões práticas ou silogismos. Então, em um sentido, somos passivos, não diretamente ativos, na nossa formação de crenças. Apesar disso, nossas crenças estão sob nosso controle (SOSA, 2011, p. 32).⁸⁹

Os dois primeiros papéis da agência reflexiva são constituídos por metacompetência, e derivam seu sucesso dela: monitorar o ambiente e decidir sobre a confiabilidade das competências de primeira ordem, que pesam as evidências e formam as crenças. Porém, vimos que Sosa define um terceiro papel para a agência reflexiva: a separação das razões. Como dá-se esse controle sobre as razões? De onde vem a capacidade de evitar razões práticas e resguardar as razões epistêmicas, a fim de que nossa agência de primeira ordem manifeste nossa competência? Como podemos controlar as crenças sendo passivos na sua formação?

Sosa parece apelar para uma concepção de agência supressiva. Vejamos a definição de Hacker:

⁸⁹ No original: “Moreover, epistemic competence is not actional. It is not instituted through positive, direct practical-syllogistic reasoning. [...] Instead, epistemic competence results in beliefs, but not through practical decisions or syllogisms. So, in one sense we are passive, not directly active, in our belief formation. Nevertheless, our beliefs are under our control”.

[...] um agente pode também fazer algo que impede ou cessa a mudança que de outro modo ocorreria. Em tais casos de atuação impeditiva ou supressiva, o paciente [objeto da agência] é impedido de mudar ou mudar ainda mais. Isso pode ser feito pela ação no paciente, interferindo ou agindo em alguma outra coisa que, de outro modo, teria agido sobre o paciente (HACKER, 2010, p. 135).

E vejamos também:

Observe-se que o resultado da agência impeditiva ou supressiva é a não ocorrência de um evento que, de outro modo, teria ocorrido, o não início ou o término de um processo que, de outro modo, teria começado ou continuado, e a falha na obtenção de um estado que teria sido o caso de outro modo (HACKER, 2010, p. 151).

Assim, a agência reflexiva tem seu último papel como impeditiva de razões práticas na agência epistêmica funcional. Ela atua somente impedindo interferência nos casos em que há esse risco. O domínio epistêmico é resguardado dos interesses práticos e o conhecimento é adquirido ao evitar-se vieses e outros problemas de origem prática. Mas como a reflexão pode caracterizar esse tipo de agência? Qual a base para a manutenção de nossa agência epistêmica funcional?

Já vimos que, quando temos bons funcionamentos, somos bons agentes, consideramos as razões epistêmicas e formamos crenças adequadamente; não necessitamos da manifestação da agência reflexiva, ela permanece em um estado de monitoramento, sem necessitar de decisão alguma, pois temos bons desempenhos até que haja sinais para pensarmos o contrário.

Mas, quando esses sinais são percebidos, os desempenhos funcionais já estarão comprometidos com as razões epistêmicas que os motivam em busca da verdade, contrapostas a quaisquer razões práticas que os possam desviar. Então, seria inviável usar essas mesmas razões epistêmicas e contrapô-las às razões práticas, para permanecer na busca da verdade. É preciso que haja um segundo nível de motivação para a busca da verdade, que possibilite ao agente fundamentar sua agência epistêmica reflexiva:

Sendo assim, dois tipos de fundamentação motivacional podem subjazer a uma atitude que mantemos. A primeira é uma fundamentação constituída por razões baseadas nas quais o sujeito sustenta a atitude. A segunda é uma fundamentação constituída por razões baseadas nas quais nós nos abtemos de impedir (ou de mudar ou afetar de outro modo) a atitude, onde a atitude é então sustentada por padrão. O desejo puro, desinteressado, pela verdade pode motivar racionalmente a crença de alguém da segunda maneira. Pode ser uma razão baseada na qual alguém se abstém de afetar sua crença na

busca de objetivos pragmáticos, como o conforto. É claro, tudo isso é compatível com a noção de racionalidade epistêmica pura e com a possibilidade de que uma crença seja epistemicamente irracional, embora racional todas as coisas consideradas, onde essa última deve ser entendida como racional todas as considerações práticas feitas, inclusive o desejo pela verdade na questão em voga (SOSA, 2011, p. 33-34).⁹⁰

É o desejo de busca da verdade, livremente escolhido, em segunda ordem, que orienta o agente para resguardar sua agência primária. Porém, vimos (subseção 2.1.3) que a liberdade na definição dos fins de uma diligência poderia levar à arbitrariedade. E, no domínio epistêmico, arbitrariedade não pode ser aceita, nossas atitudes e processos têm de ser motivados racionalmente: “*Diligências fundacionais* estariam desprovidas de bases motivadoras racionais para explicar o seu estatuto como racionais. Tais diligências pareceriam, assim, arbitrárias, e, portanto, irracionais” (grifo original, SOSA, 2012, p. 26). Como é possível, então, para uma diligência epistêmica livre não ser acusada de irracionalidade?

Sosa responde que “*Diligências* epistêmicas livremente racionais podem basear-se em desempenhos *funcionalmente* racionais” (grifo original, *ibidem*). Ou seja, a racionalidade pode basear-se no funcionamento, que é motivado pelas razões epistêmicas próprias daquela ocasião: “*Funcionamentos fundacionais* não partilham do mesmo estatuto problemático. Não envolvendo escolhas de todo, não envolvem escolha arbitrária” (grifo original, *ibidem*).

Além disso, formamos compromissos através das nossas disposições baseadas na vontade. Esses compromissos orientam nossas escolhas, manifestados nas ocasiões adequadas, em que devemos implementar atitudes específicas, a partir das disposições voluntárias. Igualmente, temos disposições voluntárias livres para implementar tais e tais desempenhos em ocasiões adequadas:

Aqui não adquirimos uma crença animal por meio do funcionamento apropriado “automático”, não livre, dos nossos mecanismos cognitivos. O compromisso, ao invés disso, é escolhido livremente, tal que o “mecanismo” é ele mesmo voluntário. O que esse compromisso governa, contudo, não é

⁹⁰ No original: “All that being so, two sorts of motivational rationale can underlie an attitude that we hold. One is a rationale constituted by reasons based on which one holds the attitude. The second is a rationale constituted by reasons based on which we forbear from precluding (or from changing or otherwise affecting) the attitude, where the attitude is then held by default. The pure, disinterested desire for truth can rationally motivate one's beliefs in the second way. It can be a reason based on which one forbears from affecting one's beliefs in the pursuit of pragmatic goals such as comfort. Of course, that is all compatible with a notion of purely epistemic rationality, and with the possibility that a belief be epistemically irrational though rational all things considered, where this last is to be understood as rational all practical considerations considered, including the desire for the truth on the question at hand”.

crença animal armazenada automaticamente por meio do funcionamento apropriado das nossas faculdades animais. Antes, os nossos compromissos livremente escolhidos governam os nossos juízos livres quando sopesamos conscientemente uma questão à luz de todas as razões sincronicamente em vista (SOSA, 2012, p. 34).

Uma vez que tenhamos o compromisso de buscar a verdade sobre a questão, orientamos nossa agência reflexiva para atuar supressivamente e resguardar a agência epistêmica padrão (primeira ordem). Através dessa derivação, é que escolhemos buscar a verdade, deliberamos nosso ambiente e competências de primeira ordem e, assim, controlamos nossas crenças animais: “Agora [após a deliberação reflexiva], podemos sopesar novamente a crença no nosso resultado. E aqui podemos de novo exercer liberdade, à medida que está em nossas mãos acreditar no resultado. Dessa maneira, nós podemos controlar as nossas crenças animais” (idem, p. 33).

A agência reflexiva nesse último papel é livre, racional e garante nossos funcionamentos epistêmicos (agência de primeira ordem), através do impedimento de razões práticas.

2.3 Crítica

Veremos agora três de críticas que a concepção de agência epistêmica de Sosa sofre. Algumas são específicas para agência epistêmica, outras são mais gerais, visando a alguns pressupostos de Sosa.

A primeira é uma crítica do tipo conceitual, que visa a estabelecer, a partir de definições conceituais, uma separação entre crenças e vontade. Ela é uma crítica indireta, não específica a Sosa ou à agência epistêmica. Apresentaremos o desenvolvimento da tese da impossibilidade conceitual (vista no capítulo um), a partir de Pascal Engel (2010).

A segunda é uma crítica direta às concepções de agência epistêmica em teorias da virtude em Epistemologia. Apresentaremos as objeções gerais à virtude, a partir de Engel (2010). Elas consistem, basicamente, nas distinções entre aquisição de justificação e aquisição de conhecimento, bem como entre ação sobre meios e ação sobre fins.

A terceira é uma crítica à capacidade de reflexão, a partir de Cláudio de Almeida (2002) e de Hilary Kornblith (2012). Na primeira, indireta, temos a acusação de um regresso infinito vicioso para qualquer apelo à deliberação ou reflexão. A

segunda é uma crítica à capacidade de reflexão humana, relacionada à agência e à agência epistêmica, incluída a posição de Sosa, a partir de uma perspectiva naturalista.

2.3.1 Críticas conceituais

Passemos agora às críticas de Engel (2010) acerca da proposta de agência epistêmica de conhecimento por habilidade, de Sosa. Engel inicia a seção sobre o tema de “conhecimento, habilidades e investigação”, colocando a questão de se conhecimento, ele mesmo, pode ser um tipo de ação ou o produto de uma intenção.

Ele segue no exame de agência epistêmica em relação ao conhecimento, com modelos de agência epistêmica de conhecimento pela virtude. O modelo de agência epistêmica de Sosa é aí incluído, pois as competências exercidas visam principalmente à aquisição de conhecimento. Engel (2010, p. 20) identifica duas funções possíveis para as capacidades em relação ao conhecimento: como constitutivas do estado de conhecimento ou como aquelas disposições de cujo exercício o conhecimento é resultado.

Segue-se a argumentação conceitual da tese da impossibilidade conceitual (vista no capítulo um) que remonta a Bernard Williams (1973) e que define crença como um estado mental que é direcionado para a verdade e conhecimento como um tipo de crença (verdadeira e justificada). A definição de crença como um estado mental e a definição de conhecimento como um tipo de crença implicam que conhecimento é também um estado mental. Um estado mental é algo que um sujeito possui, não é passível de controle pela vontade, e não é algo sobre o qual alguém age. Essa é, basicamente, a ideia da tese da impossibilidade conceitual aplicada ao conhecimento.

Para Engel, afirmar que as capacidades dos agentes são constitutivas do conhecimento é falso. Ele admite que podem ser relacionais, mas isso suporta a ideia de uma “agência para o epistêmico” e não autoriza agência epistêmica.

Elaboraremos, a partir da definição de crença orientada à verdade, do argumento de Williams e das distinções de Engel, um argumento sobre agência epistêmica em relação ao conhecimento.

Primeiramente, montemos o argumento sobre crença e vontade, com base na tese de Williams.

Argumento conceitual sobre controle voluntário da crença:

- i) se um estado mental é orientado para a verdade, então não se pode ter controle voluntário sobre esse estado mental;
- ii) crenças são estados mentais orientados para a verdade;
- iii) não podemos ter controle voluntário sobre *os estados mentais que são* crenças.

Se considerarmos que ter um estado mental que é uma crença é equivalente à atitude ou ação de crer, podemos reescrever (iii) dessa forma:

- (iii b) não podemos ter controle voluntário sobre crer.

Acrescentemos a premissa de controle da ação, derivada do modelo minimalista de ação e da concepção de agência prática de Engel (vista no capítulo um), segundo a qual, para contar como agência, uma ação tem de poder ser controlada pelo sujeito.

Argumento do controle voluntário para ação:

- iv) ações devem poder ser controladas voluntariamente pelo agente;
- v) se não podemos ter controle voluntário sobre crer, então crer não é um tipo de ação;
- *(iii b) não podemos ter controle voluntário sobre crer;
- vi) crer não é um tipo de ação.

Então, as ações estão relacionadas à crença e crer como componentes necessários (investigação, coleta de dados, etc.), mas relacionais. Ações não constituem conhecimento, tomado como o resultado dessas ações.

Para dar esse passo, usemos as distinções de Engel, em relação a conhecimento. Conhecimento é crença qualificada (verdadeira e justificada). Para um sujeito S conhecer P, é necessário para S crer (qualificadamente) que P.

Argumento da ação para o conhecimento:

- vii) conhecer é crer (qualificadamente);
- viii) se crer não é um tipo de ação, então conhecer não é um tipo de ação;
- *vi) crer não é um tipo de ação;

ix) conhecer não é um tipo de ação.

O argumento da ação para o conhecimento mostra que, se as definições forem aceitas, então a noção de agência epistêmica como ação para o conhecimento não pode ser sustentada.

Assim, se aceitarmos esses argumentos, aceitamos que se pode agir somente em relação ao conhecimento, as ações podem ser meios para adquirir justificção para as crenças e ter conhecimento, como um fim. Pode-se aceitar agência epistêmica somente no sentido de ação que é relacionada a conhecimento, até mesmo sendo necessária para sua aquisição, mas não sendo constitutiva de conhecimento.

Ainda assim, sua crítica é muito ampla (visa a todos os modelos de agência epistêmica de conhecimento pela virtude) e não visa à concepção de Sosa por desempenhos. Isso porque, em primeira ordem, Sosa assume um tipo de agência epistêmica funcional, que não incorpora as características de ações, que são o alvo de Engel. E, em segunda ordem, por serem desempenhos reflexivos que condicionam os desempenhos funcionais, mas também não são ações.

2.3.2 Crítica à virtude

A crítica de Engel (2010) aos modelos de agência epistêmica pela virtude prossegue e centra-se em dois pontos: a distinção entre dizer o que é conhecimento e dizer como ele pode ser adquirido (p. 19), e a distinção entre meios e fins e a respectiva ação sobre ambos (p. 22). Uma vez que sejam feitas as distinções adequadamente, a conclusão é a impossibilidade da agência epistêmica para o conhecimento. Vejamos os dois pontos.

No primeiro, destaca-se a forte tendência de se obscurecer a distinção entre conhecimento e sua aquisição, para tratar de teorias da justificção. Uma vez que conhecimento é um tipo de crença verdadeira, a maneira pela qual ele é adquirido é dita sua justificção, assimilando a posse de justificção à aquisição de conhecimento. Em outras palavras, colocam-se ações como requisitos para o sujeito ter conhecimento, mas essas ações são as próprias atividades de formação e justificção das crenças.

Apesar de formular a crítica em termos de ação, essa crítica serve para a concepção de Sosa de desempenho. Nela, as crenças que se qualificam como conhecimento (crenças aptas, meta-aptas e plenamente aptas) são aquelas que atingem a

verdade por causa da diligência para alcançá-la, guiadas por uma meta-avaliação. As crenças hábeis são os desempenhos que buscam obter a verdade sobre a questão, uma diligência do agente em direção à verdade, após a avaliação do ambiente e competências.

É nesse ponto que a crítica de Engel é focada, pois temos que:

(I) o conhecimento pleno é definido por Sosa como o conhecimento animal guiado pelo conhecimento reflexivo, o que significa que é o desempenho de uma crença apta (primeira ordem), que é guiada pela avaliação da metacrença apta (segunda ordem); e

(II) a maneira pela qual adquirimos conhecimento é obtendo a verdade sobre P e avaliando essa busca, ou seja, desempenhando a formação de uma crença apta derivada da metacrença meta-apta.

Se tomarmos I e II, não é possível distinguir uma de outra; a definição de conhecimento é idêntica a de sua aquisição. Acabamos, segundo Engel, nublando essa distinção e assumindo que agimos em ambas as situações, sobre o estado de conhecimento (I) e sobre a aquisição de justificação e conhecimento (II). Porém, a falta de distinção não é suficiente para autorizar essa suposição. Ficamos com o problema de explicar como (II) pode equivaler a (I), e vice-versa. Além disso, precisamos ou fazer a distinção entre (I) e (II), ou mostrar porque ela não é necessária.

O segundo ponto da crítica de Engel aos modelos é relacionado ao primeiro, e busca a distinção entre meios e fins das ações e do conhecimento. Ele afirma que temos uma gama de habilidades pelas quais agimos que efetivam os meios necessários à promoção do fim epistêmico do conhecimento. Mas há uma enorme diferença entre meios e fins; portanto, isso não significa que o conhecimento, por si só, seja algo sobre o qual exista agência: mesmo que ele seja o resultado causal do exercício de habilidades do sujeito, a ação consiste justamente no exercício dessas habilidades, e o conhecimento é apenas o resultado, um estado (mental), não uma ação (mental).

Apesar de o sujeito adquirir as competências para alcançar o conhecimento e fazer uso delas, o conhecimento, objetivo das competências, não é algo que está sob seu controle, nem diretamente, nem indiretamente. Segundo Engel, o sujeito só age à medida que adquire as capacidades necessárias para alcançar o conhecimento, mas não sobre os fatos ou sobre o conhecimento em si: “Assim, podemos falar do papel do

agente na aquisição do conhecimento, mas isso ainda não sustenta a noção de uma agência epistêmica” (2010, p. 22).⁹¹

2.3.3 Críticas à reflexão

Suponhamos que as críticas de Engel, vistas acima, comprometam a concepção de agência de primeira ordem, agência funcional, de Sosa. Ainda teríamos a agência de segunda ordem, reflexiva.

Toda a estrutura de segunda ordem de Sosa é sobre a capacidade reflexiva do agente. Ela é constituída de estados mentais como metacrença e conhecimento de segunda ordem, a respeito das crenças de primeira ordem e do conhecimento animal. Se há uma dependência da reflexão, é preciso um exame rigoroso dessa capacidade, a fim de saber se ela sustenta a agência epistêmica reflexiva.

Mostrou-se, em Sosa, a possibilidade de agência epistêmica de segunda ordem quando ocorre conflitos de razões ou interferências de razões práticas sobre epistêmicas – e também que esse isolamento possibilitaria a eliminação de vieses cognitivos. Foi defendida a possibilidade de metacrença e capacidade de reflexão influenciarem a formação de crença em primeira ordem, através da suspensão de juízo e da separação de tipos de razões.

Vamos apresentar duas críticas à capacidade reflexiva: uma de Cláudio de Almeida, no artigo “Uma versão do deontologismo epistêmico” (2002), no qual ele aponta para o regresso infinito vicioso que é gerado pelo uso dessa capacidade, e outra de Hilary Kornblith, em *On reflection* (2012), no capítulo 3, *Freedom*, onde examina a ideia de agência e de agência epistêmica a partir da reflexão.

I) Almeida (2002)

Em artigo acerca do deontologismo epistêmico e das dificuldades encontradas por ele, Cláudio de Almeida alerta para o regresso infinito vicioso que é gerado tanto pela deliberação quanto pela reflexão crítica:

Aqui [no exercício da deliberação ou da reflexão crítica], nós nos vemos rapidamente embarcados num regresso infinito do tipo vicioso. Observe que,

⁹¹ No original: “Thus we can speak of the agent’s role in the acquisition of knowledge, but that still does not vindicate the notion of an epistemic agency”.

sejam quais forem as peculiaridades do que chamamos ‘reflexão crítica’, esta nada mais é do que um processo inferencial. E, como se dá com processos inferenciais de um modo geral, não haverá crença justificada na conclusão do processo, a menos que suas premissas sejam objeto de crença justificada. Mas, se as crenças-premissas devem, elas próprias, resultar de reflexão crítica, estaremos, então, diante da exigência de que se complete um número infinito de casos de reflexão crítica como condição necessária da execução de um único caso de reflexão crítica (ALMEIDA, 2002, p. 124s).

O regresso infinito vicioso atinge a concepção de Sosa de epistemologia em dois níveis, animal e reflexivo. Sejam quais forem os procedimentos que tomarmos em longo prazo para melhorarmos nossos desempenhos e funções, eles nunca terão possibilidade de causar mudança no nosso processo atual de formação de crença. Uma vez que se tente estabelecer um caso de reflexão para ratificar um desempenho em primeira ordem, adentra-se no regresso, e ele nunca pode ser concluído.

Isso relaciona-se com o problema da origem da confiabilidade das competências epistêmicas (*bootstrapping*), que é percebido e discutido por Sosa (2011, capítulo oito).⁹² O problema da confiabilidade consiste, basicamente, em questionar a confiabilidade das capacidades de primeira ordem. Para respondê-la, é preciso usar resultados dessas mesmas capacidades que estão sob questionamento. Temos, então, o problema da circularidade viciosa. Sosa pretende responder a esse problema apelando para a capacidade reflexiva e mostrando por que, apesar de haver circularidade, ela não é viciosa.

A crítica à reflexão, através do regresso infinito, acrescenta outro problema, a ser resolvido. Se não o for, pode comprometer a solução dessa outra crítica – de circularidade epistêmica – tendo grande relevância para Sosa.

II) Kornblith (2012)

No seu livro acerca da reflexão, Hilary Kornblith dedica um capítulo à ideia de agência e de agência epistêmica. Ele ataca severamente a concepção de capacidade reflexiva devido ao extraordinário poder que lhe é atribuída. Partindo de uma perspectiva naturalizada, com forte embasamento empírico, procura descartar as concepções de agência epistêmica através da reflexão.

Segundo ele, nossos poderes reflexivos são muito mais limitados do que nossa idealização acerca deles, consoante nos mostra a psicologia cognitiva. Se esse ataque for

⁹² Para uma discussão, ver *Sosa's Reflective Knowledge: How damaging is epistemic circularity?*, de Heather Battaly (2010), e *Epistemic circularity*, de Sosa (2011, cap. 8).

plausível, temos de abandonar o projeto reflexivo de Sosa. Vejamos o que ele afirma ao referir-se à imagem que Sosa e outros filósofos elaboram:

Atraente e de senso comum como é esse retrato, eu creio que ela é profundamente enganadora sobre ambas, cognição humana e animal. Ela subestima a sofisticação da cognição animal e apresenta uma explicação do caso humano que é excessivamente intelectualizada. Ela apresenta a reflexão como mais profundamente envolvida em nossa cognição do que realmente é e dá uma explicação do papel da agência na cognição que a amarra mais à reflexão do que o nosso entendimento atual dos fatos pode suportar. Cada um destes pontos requer discussão e elaboração (KORNBLITH, 2012, p. 103).⁹³

Assim, podemos apontar algumas características da teoria de Sosa (1991, 2004 e 2007)⁹⁴ que são atacadas por Kornblith: i) a baixa cognição animal, ii) a excessiva intelectualização da cognição humana, iii) a enganosa concepção de profunda ligação da reflexão com a cognição, e iv) a amarração da agência à reflexão mais do que pesquisas empíricas suportam. Vejamos esses pontos brevemente:

i) Pobreza da cognição animal⁹⁵

Kornblith afirma que os animais têm uma cognição altamente sofisticada, que inclui revisão e atualização de crenças em maneiras similares às nossas, sem que isso envolva reflexão de nenhum tipo. Por exemplo, eu creio que minhas chaves estão em cima da mesa, mas, ao olhar em cima da mesa, eu não as vejo, então deixo de crer nisso, assim como meu cachorro crê que há comida no seu pote quando eu encho-o de comida, e crê também que o pote está vazio quando ele acaba de comer (KORNBLITH, 2012, p. 101-4).

ii) Intelectualização da cognição humana

“O ato de refletir é frequentemente epifenomenal em relação à fixação da crença. Aqui, como em muitas outras coisas, a fenomenologia é uma guia terrivelmente

⁹³ No original: “Attractive and commonsensical as this picture is, I believe that it is deeply mistaken about both human and animal cognition. It underestimates the sophistication of animal cognition, and presents an account of the human case which is overly intellectualized. It presents reflection as more deeply involved in our cognition than it really is, and it gives an account of the role of agency in cognition which ties it more closely to reflection than our current understanding of the facts can support. Each of these points requires discussion and elaboration”.

⁹⁴ Kornblith (2012) refere-se à teoria de Sosa a partir dessas três obras, mas os pontos que ele levanta continuam pertinentes para as obras posteriores referidas nesta dissertação (e.g., 2010, 2011 e 2012).

⁹⁵ Para uma discussão acerca de agência e racionalidade animal (não humana), ver *Animal Agency*, de Hans-Johann Glock, em O’Connor e Sandis (2010).

imprecisa para os funcionamentos da mente” (KORNBLITH, 2012, p. 105).⁹⁶ Nossas reflexões e mesmo nossas experiências de consciência de nossos processos mentais nos levam a equívocos na percepção e na interpretação de nossas capacidades mentais. Ao percebermos nossos estados mentais, temos a experiência consciente, e a consequente ilusão, de que nós produzimos esses estados pela própria experiência de percebê-los, que é, na verdade, produzida por esses estados. Assim, fazemos auto-atribuições de capacidades que não correspondem à realidade, intelectualizando processos diretos e automatizados com nossa experiência fenomenológica.

iii) Profunda ligação entre reflexão e cognição

Nossa imagem de senso comum apresenta uma vida cognitiva que constantemente faz uso da reflexão e toma decisões livres e conscientes. Além disso, nossas experiências fenomenológicas autorizam ideias de que a reflexão sobre nossas práticas faz com que mudemos o funcionamento de processos que vão mal e façamos ajustes em capacidades que estão com desvios. Nossas habilidades cognitivas são, em grande grau e espectro, inacessíveis à introspecção, e podemos conhecer somente seus resultados. Assim, refletir acerca delas não possibilita, muito menos efetiva, mudanças.

Por causa dessas distorções na autocompreensão, o retrato de senso comum da extensão da nossa influência sobre os modos nos quais nós processamos informação, exagera grosseiramente nossa própria eficácia. Assim, é simplesmente inverdade que, como a história que estamos considerando sugere, quando atingimos a adultez, os processos pelos quais nós chegamos a nossas crenças são todos ou um produto de ações tomadas autoconscientemente com o objetivo de melhorar nossa cognição, ou, alternativamente, processos que foram mantidos como encontrados sob reflexão somente porque eles passaram juntos quando foram autoconscientemente escrutinados. Uma grande quantidade de processos cognitivos é encapsulada informacionalmente em módulos cognitivos. Os funcionamentos desses módulos cognitivos violarão inevitavelmente o retrato do senso comum em duas maneiras diferentes: as operações desses módulos são invisíveis à introspecção, então eles nunca podem ser escrutinados pela reflexão da maneira proposta; e, além disso, os mecanismos pelos quais eles funcionam são simplesmente rígidos, então qualquer defeito que a mente reflexiva poderia detectar neles seria imune a mudança de qualquer forma. É uma coisa boa, é claro, que somos dotados com tantos processos cognitivos que têm essas características. Nossa habilidade de responder ambos, rápida e confiavelmente, a muitas das características complexas do ambiente é profundamente dependente dos funcionamentos desses processos. Mas isso é dizer que o retrato de senso comum, que apresenta o funcionamento de nossas próprias mentes como um produto da nossa própria atividade,

⁹⁶ No original: “The act of reflection is often epiphenomenal with respect to the fixation of belief. Here, as in many other things, phenomenology is a terribly inaccurate guide to the workings of the mind”.

descaracteriza grosseiramente a extensão na qual nossas operações cognitivas são genuinamente maleáveis (KORNBLITH, 2012, p. 105s).⁹⁷

Dessa forma, na visão de Kornblith, nossa cognição seria caracterizada muito mais por funcionamentos do que supomos, restando quase nenhum espaço para as diligências e a liberdade através da reflexão, propostas por Sosa. Os poderes reflexivos ao alterarem nossos funcionamentos, seja diretamente, seja supressivamente, pressupõem a maleabilidade desses processos ou de seus desvios – mas ambos são inacessíveis introspectivamente e inalteráveis, dada sua natureza.

iv) Agência vinculada à reflexão sem evidências empíricas

Por fim, a baixa flexibilidade de nossos processos e capacidades cognitivas torna a ideia de agência epistêmica algo próximo de um mito, segundo Kornblith. Elaborarmos uma perspectiva cognitiva idealizada e afastada da realidade das nossas capacidades é demasiado fácil, sem levar em conta pesquisas empíricas. Nossa cognição é fruto de milhares de anos de evolução e adaptação ao ambiente e à sociedade. A visão de uma razão individualizada e altamente abrangente e potente não encontra lastro fora da nossa autopercepção ilusória:

A seleção natural tem organizado a mente de tal maneira a tornar muitos de suas mais importantes características à prova de modificações: elas não podem ser reestruturadas pela ação de um agente bem intencionado mas frequentemente desinformado ou mal informado. A mente não funciona da maneira que o retrato do senso comum a representa e é bom que seja assim. A tentativa de representar nossos sucessos cognitivos, todos juntos, como um produto das ações e ratificações que derivam do nosso próprio escrutínio reflexivo dá-nos mais crédito pelos funcionamentos da nossa mente do que merecemos. Isso coloca um fim, eu creio, a qualquer projeto que nos veria como tendo crédito toda vez que temos crença aptamente formada, ou veria

⁹⁷ No original: “Because of these distortions in self-understanding, the commonsense picture of the extent of our influence over the ways in which we process information grossly exaggerates our own efficacy. Thus, it is simply untrue that, as the story we are considering suggests, by the time we are adults, the processes by which we arrive at our beliefs are all either a product of actions self-consciously undertaken with the goal of improving our cognition, or, alternatively, processes which have been left as they were found under reflection only because they passed muster when they were self-consciously scrutinized. A great many cognitive processes are informationally encapsulated in cognitive modules. The workings of these cognitive modules will inevitably contravene the commonsense picture in two different ways: the operations of these modules are invisible to introspection, so they can never be scrutinized by reflection in the manner proposed; and, in addition, the mechanisms by which they work are simply hard-wired, so any defect that the reflective mind might detect in them would be immune to change in any case. It is, of course, a good thing that we are endowed with many cognitive processes which have these features. Our ability to respond both quickly and reliably to much of the complex character of the environment is deeply dependent on the workings of such processes. But this is just to say that the commonsense picture, which presents the workings of our own minds as very much a product of our own activity, grossly mischaracterizes the extent to which our cognitive operations are genuinely malleable”.

nossas capacidades intelectuais como virtudes, cuja própria presença é para ser explicada por nossos atos de autocultivo intelectual (KORNBLITH, 2012, p. 106).⁹⁸

Assim, ambas as críticas somam-se, ao apontarem para um caráter problemático e superestimado da reflexão em nossas vidas cognitivas. Contar com a capacidade reflexiva pode não ser disponível do ponto de vista empírico, assim como talvez do ponto de vista conceitual. Passemos à avaliação da proposta de Sosa, após as críticas.

2.4 Avaliação

2.4.1 Conceitual

Dada a argumentação conceitual definindo crença e conhecimento, aceitamos a impossibilidade de crer e conhecer serem ações. A concepção de agência epistêmica funcional não pode ser sustentada, tampouco agência epistêmica sobre conhecimento, com base em ações. Mas será que a ideia de desempenho utilizada por Sosa consegue escapar dessa crítica?

Os argumentos apontam para o papel que a agência epistêmica de primeira ordem tem na epistemologia da virtude de Sosa. A formação da crença e seus processos subdoxásticos são meios para o fim, que é ter crença verdadeira sobre a questão em consideração. As competências envolvidas são independentes de qualquer tipo de decisão ou controle, são, antes, processos cognitivos automáticos. Tomada mesmo como um desempenho, a agência epistêmica de primeira ordem não tem sentido forte. O seu uso é num sentido mais fraco, conseguindo identificar em quem os desempenhos ocorrem e talvez avaliá-los conforme seu sucesso, funcionalmente. Assim, a crítica erra o alvo, uma vez que Sosa desvia da metafísica de ações para sua agência e especifica suas concepções de desempenho reflexivo e funcional.

⁹⁸ No original: “Natural selection has organized the mind in such a way as to make many of its most important features tamper-proof: they cannot be restructured by the action of a well-meaning but frequently uninformed or misinformed agent. The mind doesn’t work the way the commonsense picture portrays it, and it’s a good thing that it doesn’t.

The attempt to portray our cognitive successes as, one and all, a product of the actions and endorsements which flow from our own reflective self-scrutiny gives us far more credit for the workings of our minds than we deserve. This puts an end, I believe, to any project which would view us as deserving credit whenever we have beliefs which are aptly formed, or would see our intellectual capacities as virtues, whose very presence is to be explained by our acts of intellectual self-cultivation”.

Vamos considerar agora as finalidades possíveis da crença. Segundo Sosa, não há problema em termos mais de um fim em uma determinada crença, tais como um fim epistêmico e outros práticos, como confortar a si mesmo. É possível que tenhamos o fim de nos confortarmos e outro de alcançar a verdade, concomitantemente, e que isso não implique em problemas para nossa crença, pois podemos seguir os dois fins conjuntamente. Mas a definição de Williams define que crença é sempre orientada para a verdade. Ela é um problema para Sosa?

Inicialmente não, pois toda crença tem como alvo intrínseco a verdade. O que elas podem ter são outros objetivos, que são externos, atribuídos pelos crentes. Assim, é mantida a orientação para a verdade das crenças – a definição conceitual permanece e não é problema para a concepção de Sosa. Problemas surgirão apenas se houver conflito entre esses dois fins, ou seja, se minha motivação prática de alguma forma conflitar com minha motivação epistêmica. Se a força das razões práticas para crer solapar as razões epistêmicas, as crenças não serão guiadas epistemicamente.

As críticas de Engel sobre agência, a partir das definições de Williams, parecem ser amplas demais para acertar as concepções sofisticadas de Sosa. Passemos às considerações sobre as críticas à concepção de virtude.

2.4.2 Virtude

As críticas de Engel (2010) atacam a Epistemologia da virtude por ela não fazer distinção entre a definição e a aquisição de conhecimento, através da justificação por atividades dos agentes; e também por ela confundir ação sobre meios e sobre fins.

Aceitamos que a aquisição de conhecimento envolve agência nas diversas etapas da investigação, nas quais os agentes têm de mover-se e desempenhar diversas ações para alcançar o fim visado. Essas ações, como a coleta de evidências, o debate das razões, o compartilhamento do corpo evidencial relevante, são todas ações práticas, relacionadas ao domínio epistêmico. Elas não constituem o fim epistêmico, que é “saber se p”, mas meios para atingir esse fim.

Os processos de pesar as evidências e formar as atitudes doxásticas, com base nas nossas capacidades e históricos de desempenhos em ambientes semelhantes, são processos cognitivos que constituem o modo padrão de direcionamento do sujeito para o conhecimento. Eles não envolvem nenhum tipo de ação por parte do sujeito nem são caracterizados por algum tipo de intencionalidade ou voluntariedade. Ainda que sejam

desempenhos epistêmicos, isso não lhes confere nenhum tipo de característica que sustente agência epistêmica no sentido forte que Engel exige, mas somente agência funcional metafórica.

O domínio epistêmico, composto por competências, não está sob nenhuma forma de controle. Doravante, se sustentado o princípio dever-poder epistêmico, os desempenhos de primeira ordem não estão sob o poder do sujeito nem podem ser avaliados como agência, apenas em termos funcionais de sucesso ou falha sobre seu objetivo. Sosa aceita o princípio: “Antes de tudo, *dever implica poder* não menos na agência epistêmica do que na agência moral” (grifo original, SOSA, 2013, p. 24).⁹⁹

Assim, Engel acerta ao afirmar que as ações livremente determinadas pelos agentes não são os processos que constituem o próprio conhecimento, ao menos enquanto consideramos a primeira ordem de agência. Porém, isso vai ao encontro da concepção de Sosa, que define esses processos como funcionais, e reserva o espaço de liberdade para a reflexão. Passemos, assim, à agência de segunda ordem.

Enquanto crentes, podemos nos estabelecer em uma situação padrão, na qual nossa competência epistêmica formará nossas crenças com base na evidência disponível, visando à verdade. Porém, podemos ter desvios ou conflitos com interesses práticos. É nesses casos que a agência reflexiva surge para buscar a verdade sobre a questão que é considerada, afastando aspectos práticos. Essa busca diligente pela verdade, e desinteressada praticamente, é o que constitui a agência reflexiva e que conduz, segundo Sosa, aos juízos livremente determinados sobre a questão.

É possível, assim, que a agência epistêmica de segunda ordem permita um tipo de controle epistêmico. Ele é um tipo de controle sobre a formação da crença, mas diferente das abordagens tradicionais, positivas, de tipo direto ou indireto (ALSTON, 1988). O controle sobre a crença é exercido de maneira negativa ao vetar as razões não epistêmicas da ponderação e levar a cabo a formação da crença tendo como alvo a verdade – assim respeitada a definição de Williams (1973). Além disso, não há exigência de ação pelo sujeito, o controle é passivo e não ativo, além de não ser positivo: ele não é algo que fazemos e que produz um resultado, como formar uma crença ou agir de outro modo.

O que podemos fazer, por assim dizer, é justamente deixar de fazer algo, abstermo-nos de considerar razões práticas na formação de nossa crença – exercer o

⁹⁹ No original: “First of all, *ought implies can* no less for epistemic than for moral agency”.

controle negativo. Ao evitar a influência das razões práticas e manter somente a primazia das razões epistêmicas, mantemos como fim principal de nossa crença a aquisição da verdade, exercendo somente nossa competência epistêmica e demonstrando agência epistêmica reflexiva.

Assim, o conhecimento está resguardado de interesses práticos: Sosa afirma que só é possível conhecer quando temos como base uma crença que visa a alcançar a verdade pela diligência do agente: “conhecimento é crença apta; crença é apta somente se epistemicamente competente e epistemicamente competente somente se diligencia em busca da verdade” (SOSA, 2011, p. 22).¹⁰⁰ Qualquer interesse prático em jogo pode ter duas funções: ou não será considerado para fins de formação da crença, ou será colocado secundariamente, sem que possa exercer qualquer tipo de influência sobre os fins epistêmicos.

A agência epistêmica de segunda ordem também escapa das críticas de Engel. O “veto” às razões práticas é necessário para o conhecimento nos casos de conflito, pois é o que determina se o processo de formação de crença ocorrerá adequadamente, mantendo o alvo epistêmico sem interferência prática. Sem essa interferência da agência reflexiva, o agente pode ser influenciado por motivos práticos e formar crenças falsas ou formar crenças verdadeiras acidentalmente, carecendo de conhecimento.

A agência epistêmica reflexiva pode trazer ganhos epistêmicos pela separação de razões. Aqui reside a possibilidade de Sosa ao pensar a agência epistêmica em relação ao conhecimento: ela não é condição suficiente, nem ordinariamente necessária, mas uma possível condição necessária nos casos de conflitos entre razões epistêmicas e práticas.

2.4.3 Reflexão

I) regresso infinito vicioso

Vimos a crítica exposta por Almeida (2002), na seção anterior: a acusação de um regresso infinito vicioso, no qual a justificação de primeira ordem provém da justificação de segunda ordem, restando a necessidade de justificar a segunda ordem, cuja justificação então proveria de uma terceira ordem, e assim por diante, até uma

¹⁰⁰ No original: “Knowledge is apt belief; belief is apt only if epistemically competent, and epistemically competent only if it endeavors after truth”.

ascensão infinita, que impossibilitaria a justificação de qualquer crença em primeira ordem, de maneira sincrônica.

Sosa (2012) argumenta que o nível reflexivo, das diligências, é onde reside a liberdade do agente epistêmico, e que sua racionalidade, ou justificação, baseia-se nos funcionamentos, que são determinados (não livres). Essa resposta faz com que o regresso não siga para níveis superiores, onde surge a impossibilidade de justificação sincrônica: “A racionalidade pareceria exigir razões sincronicamente disponíveis a nós, caso quiséssemos defender a nossa autoconfiança de forma apropriada contra a dúvida do nosso oponente” (SOSA, 2012, p. 35).

Ela leva, ao contrário a níveis inferiores, ao trilema de Agripa, uma forma de ceticismo pirrônico.¹⁰¹ Uma vez que a reflexão é baseada no funcionamento, entra em cena o regresso infinito descendente (fundacional), para exigir a justificação dos funcionamentos. Sosa (2012, p. 31) afirma que parte da justificação dos funcionamentos dá-se através da coerência, mas é preciso de algo que ligue as crenças ao mundo, de forma a superar o problema do isolamento. Utiliza, então (*ibidem*), estados dados auto-apresentantes e mecanismos subpessoais, como bases epistêmicas que ligam as crenças neles baseadas ao mundo. Os estados não são justificados e não precisam de justificação para prover justificação, devido à sua consciência constitutiva (*constitutive awareness*). Os mecanismos subpessoais provêm os estados subpessoais de relação orgânica com o ambiente, que é confiável epistemicamente.

Assim, pretende ter resolvido o problema do regresso fundacional. Resta, ainda, mostrar como pode-se dispensar a necessidade de ascensão para além da segunda ordem, ou seja, questionar se está de fato justificada, sem necessidade de ir para outros níveis para verificar a proposição em disputa – o que implica em situações diacrônicas para evitar o regresso infinito sincrônico.

Sosa considera essa questão através do desacordo, e conclui que é a confiança (*trust*) na nossa competência epistêmica que nos permite manter nossa crença. E essa

¹⁰¹ O trilema de Agripa pode ser definido como a exigência de justificação de qualquer proferimento feito (de uma crença ou afirmação de conhecimento), inclusive a resposta a essa pergunta. Assim, qualquer proposição inicial é questionada pelo cético quanto à sua justificação e, dada a resposta para justificá-la pelo pretense crente ou conhecedor, novamente o cético questiona sobre a justificação da justificação, e assim por diante. Essa estratégia argumentativa poderá resultar em três tipos de respostas: i) iniciar um regresso ao infinito, ao responder cada vez com novas razões para o cético, num argumento regressivo; ii) fazer uma suposição dogmática, quando o interlocutor decide parar arbitrariamente, num argumento axiomático; iii) incorrer em má circularidade, ao reafirmar uma razão já dita, num argumento circular. Para uma visão do ceticismo pirrônico e do regresso epistêmico, ver *Skepticism*, de Peter Klein, na SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/skepticism/#Pyr>>.

confiança não é somente sincrônica, mas envolve fatores diacrônicos. Sosa defende-se, assim, da acusação de regresso ascendente infinito:

Não podemos subir ladeiras infinitas de endosso sincrônico. Nalgum ponto a nossa defesa deve se assentar, e, nessa altura, importará quão bem fundadas as nossas disposições relevantes sejam. Nalgum ponto haveremos atingido o fim da linha sincrônica. Apenas fatores diacrônicos pesarão, então, sobre a autoconfiança residente naquele nível, e esses fatores devem receber o que lhes é devido (SOSA, 2012, p. 35s).

Considera, em seguida, a acusação de que esse “fim da linha sincrônica” deve-se somente aos fatores práticos, como falta de tempo, uso de recursos, necessidades físicas, etc.¹⁰² Ele ainda afirma que aprimorar a justificação nessas ordens mais elevadas pode ser melhor, mas não é obrigatório:

Ainda assim, o melhor não é necessariamente o obrigatório. A nossa crença pode ser epistemicamente não provável (*improvable*) por meio de tal ascensão sem ser defeituosa, mesmo que declinemos de ascender, e mesmo que nem sequer consideremos a possibilidade de ascender. É possível que simplesmente tenhamos coisas melhores a fazer epistemicamente do que defender as nossas crenças naquele plano mais elevado (SOSA, 2012, p. 36).

Assim, Sosa pretende haver respondido a ambas, acusação de regresso e exigência de justificação epistêmica sincrônica. Se essa defesa pode ser mantida e sustentar a concepção de agência epistêmica, é matéria para longa discussão, que não faremos aqui. Nosso ponto é mostrar que Sosa continua argumentando em prol da possibilidade conceitual de agência reflexiva, com razões epistêmicas, mesmo através de fatores diacrônicos.

Assim, vamos considerar, por hipótese, que é conceitualmente possível esse tipo de agência reflexiva. Ainda cabe uma avaliação das críticas de impossibilidade psicológica, através de pesquisas empíricas.

II) capacidade reflexiva empiricamente informada

A crítica de Kornblith (2012) não é do tipo conceitual, mas empírica. Ela ataca a fenomenologia e as idealizações acerca da cognição; é, portanto, uma crítica psicológica. Para ele, os projetos reflexivos são falidos, dada nossa capacidade real de reflexão ser muito pequena – a agência reflexiva é impossível psicologicamente.

¹⁰² Outros autores aceitam essa tese. E.g.: Feldman (1988, p. 251s) indica que a limitação para nossa agência epistêmica é dada no domínio prático, ao qual o epistêmico está sujeito – como visto no cap. um.

Como aponta, nossos processos são inacessíveis à nossa capacidade de introspecção. Eles ocorrem distantes da nossa consciência e independentes do nosso próprio conhecimento acerca deles. Isso torna possível termos respostas sofisticadas e rápidas a ambientes altamente complexos, como aqueles nos quais vivemos, mantendo nossa consciência e atenção nos objetos e pessoas que nos rodeiam de maneira confiável.

Assim, se a crítica for verdadeira, ela atinge em cheio a agência reflexiva e seu papel de separação das razões. Porém, para avaliar a crítica de Kornblith, é preciso buscar as pesquisas empíricas que ele faz referência e avaliar se comprometem a efetividade do que conceitualmente é possível para agência reflexiva. Faremos isso no capítulo três.

2.4.4 Geral

A agência epistêmica de primeira ordem de Sosa é uma agência funcional. Ela é epistêmica num sentido relacional, do mecanismo ou função que desempenha o processo doxástico ou cognitivo, ou de atribuição de causalidade. Não tem um sentido forte, de controle, decisão ou voluntariedade, como Sosa mesmo assume. O domínio das razões epistêmicas não é passível de avaliação, senão funcional, por sucesso ou falha.

Na segunda ordem, por outro lado, a agência epistêmica não é sobre a formação das crenças nem sobre seu conteúdo. O que é avaliado é se a crença foi formada com base nas razões epistêmicas disponíveis ao sujeito, sendo resultado da competência epistêmica de primeira ordem. A agência epistêmica de segunda ordem é bem exercida se não houver interferência de razões práticas, ou seja, se, na formação da crença, as razões puramente práticas possivelmente presentes não tiverem tido um papel relevante (conflitar ou subjugar as razões epistêmicas).

Uma vez que somos levados a ser racionais, salvo quando forças especiais nos conduzem à irracionalidade, somos assim forçados, aparentemente, a julgar como o fazemos sempre que julgemos efetivamente. Ou estamos sujeitos à força da razão, ou estamos sujeitos a alguma força irracional, a algum viés, talvez, ou a alguma superstição culturalmente derivada (SOSA, 2012, p. 33).

Se aceitamos a possibilidade de controle negativo através da agência epistêmica reflexiva, temos que os metadesempenhos do agente epistêmico em manter

suas crenças baseadas em razões epistêmicas serão passíveis de avaliação. O agente pode ser avaliado por sua busca da verdade ou por não refletir e sucumbir aos interesses práticos presentes.

Há, contudo, uma importante questão pendente aqui, a viabilidade dessa agência epistêmica através da reflexão. É preciso investigar se essa possibilidade conceitual pode ser efetiva. A caracterização de Sosa dessa forma de controle sobre nossa formação de crença não é suficiente para definir isso. Dessa investigação, temos duas possibilidades: que não seja viável e que seja viável.

Suponhamos que seja viável. Ainda assim, é limitada à separação entre razões puramente práticas e epistêmicas no processo de formação da crença. É uma concepção muito mais fraca do que a de agência doxástica, vista no capítulo um. Ela não permite que o crente seja responsável (no sentido forte, não só causal ou funcional) pelo seu funcionamento, bom ou ruim, nem pelo seu conteúdo. Permite, tão somente, que seu funcionamento epistêmico seja resguardado de interferências externas.

Desse modo, se um agente epistêmico mantém sua formação de crença inafetada por razões práticas (quer sejam dominantes ou não), ele terá exercido agência epistêmica reflexiva. Não obstante, ele pode falhar completamente em alcançar a verdade sobre a questão proposta, por falta de competência epistêmica de primeira ordem. Ou seja, ainda que mantidas somente as razões epistêmicas para a formação da crença pelo agente epistêmico, ele ainda pode falhar, por avaliar mal as evidências ou por condições do ambiente que julgou serem suficientes para ele formar uma crença, quando esse não era o caso.

Retomemos o exemplo “Julgamento olímpico”. Se o juiz Distráído conseguisse, em novo julgamento, afastar sua distração e observar os tiros, ele ainda poderia formar crença falsa; p.e., por ser um juiz ruim, que não consegue distinguir os movimentos de braço corretos dos incorretos (falha em primeira ordem).

Essa situação de falha na execução e na avaliação epistêmica pode ser avaliada pela proposta de Sosa. Porém, a avaliação é sobre o sucesso ou falha na consecução do objetivo, uma avaliação funcional. O processo de formação de crença continua inalcançável para a agência epistêmica. O que foi possibilitado é que seja um processo sem interferência ou conflito com razões práticas. Não se pode atribuir controle positivo ao agente ou avaliar o seu desempenho doxástico, ainda que ele tenha sido isolado de fatores não epistêmicos.

Essa possibilidade ainda é bastante significativa se, como Sosa afirma, ela puder efetivamente resguardar o domínio epistêmico. Isso permitiria a eliminação dos vieses cognitivos em nossos juízos (formação de crenças) – um ponto que é altamente desejável e significativo e está sob recente discussão.

Ainda que possa ser um passo importante para agência epistêmica, essa possibilidade deve ser examinada quanto à viabilidade. Não basta que seja conceitualmente possível que a agência epistêmica reflexiva faça com que as crenças sejam formadas com base em razões puramente epistêmicas. Após a crítica de Kornblith, precisamos saber se é empiricamente viável que tenhamos agência epistêmica reflexiva, se nossas crenças de fato são assim formadas e em que grau. Essas questões serão examinadas no capítulo três.

3 AGÊNCIA EPISTÊMICA MELHORATIVA

Há teorias em Epistemologia que também mencionam agência epistêmica, com abordagens não somente normativas. Elas contêm outras preocupações e fazem outros recortes de problemas, de cunho melhorativo e social. Vimos, no capítulo um, na disputa da ética da crença, duas posições surgirem. Delas, criaram-se dois enfoques em Epistemologia, nos quais utilizam-se termos com significados diferentes. Assim, o termo “agência epistêmica” pode ter diferentes concepções e definições, como vimos.

Podemos afirmar que ambas as propostas de agência epistêmica anteriormente vistas pertencem a teorias tradicionais em Epistemologia. Elas compartilham diversos pressupostos e objetivos, e fazem o mesmo recorte dos principais problemas, com enfoques um pouco distintos e com soluções diferentes. Ainda assim, são propostas parecidas, no sentido de terem uma pretensão normativa para a avaliação epistêmica e a atribuição de responsabilidade, conforme falamos no início do capítulo um.

Apresentaremos uma proposta que surge a partir da vertente de W. James, especialmente baseada em Alvin Goldman e Hilary Kornblith. Porém, essa proposta vai além das demarcações tradicionais, que até mesmo esses epistemólogos delineiam. É a proposta de Kristoffer Ahlstrom-vij (2010, 2013), que pretende ser uma epistemologia melhorativa e conduzir uma investigação acerca de agência epistêmica.

Uma abordagem melhorativa, em contraste com uma normativa, não objetiva fazer prescrições ideais, mas sim em melhorar nossas práticas epistêmicas. Para tal, faz uso de pesquisas empíricas para se informar sobre as práticas epistêmicas atuais dos agentes e busca meios de melhorá-las. Partindo de diferentes pressupostos e com diferentes objetivos, essa abordagem pode conter uma concepção legítima e bem elaborada de agência epistêmica.

3.1 Além da normatividade

Ahlstrom-vij (2010, 2013) foca-se em uma epistemologia que possa melhorar nossas práticas epistêmicas, que seja útil em efetivamente nos tornar melhores do ponto de vista epistêmico. Ele afirma que a Epistemologia muito recentemente deixou de lado a abordagem melhorativa, em prol da normativa:

De fato, de acordo com uma tradição de longa data, uma das principais missões da epistemologia é fornecer conselhos práticos, ajudando o investigador epistêmico em suas buscas. Assim entendida, epistemologia não é somente normativa, no sentido que ela se preocupa com bens especificamente epistêmicos, mas também melhorativa, na tentativa de dizer algo construtivo sobre como nossas chances de efetivamente atingir os bens relevantes podem ser aumentadas (AHLSTROM-VIJ, 2010, p. 1).¹⁰³

Mas como podemos fazer isso? Uma das maneiras de melhorar nossas práticas epistêmicas é através da agência epistêmica, conceito ao qual não foi dada a devida atenção. Temos, então, duas perguntas a serem respondidas a partir da epistemologia melhorativa: quais são nossas práticas epistêmicas e o que é agência epistêmica? A última é conceitual, a primeira, porém, é empírica.

Agência epistêmica é definida como as ações que fazemos em relação às crenças e ao conhecimento, num sentido relacional, não constitutivo. Partindo de uma suposição diferente das teorias anteriores, Ahlstrom-vij define o domínio do mental como passível de ações. Ainda que sem discutir a relação adequada entre ambos, afirma que fazemos coisas no domínio epistêmico e que, portanto, podemos fazê-las melhor.

Como seres humanos não somos meros recipientes passivos de informação. Nós interagimos criticamente com nossos arredores, ponderamos nossos dados, refletimos nos méritos de nossas crenças dada nossa evidência, coletamos mais informação quando sentimos que é necessário, consultamos outros que acreditamos estarem informados em assuntos importantes e assim por diante. Ao conduzir a investigação assim, nós fazemos coisas e como resultado somos apropriadamente chamados agentes. Mais especificamente, somos agentes epistêmicos ao fazer coisas na busca de nossos objetivos epistêmicos (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 276).¹⁰⁴

As ações que são definidas por Ahlstrom-vij não são as mesmas que as teorias do deontologismo e da virtude, em Epistemologia, investigaram e nas quais tentaram basear suas concepções de agência epistêmica. As últimas buscaram, respectivamente, uma ação voluntária na decisão doxástica e um desempenho epistêmico reflexivo. Na concepção de Ahlstrom-vij, por sua vez, as ações são ordinárias, mas diretamente

¹⁰³ No original: “Indeed, according to a long-standing tradition, one of epistemology’s main missions is to provide hands-on advice, aiding the epistemic inquirer in her pursuits. Understood thus, epistemology is not only normative, in the sense that it concerns itself with specifically epistemic goods, but also ameliorative, in that it attempts to say something constructive about how our odds of actually attaining the relevant goods may be increased”.

¹⁰⁴ No original: “As human beings, we are not merely passive recipients of information. We interact critically with our surroundings, mull over our data, reflect on the merits of our beliefs given our evidence, collect more information when we feel that is needed, consult others who we believe to be informed on the relevant matters, and so on. In conducting inquiry thus, we are doing things, and are as a result properly called agents. More specifically, we are epistemic agents, in that we are doing things in pursuit of specifically epistemic goals”.

relacionadas ao campo epistêmico – constitutivas da investigação, através da coleta e do tratamento de evidências, inclusive nessas outras abordagens, ainda que secundárias. Elas incluem, portanto, algumas atitudes mentais, como crer, refletir, ponderar, etc., mas sem exigir controle ou liberdade, não adentrando nos problemas normativos e conceituais anteriormente vistos.

3.2 Agência epistêmica melhorativa

A proposta de agência diretamente sobre estados doxástico falhou por conta da falta de controle voluntário. A proposta de agência através da reflexão em controle indireto ou separação de razões também falhou ao considerarmos o pequeno poder e o papel que a reflexão pode ter em nossa vida cognitiva. Contudo, a proposta de Ahlstrom-vij permanece largamente inafetada por esses dois problemas, porque não pressupõe nenhum tipo de controle doxástico, nem depende da reflexão ou de características de segunda ordem.

Agência epistêmica é, para Ahlstrom-vij (2013), algo muito mais simples. Consiste nas ações que fazemos direcionadas a um objetivo epistêmico quando estamos numa investigação. E essas são ações que um agente faz e que constituem a investigação:

Há algo muito atraente na ideia de que somos agentes epistêmicos. Uma – senão a principal – razão é que, enquanto somos criaturas indubitavelmente falíveis, sermos agentes epistêmicos que fazem coisas significa que está dentro do nosso poder melhorar, p.e., pensando por mais tempo e mais arduamente, coletando mais informação, reconsiderando nossos métodos, e assim por diante. Isso é, agência epistêmica nos capacita a fazer melhor – ou assim esperamos (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 278).¹⁰⁵

Mas essa concepção de agência epistêmica deixa implícita uma pergunta: qual é o objetivo epistêmico? Essa questão pode ser formulada em termos de qual é o valor epistêmico que sustentamos. Ahlstrom-vij (2010) adentra na discussão sobre valor epistêmico. Há algumas posições em disputa nessa discussão, vimos a origem das duas principais na menção à ética da crença.

¹⁰⁵ No original: “There is something very appealing about the idea that we are epistemic agents. One – if not the main – reason is that, while we are undoubtedly fallible creatures, us being epistemic agents that do things means that it is within our power to improve, e.g., by thinking longer and harder, collecting more information, re-considering our methods, and so on. That is, epistemic agency enables us to do better – or so we hope”.

Uma perspectiva defende um monismo de valor, no qual o único valor intrínseco é a verdade, aceitando outros valores instrumentais. Outras perspectivas, chamadas “pluralistas”, mantêm a verdade como um valor, mas não intrínseco, e sustentam outros valores além dela, tais como a racionalidade. Esse é um problema relevante, mas a disputa não é determinante na investigação sobre agência epistêmica na abordagem melhorativa. Podemos pressupor que ela funcionará com qualquer resposta que seja dada, uma vez que o objetivo seja a verdade, independentemente de ser ou não o único valor epistêmico intrínseco. Ahlstrom-vij defende (2010) e reitera (2013) o monismo de valor da verdade.¹⁰⁶ Dessa forma, suas considerações são acerca da verdade, no objetivo de formar crença verdadeira e evitar crença falsa.

Mas como a agência epistêmica pode ajudar- nos a atingir esse duplo objetivo? Porque somos falíveis, assumimos que todos falhamos em diversas práticas epistêmicas. Porém algumas falhas são ocasionais ou situacionais, enquanto outras são sistemáticas. Uma epistemologia melhorativa deve preocupar-se com as últimas. Para tanto, é preciso saber o que as constitui, investigando-as através de pesquisas empíricas. Por essa razão, a abordagem melhorativa pode aproximar-se da naturalizada, em Epistemologia, no sentido de buscar métodos e parâmetros das ciências naturais (cognitivas) para seu desenvolvimento.

3.3 Vieses cognitivos e falhas epistêmicas

As pesquisas empíricas identificam as falhas sistemáticas como vieses cognitivos. Os vieses são falhas no julgamento ou raciocínio que ocorrem de modo subpessoal, fazendo com que haja um desvio do julgamento ou processo adequado; portanto, uma falha que não pode ser percebida.

Temos também um excesso de confiança, que são crenças superestimando nossas próprias capacidades de fazer esses mesmos julgamentos e raciocínios, levando a possíveis casos de percepção e identificação de vieses nos outros, mas não em nós mesmos.

¹⁰⁶ Para uma visão geral do problema, ver *The Value of Knowledge*, de Duncan Pritchard e John Turri, na SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-value/>>; para uma discussão sobre o tema, ver Ahlstrom-vij (2010) caps. 2 e 3; para uma crítica ao monismo de valor, ver “Value monism in epistemology”, de Michael R. DePaul, em Steup (2001).

Ahlstrom-vij (2013) segue a investigação e identifica duas possibilidades de lidar com os vieses: corrigindo os desvios e falhas que eles causam, após a execução dos julgamentos e formação das crenças relevantes; ou evitando com que eles aconteçam, antes de tudo.

3.3.1 Correção de vieses

Para corrigir os efeitos dos vieses, são necessárias duas ações: identificar os vieses e seus efeitos, e corrigi-los adequadamente. Isso gera dois problemas, respectivamente, o da motivação para identificação e o da correção apropriada.

I) Problema da motivação

O problema da motivação consiste na efetividade da identificação dos vieses. Mesmo que se assuma que sejamos capazes de corrigir adequadamente os julgamentos enviesados, precisaremos perceber que eles são dessa forma. Mas, para percebermos os efeitos dos vieses, necessitamos de motivos para crer que os julgamentos estão enviesados, em primeiro lugar. Uma vez que os vieses ocorrem em nível de processamento subpessoal, fora do alcance de nossa capacidade introspectiva, nem sequer os percebemos – e, pior ainda, nosso excesso de confiança em nossas capacidades pessoais nos permite perceber (e frequentemente sobre-estimar) os resultados de vieses em julgamentos e raciocínios de outras pessoas, mas não em nossos próprios:

Por exemplo, em uma série de cinco estudos, cada um envolvendo uma medida diferente de objetividade, David Armor descobriu que aproximadamente 85% dos participantes avaliaram a si mesmos como mais objetivos que o membro médio do grupo do qual eles foram escolhidos. Similarmente, em uma série de três estudos de Emily Pronin, Daniel Lin e Lee Ross, estudantes universitários avaliaram a si mesmos como menos suscetíveis a cada um de um número de vieses descritos, comparados a ambos, o [norte]americano médio e seus pares em uma turma de seminário. Para descartar que o efeito relevante era um artifício da possível arrogância de estudantes em universidades prestigiadas, Pronin e colegas replicaram os resultados em um aeroporto internacional. Como Pronin observa em uma revisão geral, a conclusão dos dados coletados nesse ‘ponto cego de viés’ é que ‘as pessoas tendem a reconhecer (e mesmo superestimar) a operação de vieses no julgamento humano – exceto quando esse viés é o seu próprio’ (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 279).¹⁰⁷

¹⁰⁷ No original: “For example, in a series of five studies, each involving a different measure of objectivity, David Armor found that approximately 85 per cent of the participants rated themselves as more objective

A dificuldade na correção de nossos vieses continua, pois ficamos estagnados com o problema da identificação, falhamos em ter motivação para tomar a ação necessária a fim de que ocorra a percepção dos vieses. Mas, considerando que fosse possível identificar nossos vieses, como procederíamos para corrigi-los adequadamente? Qual o problema envolvido em consertar esses desvios no uso de nossas capacidades cognitivas?

II) Problema da correção apropriada

O segundo problema é o da correção apropriada, e ele mostra outro aspecto sobre os vieses. Ainda que as pessoas sejam informadas sobre seus vieses, através de educação adequada ou de demonstração sobre seu funcionamento em tarefas cognitivas, elas podem continuar falhando epistemicamente. Ainda que elas superem o problema da motivação, ainda têm que corrigir o efeito do viés. E isso exige a capacidade de fazer correções somente quando são necessárias e na exata medida em que o forem.

Pode-se corrigir julgamentos quando não há viés influenciando (correção desnecessária), e pode-se não corrigir julgamentos enviesados (correção negligenciada). Caso haja correção adequada, feita quando necessária, é preciso que seja precisa, na medida exata do viés. Há também duas possibilidades: pode-se corrigir quando houver enviesamento, mas de forma abaixo do necessário, deixando algum nível de enviesamento (correção insuficiente); e pode-se corrigir para além do necessário, fazendo com que o julgamento seja falho por exagero na correção do viés (sobrecorreção).

Esse desafio não é impossível de ser enfrentado. Algumas vezes, algumas pessoas podem conseguir identificar seus vieses e corrigi-los adequadamente. Porém, estudos empíricos mostram que essa capacidade de correção é tal que nenhuma pessoa dispõe dela ordinariamente. Não conseguimos refletir ou acessar por introspecção nossos processos, e, ao olharmos para o seu resultado, não percebemos que são falhos

than the average member of the group from which they were drawn. Similarly, in a series of three studies by Emily Pronin, Daniel Lin, and Lee Ross, college students rated themselves as less susceptible to each of a number of described biases compared both to the average American and to their peers in a seminar class. To rule out that the relevant effect was an artifact of the possible arrogance of students at prestigious universities, Pronin and colleagues replicated the results at an international airport. As Pronin notes in a recent overview, the upshot of the data collected on this ‘bias blind spot’ is that ‘people tend to recognize (and even overestimate) the operation of bias in human judgment – except when that bias is their own’”.

por confiarmos excessivamente em nossas capacidades. Ainda, em situações de alerta ou suspeita de enviesamentos, temos falhas recorrentes em cada um dos passos, além da identificação, ora as corrigindo desnecessariamente, ora as sobrecorrigindo. Isso leva-nos à conclusão que, ao tentarmos nos livrar de vieses, há mais maneiras de errar do que de acertar, agindo a partir da motivação pessoal (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 283). A correção dos vieses é uma tarefa que está além do nosso alcance como agentes epistêmicos. Mesmo se tentássemos tomar as ações necessárias à sua identificação e correção, resultaríamos em piores agentes epistêmicos. Nesse caso, fazer menos é fazer melhor.

3.3.2 Prevenção de vieses

Ainda resta-nos a alternativa de prevenção dos vieses antes que eles ocorram. Há também duas possibilidades de ação aqui, segundo Ahlstrom-vij (2013): a abordagem de autocompromisso (*selfbiding*), que se desdobra numa versão mais sofisticada, e a abordagem de restrições externas aos agentes.

I) Abordagem de autocompromisso

A abordagem de autocompromisso surge no domínio prático, com Jon Elster, e pretende evitar a corrupção dos agentes por atitudes de autocompromisso, que não os leve a cenários em que serão suscetíveis. Transposta para o domínio epistêmico, ela diz que nossos julgamentos não sejam enviesados, oferecendo-nos alternativas metodológicas mais confiáveis, as quais possamos comprometer-nos a usar nos ambientes de julgamentos, nos quais dão-se nossos vieses. Ela é assim descrita:

A metáfora poética invocada por Elster para ilustrar a abordagem relevante é aquela de Ulisses, amarrando a si mesmo ao mastro do seu navio em antecipação às sereias que irão tentá-lo a manobrar seu navio para as rochas, a não ser que ele se torne incapaz de cair na tentação de prestar atenção às suas músicas. De fato, Elster constroi um caso intrigante para a ideia de que podemos prever e prevenir a influência indevida da paixão, auto-interesse e assim por diante, ao fazer compromissos que removem ou tornam mais custosas as opções futuras tentadoras, mas potencialmente prejudiciais. Seguindo Elster, vamos nos referir a tomar medidas assim como autocompromisso (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 284).¹⁰⁸

¹⁰⁸ No original: “The poetic metaphor invoked by Elster to illustrate the relevant approach is that of Ulysses, tying himself to the mast of his ship in anticipation of the sirens that will lure him to steer his ship into the rocks, unless he renders himself unable to fall to the temptation of heeding their songs. Indeed, Elster makes an intriguing case for the idea that we may predict and prevent undue influence of

Para exemplificar a abordagem do autocompromisso no domínio epistêmico, Ahlstrom-vij traz o caso dos estudos sobre diagnósticos clínicos de médicos contra diagnósticos feitos por modelos lineares de predição (modelos algorítmicos estatísticos). Os resultados dos estudos comparativos mostram que os modelos simples são mais confiáveis:

A primeira evidência da superioridade de julgamentos feitos com base nestes modelos surpreendentemente simples comparados aos julgamentos clínicos, somente veio quando notavelmente Paul Meehl revisou 22 estudos comparando os julgamentos de psicólogos e psiquiatras peritos com julgamentos baseados em nada além dos resultados de modelos lineares. Em todos os estudos, aqueles julgamentos feitos somente com base nos resultados dos modelos lineares tiveram um desempenho ou igualmente bom, ou superior aos clínicos. Seguindo o estudo de Meehl, doze anos depois, Jack Sawyer revisou 45 estudos comparando predições clínicas e estatísticas através de modelos lineares. Novamente, em nenhum estudo os primeiros foram superiores aos últimos (AHSLTROM-VIJ, 2013, p. 285).¹⁰⁹

Dessa forma, ao assumir o compromisso de substituir nossos julgamentos ordinários por ferramentas metodologicamente confiáveis, evitamos por completo os efeitos e falhas dos vieses, pois as ferramentas não são suscetíveis a eles. Essa é uma solução para a qual há duas objeções: a confiabilidade das ferramentas pode ser limitada por haver informações que não são levadas em conta pelos modelos, e, em segundo lugar, para que haja esse autocompromisso é preciso, anteriormente, que haja identificação de cenários de vieses.

A primeira objeção é facilmente refutada ao estudar-se os resultados dessas pesquisas empíricas. A relevância das informações dentro dos modelos é um problema que é facilmente resolvido pelo desenho dos modelos (de fácil correção, se necessário) e pelo seu uso adequado. A falta de sensibilidade dos modelos, como mostrado por revisões de estudos, leva a menos erros do que os vieses dos peritos clínicos.

A segunda objeção, contudo, traz os argumentos do problema motivacional de volta. E não há, de fato, razões para pensarmos que o excesso de confiança nos

passion, self-interest, and so on, by making commitments that remove or make more costly tempting yet potentially detrimental future options. Following Elster, let us refer to the taking of measures such as this one as self-binding”.

¹⁰⁹ No original: “The first evidence of the superiority of judgments made on the basis of such surprisingly simple models compared to unaided clinical judgments came when Paul Meehl famously reviewed 22 studies comparing the judgments of expert psychologists and psychiatrists with judgments based on nothing but the outputs of linear models. In all studies, those making judgments solely on the basis of the outputs of linear models either performed equally well or outperformed the clinicians. Following up on Meehl’s study twelve years later, Jack Sawyer reviewed 45 studies comparing clinical and statistical predictions via linear models. Again, not in a single study were the former superior to the latter”.

juízos iria ser preterido em favor do uso de métodos alternativos, uma vez que ela é percebida como uma confiança precisa (verdadeira) das capacidades de julgamento. No exemplo, os clínicos não farão uso dos modelos, pois não percebem os próprios juízos como enviesados. De igual forma, leigos acreditam que seus juízos são precisos e não enxergam sentido em comprometer-se com quaisquer metodologias com base diferente de suas capacidades cognitivas. De modo simples, se o problema não é percebido, então não há possibilidade de que seja buscada uma solução, já que, aparentemente, não há problema.

II) abordagem sofisticada do autocompromisso

A abordagem do autocompromisso falha. Ahlstrom-vij (2013, p. 288), no entanto, fala de uma reformulação da abordagem, a que chama “abordagem sofisticada do autocompromisso” (*sophisticated self-binding approach*). Essa abordagem consiste em dois passos para prevenção de vieses. Ela incorpora a abordagem anterior com o passo de prevenção e adiciona um passo prévio, para solucionar o problema de motivação e assegurar que os agentes engajem-se nos métodos alternativos de julgamento adequados ao seu ambiente. Esse passo consiste em instrução sobre a precisão dos juízos dos agentes e o efeito dos vieses neles, através de um *feedback* sobre a confiabilidade e a precisão baseado nos seus históricos de juízos naquele ambiente específico. Dessa forma, os agentes estariam suficientemente motivados e informados sobre seus vieses para comprometerem-se aos métodos alternativos.

Ahlstrom-vij (2013) faz duas objeções breves a essa reformulação da abordagem. Afirma que, para que seja possível realizar o *feedback*, são necessários dados dos juízos dos agentes no ambiente, o que o torna restrito a poucos casos, como, por exemplo, os ambientes de pesquisa científica experimental. Além disso, mesmo nos casos em que há dados dos registros de juízos, o *feedback* que é necessário é de um tipo específico, um retorno robusto de calibração (*enhanced calibration feedback*).

Esse tipo de *feedback* envolve três passos: a) responder perguntas sobre a confiabilidade de juízos recém feitos, b) receber retornos sobre o que acreditam ser a calibração de seus juízos em relação à calibração efetiva desses juízos, e c) responder perguntas sobre os retornos da calibração de suas repostas, para demonstrar que os compreenderam (AHLSTROM-VIJ, 2013, p. 288). Assim, o custo

prático desse tipo de *feedback* é muito alto e eles não garantem que os indivíduos terão melhores resultados em julgamentos futuros. É possível que os agentes melhorem, mas é inviável sustentar esse processo por melhorias não significativas. Portanto, a abordagem sofisticada de autocompromisso é igualmente rejeitada por Ahlstrom-vij.

3.4 Fracassos individuais, sucessos coletivos

As abordagens que buscavam uma resposta dos agentes epistêmicos às situações de enviesamento falharam tanto para a correção dos vieses quanto para a prevenção. Contar com a capacidade individual humana para sobrepujar suas próprias falhas sistemáticas não se apresenta como uma opção viável, ainda que possível dentro de um ponto de vista conceitual. Resta-nos, portanto, para tentar evitar os vieses, uma última abordagem, a de restrições externas aos agentes.

São trazidas duas possibilidades de restrições, uma de acesso à informação (evidência) e outra de métodos e de coleta de informações. Ambas não dependem de ações dos agentes, e a primeira nem mesmo é acessível aos agentes envolvidos.

I) Restrições de acesso

A primeira possibilidade consiste em colocar restrições sobre quais tipos de informações ou evidências podem ser usados para realizar um julgamento ou uma investigação. Ela dá-se através da escolha de informações ou evidências que serão disponibilizadas aos agentes, para que façam seus raciocínios e julgamentos. A escolha deve levar em conta critérios testáveis e já testados de influência e enviesamento.

Esse tipo de restrição é chamado de controle comunicacional (*communication control*) (GOLDMAN, 1991), e uma instância desse tipo de prática é realizada no sistema jurídico dos Estados Unidos da América (EUA):

Por exemplo, considere a prática dos juízes dos EUA de reter certos tipos de informação dos jurados, tais como evidência de caráter ou evidências sobre crimes passados, a partir da suposição de que os jurados sistematicamente superestimarão o valor probatório de tal informação. Consequentemente, de acordo com as Regras Federais de Evidência dos EUA, o mero fato de que uma parte de evidência é relevante, que ela torna a hipótese relevante sobre culpa mais ou menos provável, não é uma condição suficiente para apresentá-la a um júri. Informação relevante pode fazer mais mal epistêmico do que bem, se os jurados derem maior peso a ela do que ela realmente tem. Por essa razão, a prática e regulação legal leva em conta não somente a relevância, mas também se os jurados serão capazes de avaliar essa relevância

adequadamente. Se não, o juiz presidente pode reter a informação relevante do júri (AHSLTROM-VIJ, 2013, p. 289).¹¹⁰

A segunda possibilidade consiste em impor restrições na coleta de dados que servirão aos julgamentos e raciocínios. Ela dá-se através da imposição de normas que restrinjam quais métodos serão aceitos para coletar dados em investigações específicas, obrigando os agentes a segui-las e a comunicar seus procedimentos e escolhas metodológicas, sob pena de sanções de desconsideração do trabalho epistêmico e também de ordem prática (financiamentos, posições de trabalho, publicações, etc.):

Um segundo tipo de restrição externa pode ser ilustrado em termos da prática de randomização experimental nas ciências e nas ciências médicas, em particular. Apesar de ser uma prática recente, a randomização é o procedimento padrão hoje em várias das ciências. Além do mais, não é difícil de identificar uma justificativa epistêmica do porquê esta é uma excelente maneira de proceder, à luz dos vieses comuns. Afinal, ela reduz o risco de que o agente falhará na observação de fatores de confusão e cometerá a falácia comum de tomar uma mera correlação como causalidade. Daí a prática da FDA [órgão de regulamentação de medicamentos e alimentos] dos EEUUAA de exigir o uso de desenho experimental randomizado nas pesquisas médicas investigando hipóteses causais sobre a eficácia e segurança de medicamentos, tendo em vista que essas drogas serão vendidas ao público (AHSLTROM-VIJ, 2013, p. 291).¹¹¹

As restrições podem ser importantes para evitar vieses, mas isso realmente significa que elas são constitutivas? Ou serão apenas relacionais? Precisamos investigar as possibilidades de restrição externa à informação, bem como se elas terão impacto na formação de crenças e aquisição do conhecimento.

¹¹⁰ No original: “For example, consider the practice on the part of U.S. judges to withhold certain kinds of information from the jurors, such as character evidence or evidence about past crimes, on the assumption that the jurors will systematically overestimate the probative value of such information. Consequently, according to the U.S. Federal Rules of Evidence, the mere fact that a piece of evidence is relevant, in that it makes the relevant hypothesis about guilt more or less likely, is not a sufficient condition for presenting it to a jury. Relevant information can do more epistemic harm than good if jurors give it greater weight than it actually has. For this reason, legal practice and regulation takes into account not only relevance but also whether jurors are able to gauge that relevance properly. If not, the presiding judge may withhold the relevant information from the jury”.

¹¹¹ No original: “A second kind of external constraint can be illustrated in terms of the practice of experimental randomization in the sciences, and in the medical sciences in particular. Albeit a fairly recent practice, randomization is today standard procedure in many of the sciences. Moreover, it is not hard to identify an epistemic rationale for why this is an excellent way to proceed, in light of common biases. After all, it reduces the risk that the agent will fail to spot confounding factors, and commit the common fallacy of taking a mere correlation to constitute a causal relation. Hence, the practice on the part of the U.S. Food and Drug Administration (FDA) to require the use of randomized experimental design in medical research pursuing causal hypotheses regarding the efficacy and safety of drugs, in so far as those drugs are to be marketed to the public”.

Ahlstrom-vij (2010) chama essa proposta de restrições externas aos agentes epistêmicos de “paternalismo epistêmico”, seguindo Alvin Goldman (1991). A proposta de Goldman, sua origem, dá-se juntamente ao surgimento da Epistemologia Social (ES), um domínio da epistemologia tradicional que coloca em cena aspectos sociais do conhecimento, extrapolando a abordagem tradicional individualista.

Dentre alguns dos principais temas atuais da ES está a agência epistêmica coletiva. Assim, vamos mostrar a proposta de Goldman e de Ahlstrom-vij de paternalismo epistêmico, investigar sua relação com o conhecimento e ver como ela pode conduzir ao desenvolvimento de uma concepção de agência epistêmica coletiva.

3.5 Perspectivas sociais

3.5.1 Epistemologia Social

Goldman consagrou o termo “Epistemologia Social” (ES) através de sua obra *Knowledge in a social world* (1999). Nela, estrutura seu projeto de epistemologia social em torno de três tópicos: (i) métodos sociais de formação de crença, (ii) padrões comportamentais de comunicação e (iii) regras e estruturas institucionais (CICHOSKI, 2013, p. 97). Seu projeto como um todo excede em muito o tópico da agência epistêmica, que, na verdade, não é tratado especificamente, apesar de serem usados termos como “agentes cognitivos”. Dessa forma, vamos mostrar alguns aspectos centrais que são desenvolvidos e aprimorados por Ahlstrom-vij e que podem dar sustentação a uma concepção de agência epistêmica coletiva.

Inicialmente, cabe ressaltar que Goldman, assim como Ahlstrom-vij, tem como valor principal (ainda que não exclusivo ou amplo) a verdade.

O foco da proposta de Epistemologia Social de Goldman é a verdade. [...] Diante da exploração dessas características que conduzem à verdade, Goldman espera que possamos avaliar nossas interações, a fim de tratar dos elementos que nos conduzam a formação de crenças falsas e melhorar a performance da prática, enfatizando os elementos que nos conduzem à formação de crenças verdadeiras (CICHOSKI, 2013, p. 42).

Para alcançar a verdade, Goldman formula uma teoria do conhecimento a partir de processos de formação de crença, que receberá a alcunha de “confiabilismo”. O

confiabilismo leva em conta estados doxásticos, sendo, portanto, uma abordagem a partir do indivíduo:

Uma prática, processo, método é confiável quando conduz à formação da crença em direção à verdade enquanto a justificação da crença formada é obtida pelo emprego deste processo, método, prática confiável. Essa noção de confiabilismo é central nos demais projetos de Goldman.

Com a finalidade de fortalecer sua teoria confiabilista, Goldman empreende uma jornada rumo à aproximação da epistemologia com as ciências cognitivas. Esse passo de naturalização da epistemologia é extremamente condizente com sua teoria confiabilista, uma vez que a exploração das ciências cognitivas pode esclarecer quais são as práticas cognitivas mais confiáveis, aquelas que tendem a levar os indivíduos a formar crenças verdadeiras (CICHOSKI, 2013, p. 95).

A proposta de Goldman é orientada para a verdade, uma epistemologia “verística”, como ele denomina. Para avaliar esses processos, utilizará metodologias, como o bayesianismo, que quantificarão o “valor verístico” ou “valor-V”: “Que tipo de valor é esse? Em *Knowledge in a Social World* eu chamei de valor verístico. ‘Verístico’ conota centrado na verdade, como oposto a uma preocupação com justificação ou racionalidade” (GOLDMAN, 2009, p. 7).¹¹²

Sua epistemologia social será uma ampliação da epistemologia primária (tradicional), investigando como os tópicos sociais (i, ii e iii) influenciam os processos individuais:

Goldman (1999) concebe epistemologia como a disciplina que avalia práticas de acordo com dimensões verísticas. O papel da epistemologia é inspecionar o grau de ligação com a verdade (*truth-linked*) que essas práticas fornecem, isto é, uma avaliação da confiabilidade das práticas utilizadas na formação de crenças. Uma epistemologia social seria uma disciplina que avaliaria especificamente práticas sociais sob o aspecto verístico (CICHOSKI, 2013, p. 111s).

Não vamos debater ou avaliar esses tópicos, nem a teoria de Goldman, por não serem fundamentais aqui. Se é possível ou não avaliar quantitativamente através desse valor, ou se ele é conceitualmente adequado, é discussão para outros lugares. Seguiremos adiante, com os elementos necessários para a discussão de agência epistêmica.

¹¹² No original: “What kind of value is this? In *Knowledge in a Social World* I called it veritistic value. ‘Veritistic’ connotes truth-centeredness, as opposed to a concern with justification or rationality”.

3.5.2 Paternalismo epistêmico

É importante percebermos como o trabalho de Goldman, de modo significativo o tópico (iii) da ES (regras e estruturas institucionais), abriu caminho para a proposta de Ahlstrom-vij, e onde ela pode nos levar nesse projeto de Epistemologia Social.

Vejamos como o termo “paternalismo epistêmico” é concebido por Goldman:

Em todo caso, eu conceberei o paternalismo epistêmico em um sentido amplo. Pensarei nos controladores da comunicação (*communication controllers*) como exercendo o paternalismo epistêmico toda vez que eles interpõem seu próprio julgamento, ao invés de deixar a audiência exercer o seu (tudo com vistas às perspectivas epistêmicas da audiência). Assim, a exclusão de evidência de veracidade duvidosa (e.g., rumores como evidências) também se qualifica como paternalismo epistêmico (GOLDMAN, 1991, p. 119).¹¹³

Aqui, Goldman refere-se ao exemplo do tribunal, trazido por Ahlstrom-vij (2010 e 2013), como citado acima. A partir desse exemplo, ele mostra o uso do termo e explica um pouco mais:

Esse é um exemplo do que eu chamarei de paternalismo epistêmico. A ideia geral é que as regras de evidência indicadas são projetadas para proteger jurados de sua própria “tolice”, assim como pais podem manter brinquedos ou outros artigos perigosos longe das crianças, ou podem não as expor a certos fatos. Eu não desejo tergiversar aqui sobre definições precisas do termo ‘paternalismo’. Meu uso, entretanto, tem muito em comum com a caracterização de H. L. A. Hart de paternalismo como “a proteção de pessoas contra elas mesmas”, e com a ênfase de Joel Feinberg na analogia de relações parentais com crianças (GOLDMAN, 1991, p. 118).¹¹⁴

O exemplo jurídico mostra significativamente o tópico (iii) da ES (regras e estruturas institucionais). Para falar do tópico (ii) (padrões comportamentais de comunicação), Goldman usa o exemplo do jornalismo. Ele fala dos censores da comunicação (*gatekeepers*), presentes no jornalismo, como exemplos de práticas

¹¹³ No original: “In any event, I shall construe epistemic paternalism in a broad sense. I shall think of communication controllers as exercising epistemic paternalism whenever they interpose their own judgment rather than allow the audience to exercise theirs (all with an eye to the audience's epistemic prospects). Thus, the exclusion of evidence of doubtful veracity (e.g., hearsay evidence) also qualifies as epistemic paternalism”.

¹¹⁴ No original: “This is an example of what I shall call epistemic paternalism. The general idea is that the indicated rules of evidence are designed to protect jurors from their own “folly”, just as parents might keep dangerous toys or other articles away from children, or might not expose them to certain facts. I do not wish to quibble here over precise definitions of the term ‘paternalism’. My usage, however, has much in common with H. L. A. Hart's characterization of paternalism as “the protection of people from themselves,” and with Joel Feinberg's emphasis on the analogy to parental relations with children”.

paternalistas. De igual sorte, exemplifica o cálculo de ganhos e perdas epistêmicas por meio da restrição de acesso à informação pela população, através de canais de jornalismo:

Simplificações envolvem a omissão de algumas verdades. Assim, o paternalismo nessa forma reduz o número de verdades que uma audiência tem oportunidade de adquirir. Não obstante, o perde-ganha de evitar erro, ou evitar confusão, pode compensar essa perda (dependendo parcialmente em como os diferentes segmentos da audiência são afetados). Outro elemento no perde-ganha é que a simplificação pode aumentar o tamanho da audiência. Isso pode significar que mais crenças verdadeiras (i.e. crenças instanciadas [*token*]) são adquiridas através do conjunto de mensagens simplificadas do que seria o caso de maneira diferente. Embora os membros da mídia possam preocupar-se com isso principalmente por causa da medição Nielsen [de audiência], e sua consequente atratividade para anunciantes, o número de pessoas adquirindo crenças verdadeiras é um valor epistêmico genuíno, o qual eu chamei de fecundidade (GOLDMAN, 1991, p. 123).¹¹⁵

Goldman (1991) identifica, ainda, alguns fatores que devem ser levados em conta para compor uma adequada avaliação epistêmica de práticas comunicacionais sociais, tais como: características da audiência (quem recebe as informações), dos censores (controladores dos canais), dos falantes (que transmitem as mensagens) e da disponibilidade de canais (meios para transmissão da mensagem) para o mesmo tópico.

Esses são alguns dos fatores salientes que sustentam o sucesso epistêmico de várias instituições alternativas de controle comunicacional. Eles são os tipos de fatores para os quais epistemologias sociais deveriam recorrer ao avaliar instituições existentes ou em perspectiva. Como a discussão indica, instituições ou políticas desse tipo não podem ser classificadas em abstrato, separadas das propriedades dos indivíduos que ocupam, ou são prováveis para ocupar, os diferentes papéis institucionais. A mesma instituição ou política pode funcionar bem se o controlador tem perícia considerável, mas pobremente se não tiver. Em todo o caso, quando as variáveis ou parâmetros citados tomam valores apropriados, o paternalismo epistêmico será justificado (GOLDMAN, 1991, p. 125).¹¹⁶

¹¹⁵ No original: “Simplification involves the omission of some truths. So paternalism in this form reduces the number of truths an audience has an opportunity to acquire. Nonetheless, the trade off [sic] of error avoidance, or confusion avoidance, may compensate for this loss (depending partly on how different segments of the audience are affected).

A further element in the trade off [sic] is that simplification can increase the audience size. This may mean that more true beliefs (i.e., belief tokens) are acquired through the simplified set of messages than would otherwise be the case. Although members of the media may care about this chiefly because of Nielsen ratings, and their consequent attractiveness to advertisers, the number of people acquiring true beliefs is a genuinely epistemic value, which I elsewhere call fecundity”.

¹¹⁶ No original: “These are some of the salient factors which bear on the epistemic success of various alternative institutions of communication control. They are the sorts of factors to which social epistemics should appeal in evaluating existing or prospective institutions. As the discussion indicates, institutions or policies of these sorts cannot be rated in the abstract, apart from the properties of the individuals who occupy, or are likely to occupy, the different institutional roles. The same institution or policy might work

Como vimos, apesar de exemplos concretos de paternalismo epistêmico, a concepção de Goldman é incipiente. Ela é assim criticada por Ahlstrom-vij (2010), pela falta de uma definição estrita que possibilite a avaliação de práticas com fins epistêmicos. Para possibilitar essa avaliação adequadamente, ele formula a seguinte definição de paternalismo epistêmico:

(P) Uma prática é paternalista epistemicamente se e somente se:
 (i) restringe a liberdade dos investigadores para conduzir a investigação em qualquer modo que julguem adequado;
 (ii) é implementada sem o consentimento daqueles restringidos; e
 (iii) é prescrita com o propósito de fazer aqueles restringidos melhores de um ponto de vista epistêmico (AHLSTROM-VIJ, 2010, p. 141s).¹¹⁷

Essas práticas podem ser estruturas ou regras institucionais que agentes epistêmicos são obrigados a seguir. Como vimos, elas constituem um tipo de restrição às informações ou evidências: (i) no acesso ou (ii) na metodologia e coleta. Essas regras não são estabelecidas pelos próprios agentes, apesar de poderem ser estabelecidas com eles. Elas, inicialmente, visam a um objetivo de maximização epistêmica, ou seja, aumentar o valor verdade:

O que temos aqui é um conjunto de regras ou práticas cuja adoção tem um impacto nos valores de verdade das decisões doxásticas que agentes cognitivos fazem. Uma questão é: para cada uma dessas regras, quão bom é o impacto de um ponto de vista verístico, isto é, em termos da probabilidade de alcançar a verdade e evitar o erro? Regras ou práticas alternativas teriam melhores propriedades verísticas? (GOLDMAN, 1991, p. 120).¹¹⁸

Essas perguntas são as chaves para a avaliação adequada das práticas. E isso deve ser feito através de pesquisas empíricas que possam averiguar a efetividade de cada uma dessas práticas. Apesar da efetividade, há algumas críticas endereçadas a qualquer proposta desse tipo, que exporemos brevemente.

well if the controller has considerable expertise, but poorly if he does not. In any case, when the cited variables or parameters take on appropriate values, epistemic paternalism will be justified”.

¹¹⁷ No original: “(P) A practice is epistemically paternalistic if and only if it: (i) constrains inquirers’ freedom to conduct inquiry in whatever way they see fit; (ii) is implemented without the consent of those constrained; and (iii) is prescribed for the purpose of making those constrained better off from an epistemic point of view”.

¹¹⁸ No original: “What we have here is a set of rules or practices whose adoption has an impact on the truth values of the doxastic decisions that cognizers make. One question is: For each such rule, how good is its impact from a veritistic point of view, that is, in terms of the likelihood of getting truth and avoiding error? Would alternative rules or practices have better veritistic properties?”.

3.5.2.1 Críticas externas ao paternalismo epistêmico

Ao falar-se em práticas de paternalismo epistêmico, surgem dúvidas e críticas quanto ao termo, por vezes pejorativo, e quanto às consequências em relação à autonomia. Tanto Goldman quanto Ahlstrom-vij tentam responder a elas. Seus méritos nessa empreitada não serão avaliados por nós, basta que saibamos desse diálogo crítico, uma vez que estamos investigando uma possibilidade de concepção de agência epistêmica coletiva dentro da epistemologia social.

I) Goldman

Goldman (1991) lida com a crítica de Thomas Scanlon sobre o paternalismo epistêmico em relação à autonomia e soberania individual:

Thomas Scanlon (1972) expressou dúvidas sobre o protecionismo epistêmico ao apelar para o valor da autonomia, que consiste em uma pessoa ver a si mesma como soberana em decidir o que acreditar e em pesar as razões para ação. A autonomia é um valor epistêmico do qual a pessoa é privada pelo paternalismo epistêmico? Se soberania é uma questão de reservar a escolha doxástica final para si mesma, como algumas passagens de Scanlon sugerem, ela não é comprometida pelo paternalismo epistêmico. O jurado que não ouviu certa evidência excluída ainda tem que decidir se acredita no que foi apresentado. Talvez o ponto, entretanto, seja que, toda vez que um agente cognitivo é privado de alguma alternativa doxástica, ou alguma evidência relevante para aquela alternativa, algum grau de soberania é reduzido. Isso pode ser concedido, mas essa redução constitui uma diminuição no valor epistêmico (especialmente valor epistêmico intrínseco)? Eu duvido disso, embora a questão não seja totalmente clara (GOLDMAN, 1991, p. 126).¹¹⁹

A redução da soberania epistêmica é aceita pela redução na autonomia dos agentes, considerada a limitação de evidência e conseqüentemente de alternativas de estados doxásticos. Mas Goldman situa essa diminuição da soberania em relação ao valor epistêmico final, à consecução da verdade. Se nossas práticas paternalistas nos

¹¹⁹ No original: “Thomas Scanlon (1972) has expressed doubts about epistemic protectionism by appeal to the value of autonomy, which consists in a person seeing himself as sovereign in deciding what to believe and in weighing reasons for action. Is autonomy an epistemic value of which a person is deprived by epistemic paternalism? If sovereignty is a matter of reserving the final doxastic choice to oneself, as some of Scanlon’s passages suggest, this is not compromised by epistemic paternalism. The juror who did not hear certain excluded evidence still has to decide whether to believe what was presented. Perhaps the point, however, is that, whenever a cognitive agent is deprived of some doxastic alternative, or some evidence relevant to that alternative, some degree of sovereignty is reduced. This may be granted, but does this reduction constitute a diminution in epistemic value (especially intrinsic epistemic value)? I doubt it, though the matter is not wholly clear”.

levam mais à verdade do que as práticas não controladas, então elas parecem ser melhores do ponto de vista epistêmico. Isso é, claramente, uma questão empírica sobre a efetividade das práticas. Mas o valor epistêmico pressuposto pode ser questionado, se a verdade não for o valor epistêmico intrínseco. Isso levaria a disputa anterior, do valor, diferente da questão empírica sobre a efetividade entre ganho da verdade e perda da soberania. Goldman não rebate a essa crítica, mas posteriormente desenvolve e muda sua posição ante o valor epistêmico e o veritismo, como veremos adiante.

II) Ahlstrom-vij

Ahlstrom-vij (2010) lida com a crítica de Laudan (2006) sobre a capacidade de práticas paternalistas atingirem a verdade:

Laudan está explicitamente preocupado com os aspectos epistêmicos dessa prática [a prática de retenção de evidência nos júris]. Além disso, ele descreve-a como paternalista e claramente pretende usá-lo como um termo pejorativo. Entretanto, quando nos voltamos ao seu caso contra a prática em questão, vemos que a queixa de Laudan é que restringir o acesso dos jurados a certos tipos de evidência (tais como evidência do caráter pessoal) “não é uma receita promissora para descobrir a verdade” (p. 25). Isso é, mesmo *se* Laudan estiver certo na reivindicação que temos razão para ser céticos sobre os méritos epistêmicos de sistemas predominantes de controle de evidência – e o “*se*” é importante, uma vez que Laudan, infelizmente, não presta atenção ao corpo de literatura empírica preocupado em como os jurados processam evidências de caráter pessoal (e.g., Hunt e Budesheim, 2004; Lupfer et al., 2000) – sua queixa não é que se deveria desistir da prática porque ela é paternalista, mas porque ela não funciona, na medida em a preocupação seja possibilitar jurados a chegar a vereditos precisos (AHLSTROM-VIJ, 2010, p. 145s).¹²⁰

Na crítica de Laudan, trazida por Ahlstrom-vij, há concordância quanto ao valor – a consecução da verdade. A questão é meramente empírica: se, de fato, as práticas paternalistas específicas têm melhores resultados que as alternativas não paternalistas. Essa não é uma crítica contra o paternalismo epistêmico em si, mas sim quanto a possíveis instanciações nas práticas efetivas, que podem, sim, serem

¹²⁰ No original: “Laudan is explicitly concerned with the epistemic aspects of this practice. Moreover, he describes it as being paternalistic, and clearly intends the term as a pejorative. However, when we turn to his case against the practice in question, we see that Laudan’s complaint is that restricting jurors’ access to certain kinds of evidence (such as character evidence) “is not a promising recipe for finding out the truth” (p. 25). That is, even if Laudan is right in claiming that we have reason to be skeptical about the epistemic merits of prevailing systems of evidence control—and the “if” is important, since Laudan, unfortunately, pays no attention to the body of empirical literature concerned with how jurors process character evidence (e.g., Hunt and Budesheim 2004; Lupfer et al. 2000)—his complaint is not that the practice should be given up because it is paternalistic but because it does not work, as far as enabling jurors to arrive at accurate verdicts is concerned”.

descartadas por sua ineficácia – sem, contudo, comprometer o paternalismo, por serem apenas exemplares ruins – novamente uma questão a ser investigada empiricamente.

3.5.3 Valores epistêmicos e sociais

Mesmo identificando fatores dentro do tópico (ii) da ES (padrões comportamentais de comunicação), bem como indicando meios para avaliar a efetividade do tópico (iii) (regras e estruturas institucionais), Goldman indica que há necessidade de pesquisas empíricas, mas não avança até elas. De igual sorte, o tópico (i) (métodos sociais de formação de crença) tem sua investigação restrita a situações dialógicas (com e sem audiência crítica), à argumentação e ao impacto de falácias. Porém, para Ahlstrom-vij (2010), isso é pouco para o amplo e significativo domínio da vida cognitiva.

Ele buscou identificar o que é mais significativo dentro das práticas epistêmicas. Partindo da concepção de agência epistêmica como ações que promovem o fim epistêmico, ele buscou uma posição melhorativa: evitar erros. Debruçou-se sobre pesquisas empíricas acerca dos erros cognitivos sistemáticos que levam à formação de crenças falsas, os vieses cognitivos.

Como vimos, concluiu que não há possibilidade de melhorarmos através da nossa agência epistêmica individual. Ahlstrom-vij (2010, 2013) indicou que a saída são restrições externas, através do paternalismo epistêmico. Contudo, manteve a busca da verdade, evitando os erros causados pelos vieses.

A verdade não vem sozinha. Ela deve qualificar-se como uma verdade significativa para o contexto, não qualquer verdade, mas uma verdade relevante para o cenário de investigação em voga:

[...] definimos os índices de confiabilidade relevante não em termos de crença verdadeira *per se*, mas em termos de crença verdadeira significativa, onde uma crença é significativa se e somente se ela constitui uma resposta suficientemente informativa para questões na agenda de pesquisa relevante do agente (AHLSTROM-VIJ, 2010, p. 143).¹²¹

¹²¹ No original: “[...] we defined the relevant reliability ratios not in terms of true belief *per se*, but in terms of significant true belief, where a belief is significant if and only if it constitutes a sufficiently informative answer to questions on the relevant agent’s research agenda”.

Há ali uma qualificação da verdade, portanto uma restrição do monismo de valor sobre a verdade. Isso pode dar margem a valores não epistêmicos, uma vez que a agenda de pesquisa relevante é estabelecida pelas necessidades práticas e sociais dos agentes e das instituições. O próprio Goldman considera a relação de valores epistêmicos e práticos, e abandona o veritismo estrito, no qual o valor intrínseco é a verdade.

Goldman (1991) questiona: “Eu tenho equalizado resultados epistemicamente valiosos com crença verdadeira e evitação de erros. Há valores epistêmicos adicionais que isso ignora?” (GOLDMAN, 1991, p. 125).¹²²

Ele responde que não, em um primeiro momento. Inicialmente, abre outro espaço e refere-se aos valores não epistêmicos, que devem ser levados em conta. De fato, eles podem ter prioridade, sendo fins, ante os valores epistêmicos, que podem ser instrumentais:

Como esses fatores não epistêmicos deveriam ser equilibrados juntamente com os (puramente) epistêmicos é uma questão complexa e eu não tenho uma fórmula para oferecer. A variabilidade de situações ao longo destas dimensões, entretanto, torna razoável esperar que o paternalismo epistêmico seja apropriado (todas as coisas consideradas) em alguns contextos, embora inapropriado em muitos outros (GOLDMAN, 1991, p. 128).¹²³

Porém, Goldman (2009) questiona-se novamente sobre o valor epistêmico. Ele define seu posicionamento na ES em 1999 da seguinte forma:

Eu discuti o valor verístico em termos de um ordenamento específico de atitudes doxásticas direcionadas a uma proposição verdadeira. De acordo com essa ordem, maiores forças de crença em uma proposição verdadeira sempre conferem maior valor verístico com respeito àquela proposição (ou a questão que ela responde). Em uma terminologia diferente, um estado de estar informado que P é veristicamente preferível a estar não informado que P (e.g., suspendendo juízo em P), o que é veristicamente preferível a estar mal informado que P (acreditar em P quando é falso) (GOLDMAN, 2009, p. 11).¹²⁴

¹²² No original: “I have been equating epistemically valuable outcomes with true belief and error avoidance. Are there additional epistemic values that this ignores?”

¹²³ No original: “How these nonepistemic factors should be balanced along with the (purely) epistemic ones is a complex matter, and I have no formula to offer. The variability of situations along these dimensions, however, makes it reasonable to expect epistemic paternalism to be appropriate (all things considered) in some contexts though inappropriate in many others”.

¹²⁴ No original: “I have discussed veritistic value in terms of a specific ordering of doxastic attitudes directed at a true proposition. According to this order, higher strengths of belief in a true proposition always confer greater veritistic value with respect to that proposition (or the question that it answers). In different terminology, a state of being informed that P is veritistically preferable to being uninformed that

Mas, em 2009, ele muda o enfoque da Epistemologia Social, reforçando o paternalismo epistêmico:

Nós propomos agora, contudo, que a ES não seja devotada ao valor verístico. O valor-V permanece central para a ES, apenas não essencial. Em alguns contextos institucionais, podemos conceder, é desejável defender uma política informacional diferente, uma que vá contra a crença verdadeira como a melhor condição para todas as partes, uma que veja a ignorância como preferível ao conhecimento para alguns indivíduos. Ao menos esse seria o ordenamento preferível de uma perspectiva social ou institucional. Isso não implicaria que os indivíduos eles mesmos prefeririam ignorância a estar informados (nos assuntos em questão) (GOLDMAN, 2009, p. 13s).¹²⁵

De igual sorte, introduz um novo conceito, de “estado veridoxal”, para abarcar essa concepção de ES. Nessa nova concepção, o objetivo ainda é a verdade, mas alguns casos individuais e algumas etapas do processo de formação de crenças devem sofrer interferência de práticas epistemicamente paternalistas. Assim, os agentes epistêmicos individuais podem ser privados de informações, o que implica na eliminação do ordenamento “canônico”, anteriormente elaborado (em seu 1999). Sua referência para os ordenamentos epistêmicos torna-se social.

Um estado veridoxal é um estado com dois componentes. O primeiro componente é uma atitude doxástica, como crença, descrença e suspensão de julgamento. O segundo componente é um valor de verdade: ou verdade ou falsidade. Então, cada um dos estados descritos anteriormente em nosso esquema de valor-V são estados doxásticos. Segundo a nova proposta, ES continuaria a focar nessa classe de estados. A diferença é que a nova proposta não exigiria mais que restringíssemos a atenção para o ordenamento “canônico” de estados veridoxais associados com o veritismo. Ela não se agarraria ao tratamento da crença verdadeira como sendo superior à crença falsa ou suspensão de juízo, de um ponto de vista social (ou mesmo de um ponto de vista individual). Poderíamos distinguir esse ordenamento canônico de ordenamentos alternativos, onde os últimos ordenamentos também se interessam por estados veridoxais. Por contraste com os construtivistas sociais e outros relativistas-fatuais, nós insistiríamos que os conteúdos proposicionais de estados doxásticos são (tipicamente) ou verdadeiros ou falos. Não insistiríamos, entretanto, que a ES tome uma instância de

P (e.g., withholding judgment on P), which is veritistically preferable to being misinformed that P (believing P where it's false)”.

¹²⁵ No original: “We now propose, however, that SE not be wedded to veritistic value. V-value could remain central to SE, just not essential to it. In some institutional contexts, we might allow, it is desirable to advocate a different informational policy, one that cuts against true belief as the best condition for all parties, one that views ignorance as preferable to knowledge for some individuals. At least this would be the preferable ranking from a social or institutional perspective. This wouldn't imply that the individuals themselves would prefer ignorance to being informed (on the matters in question)”.

preferência de pura verdade (i.e., preferência de crença verdadeira) para todos os agentes e todos os tópicos sociais (GOLDMAN, 2009, p. 14).¹²⁶

Isso não acarreta em um relativismo sobre a verdade ou na retirada de valor da verdade, mas na ampliação da avaliação da aquisição de verdade e na assunção de que agentes individuais podem contribuir mais para a meta epistêmica, numa perspectiva coletiva, se forem mantidos ignorantes ou afastados de etapas do processo de investigação. Ou seja, a verdade é o fim epistêmico, mas o valor epistêmico torna-se instrumental em relação aos valores práticos e sociais.

Em um exemplo, pretende explicar a ES fazendo uma analogia com a engenharia:

Similarmente [à engenharia], ES não tentaria determinar as especificações para estados veridoxais desejáveis. Para alguns propósitos, a ignorância (por parte de alguns) pode ser melhor que o conhecimento. A ES está preparada para trabalhar com todos os tipos de especificações de ordenamentos. Mas ela busca descobrir as práticas sociais e arranjos institucionais que promovem realizações superiores em quaisquer ordenamentos veridoxais que sejam apropriados, usando considerações normativas independentes da ES *per se* (GOLDMAN, 2009, p. 16).¹²⁷

Assim, busca mostrar que há consequências e valores epistêmicos em jogo, que autorizam o paternalismo epistêmico. Porém, quais os estados veridoxais que devem ser buscados em cada contexto de investigação depende desse contexto e dos demais valores sociais que estão em jogo nele. A soberania total é preservada dessa forma, ainda que se abra mão da soberania epistêmica.

¹²⁶ No original: “A veridoxic state is a state with two components. The first component is a doxastic attitude, like belief, disbelief, and withholding of judgment. The second component is a truth value [sic]: either truth or falsity. So, each of the states described earlier in our V-value scheme are veridoxic states. Under the new proposal, SE would continue to focus on this class of states. The difference is that the new proposal would no longer have us restrict attention to the “canonical” ranking of veridoxic states associated with veritism. It would not cling to the treatment of true belief as being superior to false belief or withholding, from a social point of view (or even from an individual point of view). We could distinguish this canonical ranking from alternative rankings, where the latter rankings also concern veridoxic states. By contrast with social constructivists and other fact-relativists, we would insist that the propositional contents of doxastic states are (typically) either true or false. We would not insist, however, that SE take a purely truth preferring (i.e., true-belief preferring) stance for all agents and all societal topics”.

¹²⁷ No original: Similarly, SE would not try to fix the specifications for desirable veridoxic states. For some purposes, ignorance (on the part of some) might be better than knowledge. SE is prepared to work with all sorts of ranking specifications. But it aims to figure out the social practices and institutional arrangements that promote higher attainments on whatever veridoxic rankings are appropriate, using normative considerations independent of SE *per se*.

3.4.5 Crítica à agência epistêmica melhorativa

A proposta de Goldman é muito atacada. Por um lado, seu veritismo é criticado por evidencialistas; por outro, seu confiabilismo externalista é criticado por defensores de teorias internalistas de justificação e conhecimento.¹²⁸ Novamente, não pretendemos mostrar essa disputa, nem definir uma resposta em poucas palavras. Nosso enfoque é em agência epistêmica e vamos nos ater ao que é relevante para isso. Faremos uma exposição sucinta das críticas de Feldman e das respostas de Goldman, interlocutores constantes desse debate na Epistemologia, o qual condiciona as concepções e possibilidades de agência epistêmica.

Relembremos o trecho já citado de Feldman, acerca da questão central em Epistemologia:

Considere a sugestão que o sujeito deve buscar e considerar toda evidência relevante. Ela pode ser uma boa ideia, mas quando a minha questão é o que eu deveria crer agora, buscar mais evidência não é uma das minhas opções. Suponha que eu não tenha pensado muito cuidadosamente sobre alguma proposição, mas a pouca evidência que tenho sugere que a proposição é verdadeira. Pergunto, “Eu deveria acreditar naquela proposição agora?” Se você me disser que eu deveria buscar mais evidência, então minha questão original permanece sem resposta. Talvez eu deveria buscar mais evidência ou pensar sobre a questão depois, mas até ter a chance para fazer isso, o que deveria crer? O que eu deveria acreditar agora? É essa última questão, penso, que é a questão epistêmica central, e essas questões sobre agência epistêmica são claramente irrelevantes para ela (FELDMAN, 1988, p. 250).¹²⁹

Ele coloca a agência epistêmica, bem como a busca da verdade, através de novas evidências, como algo secundário. A consideração de evidências é a questão central – e isso é notório pela afirmação de que a suspensão de juízo é um problema para os veritistas, uma vez que ela não consiste em sucesso epistêmico.

Assim, Feldman faz uma crítica mais forte. Além de não caracterizar a busca da verdade como uma condição necessária, ela não é suficiente em Epistemologia.

¹²⁸ Para um panorama da disputa entre internalismo e externalismo em Epistemologia, ver *Internalist vs. Externalist Conceptions of Epistemic Justification*, de George Pappas, na SEP, disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/justep-intext/>>.

¹²⁹ No original: “Consider the suggestion that one ought to seek and consider all relevant evidence. That may be a good idea, but when my question is what I should believe now, seeking more evidence just isn't one of my options. Suppose I haven't thought very carefully about some proposition, but the little evidence I have seen suggests that the proposition is true. I ask, “Should I believe that proposition now?” If you tell me that I should seek more evidence, than [sic] my original question remains unanswered. Perhaps I should seek more evidence or think about the matter further, but until I have a chance to do that, what should I believe? What should I believe now? It is this latter question, I think, that is the central epistemic question, and these issues about epistemic agency are quite clearly irrelevant to it”.

Como Ahlstrom-vij cita: “[...] Feldman não é cético somente sobre a necessidade de verdade ou de conducência à verdade para o sucesso epistêmico, mas também sobre isso ser suficiente” (2010, p. 41).¹³⁰

Ahlstrom-vij (2010) cita Feldman (2002, p. 377-379), que compara os objetivos epistemológicos da verdade, do conhecimento e da justificação, mostrando que a última é a principal. Ali, Feldman dá exemplos que mostram que há casos de legítimo interesse epistemológico em que o sucesso não implica a verdade, nem conhecimento – como a já citada suspensão de juízo, e também os casos de crença acidentalmente verdadeira, que atingem a verdade mas não tem valor epistêmico.

As considerações epistêmicas de Feldman são exclusivamente sobre o cumprimento do dever, através da consideração adequada das evidências. Quaisquer procedimentos de coleta e tratamento de evidência, bem como o sucesso na aquisição da verdade, são tratados como questões práticas:

Outros casos também sugerem que considerações epistêmicas não determinam quais atividades de coleta de evidência são apropriadas. Para alguém que me diz que eu deveria buscar evidência adicional sobre alguma proposição, posso apropriadamente responder que há coisas melhores para fazer com meu tempo. Talvez seria melhor para mim brincar com minha filha ou levar meu cachorro para passear. Mas essas considerações são práticas, não epistemológicas. Não há nunca quaisquer considerações puramente epistemológicas que decidam essas questões práticas. A questão estrita sobre o que eu deveria crer agora, a questão que quero focar, é a questão epistemológica central (FELDMAN, 1988, p. 251s).¹³¹

Goldman (2010) cita Feldman (2000) para caracterizar a posição evidencialista, na qual estão baseadas as críticas de Feldman ao veritismo de Goldman:

O princípio evidencialista especificado aqui implica que alguém pode colocar-se em um estado altamente racional ao livrar-se de tanta evidência quanto possa e depois suspender o juízo sobre virtualmente tudo que vier à mente [...] Ao acreditar muito pouco, ele será então altamente racional, de acordo com os padrões evidencialistas [...] Mas aquela parece ser exatamente a conclusão certa. Uma vez que a pessoa tenha perdido sua evidência, ela não

¹³⁰ No original: “[...] Feldman is not only skeptical about the necessity of truth or truth-conduciveness for epistemic success, but also about it being sufficient”.

¹³¹ No original: “Other cases also suggest that epistemic considerations do not determine what evidence gathering activities are appropriate. To someone who tells me that I should seek additional evidence about some proposition, I might appropriately respond that there are better things for me to do with my time. Maybe it would be better for me to play with my daughter or take my dog for a walk. But these considerations are practical, not epistemological. There's never any purely epistemological considerations that decide these practical questions. Whether I should be a better epistemic agent is always a practical question. The narrower question about what I should believe now, the question I want to focus on, is the central epistemological question”.

tem razão para acreditar muito, e seria irrazoável se ela acreditasse em coisas que seriam bem justificadas para ela se estivesse em circunstâncias mais normais (FELDMAN, 2000, p. 690).¹³²

Goldman (2010) busca responder a algumas das críticas de Feldman. Ele afirma (p. 6-7) que a coleta de evidências é importante – cita filósofos da ciência que defendem um princípio de que maior variedade de evidência leva a maior confirmação de hipótese, e também cálculos de probabilidade bayesianos, da teoria da decisão, que mostram o valor positivo de coletar nova evidência.

Goldman busca minar a posição de Feldman quanto à tomada de decisão doxástica independentemente da verdade, através da consideração adequada de evidências, como o valor e sucesso epistêmico. Ele dá o exemplo de alguém que, ao sair de um shopping após fazer compras, percebe que esqueceu do seu cartão de crédito em alguma das lojas. Assim, o sujeito precisa recuperar o cartão, um interesse prático, que influencia sua situação epistêmica. Ele afirma:

Como esse caso mostra, interesses práticos comumente ditam a desejabilidade de ter estados epistêmicos que não sejam meramente graus de crença razoáveis, mas *altos* graus de crença razoáveis. E alcançar tais estados epistêmicos comumente exige coleta de evidência. Não apenas coletar qualquer evidência antiga, mas coletar evidência suficiente e adequada. É apropriado, portanto, para a epistemologia aconselhar agentes epistêmicos na execução dessa tarefa ubíqua. (Métodos ruins de coleta de evidência, tais como vieses de confirmação, deveriam ser evitados.) (GOLDMAN, 2010, p. 9).¹³³

Goldman, na sequência, também menciona, em dois comentários, a relação entre o prático e o epistêmico, que não permite mais isolamento, e que envolve questões e decisões em ambos os lados. Ele faz referência aos teóricos da filosofia da ciência, sobre questões epistêmicas que devem ser determinadas para atingir fins práticos, e da

¹³² No original: “The evidentialist principles stated here imply that one can get oneself into a highly rational state by ridding oneself of as much evidence as one can and then suspending judgment about virtually everything that comes to mind ... By believing very little, he'll then be highly rational according to evidentialist standards ... But that seems to be exactly the right conclusion. Once the person has lost his evidence, he has no reasons to believe much, and he'd be unreasonable if he did believe things that would have been well-justified for him had he been in more normal circumstances”.

¹³³ No original: “As this case shows, practical interests commonly dictate the desirability of having epistemic states that are not merely reasonable degrees-of-belief (DOBs) but reasonable high DOBs (HDOBs). And getting such epistemic states commonly requires gathering evidence. Not just gathering any old evidence, but gathering enough and suitable evidence. It is appropriate, therefore, for epistemology to counsel epistemic agents in the execution of this ubiquitous task. (Bad methods of evidence gathering, such as confirmation bias, should be avoided.)”.

infiltração pragmática, que mostram como questões práticas influenciam padrões de avaliação epistêmica e, possivelmente, coleta de evidências.

Assim, a importância dessas atividades e a necessidade de alcançar a verdade, ainda que por razões práticas, obriga-nos a tomar posições epistêmicas. Portanto, temos que tomar atitudes epistêmicas e podemos melhorar nossa capacidade de tomá-las através de restrições sociais sobre o acesso e os métodos de coleta de evidência individuais e em determinados grupos.

3.5.5 Agência epistêmica coletiva

As disputas acerca do valor epistêmico e da questão central da Epistemologia estão em aberto e não há previsão de chegar-se a um consenso ou conclusão. O andamento dessas discussões influenciará as conversas acerca de agência epistêmica. De igual sorte, propostas de agência epistêmica estão surgindo, juntamente a críticas aos seus pressupostos e às próprias propostas. Resta-nos, ao final, indicar que a proposta de Goldman é seguida por Ahlstrom-vij, e que pode ser desenvolvida em uma concepção de agência epistêmica coletiva.

O próprio Goldman não desenvolve a fala sobre agência epistêmica, nem individual, nem coletiva. Mas, consoante à indicação de Goldman acima e a partir do conceito de Ahlstrom-vij (2013) de agência epistêmica como ações que promovem o fim epistêmico, parece ser possível ter uma concepção de agência epistêmica coletiva, através de instituições e grupos que implementem práticas de restrição para a agência epistêmica de indivíduos.

Dessa sorte, Ahlstrom-vij (2010) converge com Goldman e sua proposta reformulada de ES. Ele afirma que o paternalismo epistêmico maximiza valores epistêmicos, evitando erros e atingindo verdades qualificadas (significativas para as agendas de pesquisa relevantes), e que pode ser aplicado mesmo a casos em que fazemos considerações com outros valores não epistêmicos.

Quando conduzimos a investigação, coletamos informação, meditamos sobre nossos dados, escolhemos entre diferentes métodos de investigação e assim por diante – todos para o propósito de alcançar crença verdadeira relevante para as questões que nos colocamos. Ao fazê-lo, estamos expressando nossa agência epistêmica. Acima foi argumentado que, quando é sobre nossa liberdade de expressar tal agência, mais não é sempre melhor. Esses pontos foram argumentados com referência a como nossa dupla tendência para vieses e excesso de confiança nos dá razão *pro tanto* para o

cumprimento obrigatório de métodos que se mostraram levar a melhorias *pareto*¹³⁴ na confiabilidade. Além disso, foi argumentado que o cumprimento obrigatório seria, assim, paternalismo epistêmico e que temos não apenas razão *pro tanto*, mas todas as coisas consideradas, para praticar tal paternalismo numa escala mais ampla do que estamos fazendo atualmente. Por exemplo, em muitas situações, estamos melhores ao coletar somente uma quantidade muito limitada de informação, ter nossa seleção de métodos grandemente restrita e despendar nosso tempo menos em reflexão do que em simplesmente lendo um preço de mercado ou o resultado de um modelo de predição simples. Consequentemente, quando é sobre nossa liberdade de expressar nossa agência epistêmica, mais não é sempre melhor. Na verdade, menos é frequentemente muito mais (AHSLTROM-VIJ, 2010, p. 167).¹³⁵

Ainda que tenhamos apresentado várias teses que são abertamente controversas e disputadas na literatura, e ainda que a discussão de agência epistêmica de um ponto de vista tradicional e individual tenha tido uma conclusão cética, a discussão tornou possível chegar até aqui para indicar uma nova discussão a ser feita: agência epistêmica coletiva.

¹³⁴ O conceito de melhorias do tipo *pareto* é original da economia, baseado no princípio de pareto, e conceituado pelo “ótimo de pareto”: “situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer pessoa (ou agente econômico) sem piorar a situação de qualquer outra. O conceito foi introduzido por Vilfredo Pareto (1848-1923), e a Economia do Bem-Estar em grande medida estuda as condições nas quais um Ótimo de Pareto possa ser alcançado” (SANDRONI, 1999).

¹³⁵ No original: “When conducting inquiry, we gather information, mull over our data, choose among different methods of investigation, and so on – all for the purpose of attaining true belief relevant to the questions that we pose. In so doing, we are expressing our epistemic agency. Above, it was argued that, when it comes to our freedom to express such agency, more is not always better. These points were argued with reference to how our dual tendency for bias and overconfidence gives us *pro tanto* reason for mandating compliance with methods that have been shown to lead to *pareto* improvements in reliability. Moreover, it was argued that mandating compliance thus would be epistemically paternalistic, and that we have not just *pro tanto* but all-things-considered reason to practice such paternalism on a wider scale than we are currently doing. For example, in many situations, we are better off by gathering only a very limited amount of information, having our selection of methods be greatly restricted, and spending our time less on reflecting than on simply reading off a market price or the output of a simple prediction model. Consequently, when it comes to our freedom to express our epistemic agency, more is not always better. In fact, less is often so much more”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos um longo trajeto de investigação acerca de agência epistêmica. Vimos três propostas de agência epistêmica: agência doxástica, agência reflexiva e agência melhorativa. Cada uma delas a partir de perspectivas de diferentes teorias epistemológicas: o deontologismo epistêmico, a epistemologia da virtude e a epistemologia melhorativa, juntamente com a epistemologia social.

A primeira delas surgiu da analogia com a ética e deu-se em torno do problema do involuntarismo doxástico, da capacidade e da necessidade de controle das crenças, tal qual das ações, para agência; a segunda surge com as ideias de desempenho epistêmico e de capacidade reflexiva da cognição, como agências que possibilitam atingir a verdade e adquirir conhecimento; a terceira, visando a aumentar o sucesso epistêmico, que é obter a verdade visada por uma investigação, usou pesquisas empíricas sobre nossas práticas, indicando ceticismo sobre agência para melhoria individual, mas possibilidade de agência através de controles coletivos, ou sociais, que efetivam melhorias para indivíduos.

A concepção de agência doxástica é bastante problemática e parece não trazer ganhos devido ao involuntarismo doxástico. Doravante, concepções de agência epistêmica sem a noção de controle voluntário estão sendo desenvolvidas em diversas vertentes.

A proposta de Sosa de agência reflexiva é uma delas. Sua eliminação de vieses, através da supressão das razões práticas, e consequente resguardo das razões epistêmicas nos processos de formação doxásticos, falha em sua efetividade, sendo inviável contingentemente, ainda que conceitualmente possível.

Por fim, a agência epistêmica melhorativa traz o ideal de melhoramento epistêmico. Ele é louvável, mas utópico do ponto de vista individual. Resta a possibilidade de restrições coletivas aos indivíduos, através do paternalismo epistêmico, que devem ser desenvolvidas em um âmbito social.

Certamente não esgotamos as concepções e perspectivas acerca de agência epistêmica. Há outros autores e outras teorias que fazem uso do termo e devem ser investigadas. Contudo, montamos um amplo panorama, a partir de diferentes pontos de vista, no qual agência epistêmica foi desenvolvida e relacionada com outras teorias e problemas.

Diversos desses problemas e temas constituem investigações frutíferas e interessantes discussões, como agência, na filosofia da ação; natureza da crença, em filosofia da mente; responsabilidade e normatividade epistêmicas e valor, em epistemologia; livre-arbítrio e a responsabilidade moral, em metafísica e ética; todos importantes para a discussão de agência epistêmica, mas não explorados por necessidade de delimitação.

Em Epistemologia, os enfoques e disputas das teorias também influenciam as perspectivas e usos de “agência epistêmica”. O cenário teórico epistemológico trará novas perspectivas, conforme o desenvolvimento das discussões das teorias.

Das concepções de agência epistêmica que vimos, nenhuma pôde ser sustentada diante de críticas teóricas e empíricas. Parece-nos que a perspectiva de agência epistêmica de uma perspectiva individual é inviável, ainda que conceitualmente possível. Por outro lado, a perspectiva de agência epistêmica coletiva parece-nos bastante plausível.

A perspectiva social em Epistemologia vem sendo desenvolvida há alguns anos, e é bastante promissora para tratar de temas e responder a problemas aos quais a epistemologia tradicional, focada em indivíduos, não alcança. Agência epistêmica já é um tema em discussão em Epistemologia Social. De um modo geral, fala-se em agência epistêmica de grupo. A agência epistêmica coletiva, delineada no capítulo três, é mais simples e mais ampla que as concepções tratadas sob esse termo. Porém, não são, ao nosso ver, concepções antagônicas, mas sim complementares.

Propostas como essas podem ser encontradas em *Group Agency*, de List e Pettit (2011), e um panorama do cenário do qual estas propostas emergem encontra-se em *Collective Intentionality*, de Deborah Tollefsen, na Internet Encyclopedia of Philosophy.¹³⁶

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/coll-int/>>. Para uma visão da obra de List & Pettit em língua portuguesa, ver “Agência epistêmica de grupos”, de Ruivo (2013).

REFERÊNCIAS

AHLSTROM-VIJ, Kristoffer. **On epistemic agency**. 2010, 184 f. Tese (doutorado em Filosofia) – University of Massachusetts, Amherst, EUA, 2010.

_____. Why we cannot rely on ourselves for epistemic improvement. *In: Philosophical Issues*, Epistemic Agency, n. 23, p. 276-296, 2013.

ALMEIDA, Cláudio Gonçalves de. Uma versão do deontologismo epistêmico. *In: SOUZA, Draiton Gonzaga de (org.). Amor scientiae: festschrift em homenagem a Reinholdo Aloysio Ullmann*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ALSTON, William P. The Deontological Conception of Epistemic Justification. *In: Philosophical Perspectives*, v. 2, Epistemology, p. 257-299, 1988.

BATTALY, Heather. Sosa's Reflective Knowledge: How damaging is epistemic circularity? *In: Synthese*, n. 188, p. 289–308, 2012.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Trad. de Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CHIGNELL, Andrew. **The Ethics of Belief**. *In: Edward N. Zalta (ed.), The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Edição da primavera de 2013). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/ethics-belief/>>.

CHISHOLM, Roderick M. **Teoria do conhecimento**. Trad. de Álvaro Cabral. 2 ed, original de [1966]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.

CICHOSKI, Luiz Paulo Da Cas. **Epistemologia Social: dois projetos para a dimensão social do conhecimento**. 2013, 183 f. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CLARKE, Randolph. Agent causation. *In: O'CONNOR, Timothy; SANDIS, Constantine. A companion to the philosophy of action*. Oxford: Blackwell, 2010.

CLIFFORD, William C. A ética da crença *In: MURCHO, Desidério (Org.). A Ética da Crença*. Trad. Vítor Guerreiro, original de [1877]. Lisboa: Bizâncio, 2010.

CONEE, Earl; FELDMAN, Richard. **Evidentialism**: Essays in Epistemology. New York: Oxford University Press, 2004.

DAVIDSON, Donald. Actions, Reasons, and Causes. *In*: **The Journal of Philosophy**, vol. 60, n. 23, American Philosophical Association, p. 685-700, 1963.

_____. **Essays on Actions and Events**. 2ª ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.

DEPAUL, Michael R. Value Monism in Epistemology. *In*: STEUP, Matthias (ed.). **Knowledge, truth, and duty**: essays on epistemic justification, responsibility, and virtue. New York: Oxford University Press, 2001.

ENGEL, Pascal. Epistemic responsibility without epistemic agency. *In*: **Philosophical explorations**, v. 12, n. 2, Junho, p. 205-219, 2009.

_____. On the very idea of epistemic agency. *In*: EGIDI, Rosaria, DE CARO, Mario (eds.). **The architecture of knowledge**. Corocci: Rome, 2010. A versão utilizada nessa dissertação é o rascunho, constante da página pessoal do autor (disponível em Junho de 2014, em: <<https://sites.google.com/site/pascalengelehesfr/>>), portanto a paginação citada não corresponde à versão publicada. O autor autorizou o uso através de correspondência pessoal.

EVERSON, Stephen. Motivating Reasons. *In*: O'CONNOR, Timothy; SANDIS, Constantine. **A companion to the philosophy of action**. Oxford: Blackwell, 2010.

FELDMAN, Richard. Epistemic Obligations. *In*: **Philosophical Perspectives**. v. 2, Epistemology, p. 235-256, 1988.

_____. The Ethics of Belief. *In*: **Philosophy and Phenomenological Research**, n. 60, p. 667-95, 2000.

_____. Voluntary belief and epistemic evaluation. *In*: STEUP, Matthias (ed.). **Knowledge, truth, and duty**: essays on epistemic justification, responsibility, and virtue. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. Epistemological Duties. *In*: MOSER, Paul. (ed.) **The Oxford Handbook of Epistemology**. New York: Oxford University Press, p. 361-384, 2002.

_____. Modest Deontologism. *In: Synthèse*, n. 161, p. 339-355, 2008.

GINET, Carl. Deciding to believe. *In: STEUP, Matthias (ed.). Knowledge, truth, and duty: essays on epistemic justification, responsibility, and virtue.* New York: Oxford University Press, 2001.

GLOCK, Hans-Johann. Animal Agency. *In: O'CONNOR, Timothy; SANDIS, Constantine. A companion to the philosophy of action.* Oxford: Blackwell, 2010.

GOLDMAN, Alvin. Epistemic Paternalism: Communication Control in Law and Society. *In: The Journal of Philosophy*, v. 88, n. 3, p. 113-131, 1991.

_____. **Knowledge in a social world.** New York: Oxford University Press, 1999.

_____. Social Epistemology: Theory and Applications. *In: Royal Institute of Philosophy Supplement*, n. 64, 2009.

_____. Why Social Epistemology Is Real Epistemology? *In: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan; e PRITCHARD, Duncan (eds.). Social Epistemology.* New York: Oxford University Press, 2010.

GUTTENPLAN, Samuel. Agency. *In: GUTTENPLAN, Samuel (ed.). A companion to the philosophy of mind.* Oxford: Blackwell, 1993.

HACKER, Peter M. S. **Natureza humana: categorias fundamentais.** Trad. de José Alexandre Durry Guerzoni. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HEIL, John. Doxastic Agency. *In: Philosophical Studies*. v. 43, n. 3, Maio, p. 355-364, 1983.

ICHIKAWA, Jonathan J.; STEUP, Matthias. **The Analysis of Knowledge.** *In: Edward N. Zalta (ed.), The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Edição da primavera de 2014). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/knowledge-analysis/>>.

JAMES, William. A vontade de acreditar. *In: MURCHO, Desidério (Org.). A Ética da Crença.* Trad. Vítor Guerreiro, original de [1896]. Lisboa: Bizâncio, 2010.

KLEIN, Peter. **Skepticism**. In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Edição do verão de 2014). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/skepticism/>>.

KORNBLITH, Hilary. **On reflection**. University Press Scholarship Online (2013), 2012.

LAUDAN, Larry. **Truth, Error, and Criminal Law: An Essay in Legal Epistemology**. New York: Cambridge University Press, 2006.

LIST, Christian; PETTIT, Philip. **Group Agency: The possibility, design and status of corporate agents**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MASLIN, Keith T. **Introdução à Filosofia da Mente: debates contemporâneos**. Trad. de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MUELLER, Michaela. **Epistemic luck, epistemic agency, and skepticism**. 2007, 312 f. Tese (doutorado em Filosofia) – The University of Arizona, Arizona, EUA, 2007.

MÜLLER, Felipe de M. **Deontologismo epistêmico**. 2004, 118 f. Tese (doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. A noção deontológica de justificação epistêmica. In: **Princípios**, v. 14, n. 22, julho, p. 21-41, 2007.

_____. Deontologismo epistêmico: o argumento do involuntarismo doxástico. In: SARTORI, Carlos Augusto; GALLINA, Albertinho Luiz (orgs.). **Ensaio de epistemologia contemporânea**. Ijuí: Unijuí, RS, 2010.

PAPPAS, George. **Internalist vs. Externalist Conceptions of Epistemic Justification**. In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Edição do outono de 2014). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/justep-intext/>>.

PRITCHARD, Duncan; TURRI, John. **The Value of Knowledge**. In: Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Edição da primavera de 2014). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/knowledge-value/>>.

ROWE, William L. Agent causation. *In*: AUDI, Robert (ed.). **The Cambridge Dictionary of Philosophy**. New York: Cambridge University Press, 1995.

RUIVO, José Leonardo Annunziato. Agência Epistêmica de Grupos – conhecimento, interesse e racionalidade. *In*: **intuitio**, Porto Alegre, vol. 6, Nº 1, Junho, p.65-78, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCANLON, Thomas. A Theory of Freedom of Expression. *In*: **Philosophy & Public Affairs**. v. 1, n. 2, p. 204-226, 1972.

SHAFFER, Jerome A. **Filosofia do espírito**. Trad. de Luiz Corção. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1970.

SOSA, Ernest. **Knowledge in perspective**: Selected essays in epistemology. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. **A Virtue Epistemology**: Apt Belief and Reflective Knowledge. Vol. I, New York: Oxford University Press, 2007.

_____. How competence matters in epistemology. *In*: **Philosophical Perspectives**, n. 24, Epistemology, p. 465-75, 2010.

_____. Ernest Sosa. *In*: DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest; STEUP, Matthias. **A companion to epistemology**. 2ª ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010(a).

_____. **Knowing Full Well**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

_____. Agência Epistêmica. Trad. de Rafael Lopes Azize. *In*: **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n.e. 2, p. 23-37, 2012.

_____. Epistemic Agency. *In*: **The Journal of Philosophy**, v. CX, n. 11, Novembro, p. 585-605, 2013. A versão utilizada nessa dissertação é o rascunho, constante da página pessoal do autor (disponível em Dezembro de 2014, em: <<http://www.ernestsosa.com/>>), portanto a paginação citada não corresponde à versão publicada.

STEUP, Matthias. Doxastic Voluntarism and Epistemic Deontology. *In: Acta Analytica*, v. 15, n. 24, p. 25-56, 2000.

_____. Epistemic Duty, Evidence, and Internality. *In: STEUP, Matthias (ed.). Knowledge, truth, and duty: essays on epistemic justification, responsibility, and virtue.* New York: Oxford University Press, 2001.

_____. Belief Control and Intentionality. *In: Synthese*, v. 188, n. 2, pp. 145-163, 2012.

TOLLEFSEN, Deborah. **Collective Intentionality.** *In: Internet Encyclopedia of Philosophy.* Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/coll-int/>>. Acesso em: Dezembro de 2014.

VITZ, Rico. **Doxastic Voluntarism.** *In: Internet Encyclopedia of Philosophy.* Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/doxa-vol/>>. Acesso em: Dezembro de 2104.

WILLIAMS, Bernard. **Problems of the Self: Philosophical Papers (1956-1972).** New York: Cambridge University Press, 1973 – reimpresso em 1999 e digitalizado em 2006.

ZILHÃO, António. Agência. *In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. (Eds.). Enciclopédia de termos lógico-filosóficos.* São Paulo: Martins Fontes, 2006.